NATALINO DAS NEVES

A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ

NAS PERSPECTIVAS ABRAÂMICA E PAULINA



NATALINO DAS NEVES

A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ

NAS PERSPECTIVAS ABRAÂMICA E PAULINA



A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ

NAS PERSPECTIVAS ABRAÂMICA E PAULINA

NATALINO DAS NEVES

1ª edição

CPAD

Rio de Janeiro
2019

Todos os direitos reservados. Copyright © 2019 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembleias de Deus. Aprovado pelo Conselho de Doutrina.

Preparação dos originais: Cristiane Alves

Revisão: Daniele Pereira

Capa: Elisangela Santos

Projeto gráfico e editoração: Elisangela Santos

Conversão para ePub: Cumbuca Studio

CDD: 220 – Bíblia

ISBN: 978-85-263-1914-8

ISBN digital: 978-85-263-1983-7

As citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Revista e Corrigida, edição de 2009, da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação em contrário.

Para maiores informações sobre livros, revistas, periódicos e os últimos lançamentos da CPAD, visite nosso site: http://www.cpad.com.br

SAC — Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800-021-7373

Casa Publicadora das Assembleias de Deus

Av. Brasil, 34.401, Bangu, Rio de Janeiro – RJ

CEP 21.852-002

1ª edição: 2019



AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, o princípio de tudo, soberano e regente de todas as coisas. Depois de Deus, minha família: minha esposa Claudneia Gomes das Neves, meu filho Natalino das Neves Junior e minha filha Nataly Gomes das Neves. Um precioso tesouro que Deus tem me dado e a razão para enfrentar vários desafios de cabeça erguida, pois eles são o meu apoio em todas as circunstâncias.

Um especial agradecimento aos meus pais: Bevenute das Neves (in memoriam), que me ensinou o respeito e consideração aos demais seres humanos, e Maria Francisca Dantas das Neves (in memoriam), que mesmo não alfabetizada sempre me incentivou a estudar e buscar novos conhecimentos.

Agradeço ao diretor-executivo da CPAD, Ronaldo Rodrigues de Souza; ao gerente de publicações, pastor Alexandre Coelho, pela confiança e publicação do livro; a toda a equipe da CPAD que direta ou indiretamente participou do processo de publicação do livro; ao professor doutor Antonio Renato Gusso, que em 2005 me orientou em meu trabalho de conclusão do curso de Bacharel em Teologia, quando iniciei os estudos sobre o tema da figura de Abraão como figura didática para explicação da doutrina da justificação pela fé. Ao meu pastor, Wagner Tadeu dos Santos Gaby, por ter aceitado fazer o prefácio deste livro.

Enfim, a você que investiu neste livro, acreditando que Deus irá falar ao seu coração por meio dele.



SUMÁRIO

Agradecimentos

Prefácio

Introdução

PARTE 1 - O EXEMPLO DE FÉ DE ABRAÃO E A RELEITURA PAULINA DE SUA JUSTIFICAÇÃO EM ROMANOS 4

1 Abraão, Amigo de Deus e Pai de todos os Povos

1.1 A Obediência de Abraão e sua Amizade com Deus

1.2 A Fé Incondicional na Promessa e a Justificação de Abraão

1.3 A Figura de Abraão no Novo Testamento

2 Paulo, o Apóstolo dos Gentios

2.1 As Origens e a Conversão de Paulo

2.2 As Viagens Missionárias do Apóstolo

2.3 A Prisão do Apóstolo e sua Viagem para Roma

3 A Fé de Abraão como um Protótipo da Fé Cristã (Rm 4)

3.1 Questões Introdutórias

3.2 A Doutrina da Justificação pela Fé

3.3 A Justificação de Abraão Foi um Presente de Deus

3.4 Abraão não Foi Justificado por meio de Ritual ou da Lei

3.5 Abraão como Pai de todos os Crentes Justificados

PARTE 2 - EXEGESE DE GÊNESIS 15.6 E ROMANOS 4

4 Exegese de Gênesis 15.6: Justificação de Abraão pela Fé como Protótipo da Fé

Cristã

4.1 Delimitação do Texto

4.2 Análise Léxico-Gramatical

4.3 Versões Utilizadas para Definição de Tradução

4.4 Tradução e Comparação de Versões

4.5 Verificação das Principais Variantes

4.6 Análise Histórica e Geográfica

4.7 Análise do Gênero Literário

4.8 Análise Teológica

4.9 Aplicação da Mensagem

5 Exegese de Romanos 4: Abraão como Exemplo Didático para a Explicação

Paulina da Justificação pela Fé

5.1 Delimitação do Texto

5.2 Análise Léxico-Gramatical

5.3 Análise Sintática

5.4 Tradução do Texto e Comparação de Versões

5.5 Romanos 4

5.6 Análise Histórica e Geográfica

5.7 Análise do Gênero Literário

5.8 Análise Teológica10

5.9 Análise do Significado de Palavras Importantes

Considerações Finais

Referências

Sobre Autor



PREFÁCIO

Ao ser distinguido pelo Pastor Natalino das Neves para prefaciar seu livro A Justificação pela Fé nas Perspectivas Abraâmica e Paulina , senti-me deveras honrado e, ao mesmo tempo, emocionado pela sua nímia gentileza, apesar de estar consciente de que outra pessoa poderia fazê-lo com muito mais propriedade.

Um prefácio consiste em palavras de esclarecimento, justificação ou apresentação que precedem o texto de uma obra literária.

Cada livro tem sempre, de forma implícita ou explícita, as marcas do caráter de quem o escreve. A presente obra é, além disso, uma oportunidade para despertar nossa atenção “devido à abordagem que o apóstolo Paulo faz da justificação de Abraão no Antigo Testamento, sem que este viesse a conhecer pessoalmente a Jesus, mas que demonstrou uma confiança incondicional em Deus e em sua promessa”. (Palavras do autor que constam na Introdução de sua Monografia apresentada para a sua colação de grau em Bacharel em Teologia, sob o tema: Abraão como Exemplo Didático para a Explicação Paulina da Justificação pela Fé.)

Nesse aspecto, o autor, de forma bastante clara e objetiva, aborda as questões da doutrina da Justificação pela Fé, descrita na Epístola de Paulo aos Romanos, principalmente no capítulo 4, quando o apóstolo utiliza a figura de Abraão como exemplo para auxiliar a compreensão do argumento utilizado no capítulo 3.21-31 da referida carta.

Devido a sua qualificada formação acadêmica, a sua experiência no magistério teológico, a sua aplicação no estudo da exegese e a sua vivência ministerial, o autor está credenciado a tratar desse gênero literário, o que o faz de uma forma coerente, precisa e inteligente, levando o leitor a compreender de uma forma mais clara que o exemplo de Abraão demonstra que a justificação é pela fé, mediante a graça de Deus, para todas as pessoas, somente através de Jesus Cristo.

Sem dúvida, a sua contribuição para o público evangélico através desta obra é

substancial.

Espero que, após a leitura deste livro, você também possa dizer: Achei! Descobri! Encontrei!

Soli Deo Gloria!

Pastor Wagner Tadeu Dos Santos Gaby

Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Curitiba

Membro Fundador da Casa de Letras Emílio Conde

Membro Titular da Academia Evangélica de Letras do Brasil



INTRODUÇÃO

Este livro abordará o tema da justificação pela fé de Abraão como um protótipo da fé cristã com base na releitura paulina de Gênesis 15.6 no capítulo 4 da Epístola aos Romanos. O estudo desse tema se fundamenta principalmente pela necessidade do entendimento da justificação no processo da salvação e como a fé de Abraão antecedeu o conceito da fé cristã antes do evento da encarnação, crucificação e ressurreição de Cristo, bem como contribui para uma aproximação sobre a aparente contradição entre a fé do Antigo Testamento e do Novo Testamento.

Esse tema suscitou meu interesse pela primeira vez quando ainda era aluno do curso de bacharel em teologia e tive o primeiro contato com o livro de Ernest Käsemann Perspectivas Paulinas, que comenta a abordagem que o apóstolo Paulo faz da justificação de Abraão no Antigo Testamento, sem que este viesse a conhecer pessoalmente a Jesus. O destaque é dado à confiança incondicional do patriarca em Deus e em sua promessa. Ao ler um dos parágrafos, fiquei impressionado com a afirmação de Käsemann sobre o exemplo da fé de Abrão como um protótipo da fé cristã. Naquele momento, eu havia decidido qual seria o tema de meu trabalho de conclusão do curso de bacharel em teologia. Em 2005, defendi e obtive a aprovação da monografia com o título Abraão como Exemplo Didático para Explicação Paulina da Justificação pela Fé.

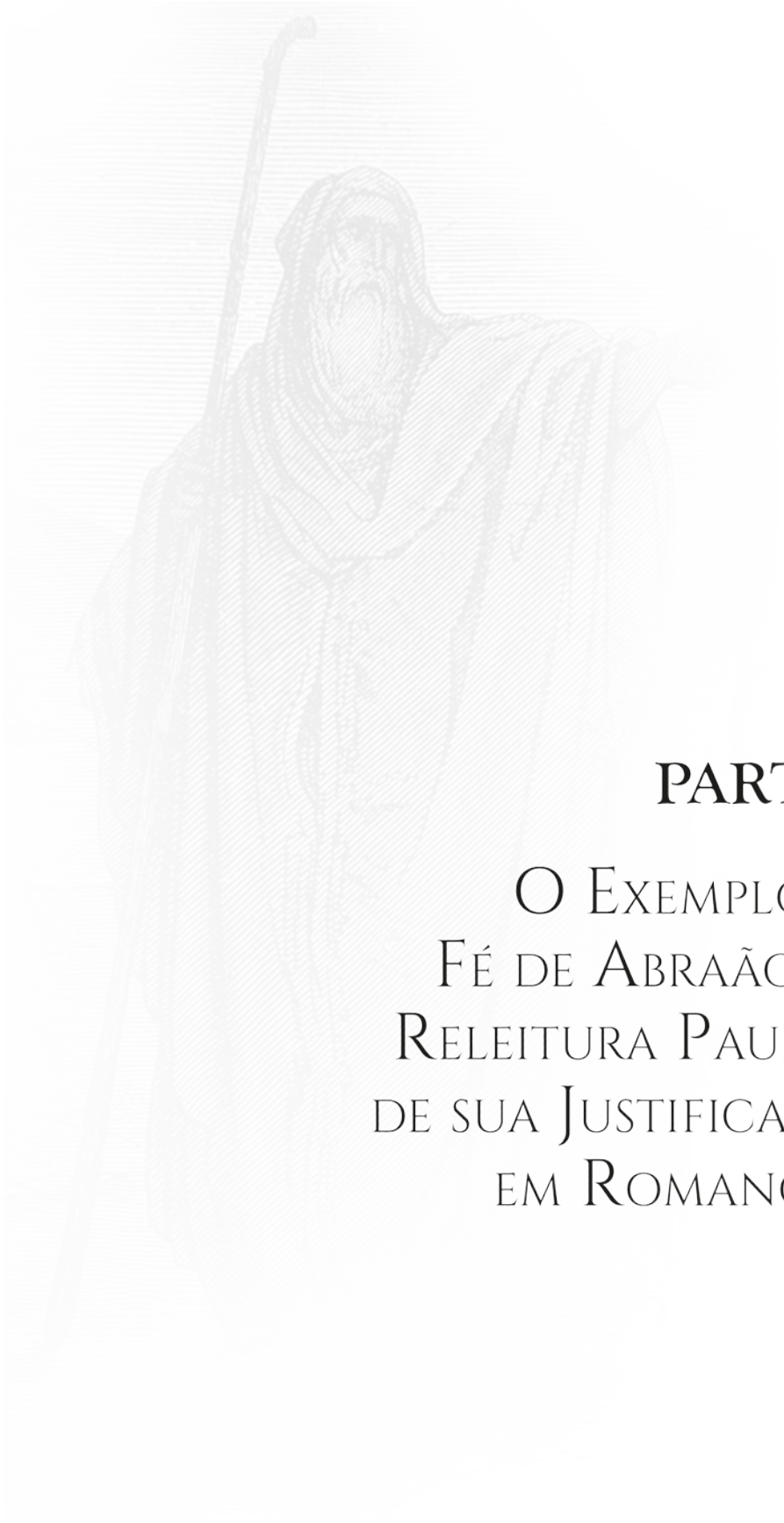
Na primeira parte deste livro, apresentamos as biografias de Abraão e Paulo. Este o apóstolo dos gentios, um ex-praticante do judaísmo que fez uma releitura de vários textos do Antigo Testamento e deixou um precioso legado para a doutrina cristã por meio de seus escritos. Aquele um dos personagens mais populares da piedade judaica. A primeira parte é concluída com a análise teológica do capítulo 4 da Epístola aos Romanos. Nesse capítulo, Paulo faz a releitura específica de Gênesis 15.6 como argumentação para defender a justificação de Abraão por meio da fé, ao contrário do que era defendido com todo afinco pelos judeus e alguns judeus cristãos, de que ele havia sido justificado pelas obras.

Durante o curso de bacharel em teologia, desenvolvi duas exegeses como trabalho para atendimento aos requisitos das disciplinas de Exegese do Antigo

Testamento (Gn 15.6) e de Exegese do Novo Testamento (Rm 4). Incluí essas duas exegeses revisadas na segunda parte deste livro, com o intuito de auxiliar os leitores que estão buscando um primeiro contato com a exegese, bem como os acadêmicos que já têm conhecimento sobre esse tema. Elas servirão como modelo para que o leitor desta obra elabore as suas próprias exegeses dos textos do Antigo e do Novo Testamento, se assim o desejar.

Convido você para entrar nessa reflexão teológica com obstinação a fim de desfrutar o que de melhor Deus tem para sua vida. Que essa reflexão produza uma transformação positiva e proporcione um crescimento espiritual.

Boa leitura!



PARTE 1

O Exemplo de Fé de Abraão e a Releitura Paulina de sua Justificação em Romanos 4



1A BRAÃO, A MIGO DE D EUS E P AI DE TODOS OS P OVOS

A história bíblica de Abraão inicia com seu chamado e é concluída com sua morte, com base nos textos de Gênesis 12.1–25.11. Todavia, seu nome é citado pela primeira vez em Gênesis 11.27, citado na genealogia de Terá, seu pai. A sua esposa Sarai e sua condição de esterilidade também é citada em Gênesis 11.29,30. Essa pequena perícope não pode ser desconsiderada, pois traz informações importantes ao comentar sobre a genealogia e a família de seu pai, que ajudará a entender o restante da vida do patriarca.

A época dos patriarcas, segundo a cronologia bíblica, aproxima ao início do segundo milênio antes de Cristo (EGO, 2013, p. 10). Abraão, no período que antecedeu a famosa promessa recebida de que seria pai de muitas nações, é chamado pelo nome de Abrão.[1] Seu nome original é introduzido após uma longa descrição das genealogias e gerações que se inicia com Sem, um dos três filhos de Noé, até chegar na figura de Terá, pai de Abraão e seus irmãos Naor e Harã. O autor interrompe a sequência das gerações e começa a contar a história da família de Abraão. Após a morte de Harã, Terá toma todos os membros da família e segue para Harã, lugar de sua morte. Nessa época, Abraão já era casado com Sarai,[2] que era estéril (Gn 11.30).

A tradição bíblica de Abraão demonstra o prestígio que ele tinha com o povo israelita. Não somente esse povo, mas também outras nações têm o patriarca como o referencial de fé. As três principais religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo) têm Abraão como uma figura que vincula ao mundo das nações, e não exclusivamente ao povo de Israel. Evidente que cada uma das religiões o veem de forma diferente. Como o objetivo principal desta pesquisa é o cristianismo, que tem sua origem também no judaísmo, a ênfase será dada à visão cristã da vida e pessoa de Abraão. Um texto-chave e que serve como marco na vida de Abraão é o de Gênesis 15.6, o texto citado por Paulo para demonstrar a sua justificação pela fé.

1.1 A Obediência de Abraão e sua Amizade com Deus

Abraão já recebeu vários títulos, contudo, um dos títulos que mais chama a atenção é de “amigo de Deus”, trazido pela primeira vez na tradição bíblica em Isaías 41.8. Esse título tem muito a dizer, pois para ser amigo de Deus é preciso ter uma relação muito íntima com Ele. Representa um privilégio muito grande, pois quando se tem amizade com alguém importante possibilita um acesso privilegiado em praticamente todos os sentidos. Imagine ser amigo do Deus Yahweh, Soberano, Criador dos céus e da terra e de tudo o que existe. Qual título pode ser maior do que esse?

A experiência de vida e fé de Abraão, conforme será visto a seguir, lhe conferiu esse título (Is 41.8).

1.1.1 A origem familiar de Abraão

Os comentaristas não dão muita atenção ao período que antecede o chamado de Abraão, período descrito nos sete últimos versos do capítulo 11 do livro de Gênesis. Todavia, esse texto traz informações importantes que ajudam a entender a biografia de Abraão.

De início se pode perceber que Terá, o pai de Abraão, diferente da maioria das famílias da época, tinha apenas três filhos: Abraão, Naor e Harã. A ordem da citação dos filhos no texto bíblico demonstra que Abraão era o primogênito. Em Gênesis 11.26, está registrado que Terá teve filhos somente após os setenta anos, mas não menciona motivo da paternidade tardia, o que também não era uma prática comum. Além disso, a descrição de sua genealogia demonstra algo anormal, pois somente o filho mais novo havia gerado filhos. Na genealogia, é citado somente o filho de Harã que se chamava Ló (Gn 11.27); no entanto, ele também gerou duas filhas: Milca e Iscá. Harã, o único filho de Terá que havia gerado filhos, morre em sua terra, Ur dos Caldeus, no sudeste da Babilônia (Gn

11.28).

Outro ponto importante é que Naor se casa com Milca, a filha do irmão caçula Harã, portanto sua sobrinha, irmã de seu sobrinho Ló. Ele não deixa o clã para buscar sua esposa e, dessa forma, mantém a tendência da época da fusão familiar. Diferente de Abraão, que não se casa com Iscá, irmã de Milca, e sim com Sarai. Não se menciona a respeito da descendência de Naor, mas devido à importância que será dada ao personagem Abraão, a narrativa dá ênfase à esterilidade da esposa de Abraão (Gn 11.30). Portanto, Terá era marcado duplamente (morte/esterilidade): filho mais novo morto e o filho primogênito tinha uma esposa estéril (Gn 11.30). Esses acontecimentos devem ter causado uma dor profunda ao patriarca da família. Situação propícia para se sentir amaldiçoado pela divindade.

Terá resolve partir de Ur dos Caldeus, com destino a Canaã (Gn 11.31). O texto deixa claro que Terá agiu com autoridade sobre Abraão, sua esposa e o seu neto Ló, filho de Harã, que havia morrido. Ele “os fez sair de Ur dos Caldeus”. Naor não é mencionado; provavelmente tenha ficado na cidade de origem, mas não se sabe o motivo da ausência da menção ao seu nome. Possivelmente a cidade de Ur trazia à lembrança de Terá a morte do filho e a condição familiar que poderia ser considerada uma maldição pelos seus vizinhos. André Wénin defende essa motivação para a partida de Terá:

Essa partida, que se efetua com um casal sem filhos e com o filho sem pai, não visaria arrancá-los da infelicidade, deixando um lugar que parece amaldiçoado? Nada o diz explicitamente, mas não é vedado pensá-lo, pois sabemos que o que movimenta os seres é a carência e o desejo de viver que este atiça (WÉNIN, 2011, p. 218).

O pai de Abraão estava convicto da necessidade de mudança. As pessoas em situações semelhantes, geralmente, agem da mesma forma. Isso, às vezes, funciona, pois um novo local, um novo ambiente e novas pessoas podem estimular o esquecimento de fatos negativos e tristes do passado e abrir novos horizontes. Todavia, isso não é uma regra ou uma receita. Outra alternativa seria enfrentar a situação e superar as dificuldades. No entanto, Terá optou por

conduzir o primogênito com sua esposa e a Ló, o filho de Harã, que havia morrido.

A situação do casal sem filhos parece favorecer a aproximação com o sobrinho órfão. É possível que Abraão e Sara vissem Ló como um filho. Nessas condições, a tendência é o casal sem filhos apegar-se a uma pessoa na condição de Ló, que também buscava alguém que tivesse com ele afetividade e lhe proporcionasse segurança. Abraão e Sara, provavelmente, se apegaram a Ló de uma forma bem afetuosa, transferindo para ele o amor que estava reservado para os possíveis filhos, que quase todo casal almeja, em especial, para a cultura e ambiente em que eles estavam inseridos. Essa aproximação forte e afetiva vai ser significativa à frente, quando ocorre um conflito entre os servos de Ló e de Abraão.

A caravana para no meio do caminho. Quando chegam a Harã, uma cidade ao norte da Mesopotâmia, liderado pelo patriarca Terá, o grupo se estabelece ali. Não pode passar despercebido que o nome da cidade é a mesmo do filho morte de Terá, Harã. O local chama a atenção do patriarca, mas não era o objetivo inicial de ele habitar naquela terra. Algo mudou nos projetos pessoais de Terá: ele não queria mais ir até Canaã; sua preferência agora é se estabelecer em Harã, o que ele faz até sua morte. O lugar, cujo nome coincide com o nome do filho morto, possivelmente mexeu com os sentimentos do patriarca. Se ele saiu de Ur dos Caldeus para esquecer o passado, o passado parece que o seguiu. Por mais que os seres humanos procurem fugir do passado, ele continua existindo, como algo já acontecido e sem condições de ser alterado. O que se pode alterar é a maneira como lidamos com ele. Por isso, é muito importante superar os traumas que causam mal à vida das pessoas.

As pessoas têm a tendência de fazer uma leitura rápida e desatenciosa desse texto, pois geralmente pensam que Abraão somente sai com destino a Canaã após a morte de seu pai. Entretanto, o próprio texto nos informa que essa não é a verdade. No versículo 26, está escrito que Terá teve seus filhos somente após os 70 anos. No versículo 32, é informado a idade de Terá por ocasião de sua morte, 205 anos. No versículo 4, do capítulo 12, é informado que quando Abraão partiu de Harã para Canaã, ele tinha 75 anos. Dessa forma, é possível calcular a idade de Terá quando Abraão partiu, ou seja, aproximadamente 145 anos (70 anos quando Abraão nasceu, somado aos 75 anos de idade de Abraão quando ele partiu). Portanto, Abraão partiu sessenta anos antes da morte de Terá. Ele continuou a caminhada para Canaã, enquanto seu pai ficou em Harã.

O que terá motivado a saída de Abraão? Conforme observado nos versículos anteriores, Terá tinha uma grande influência e autoridade sobre sua família, conduzindo os “passos” a serem dados. Todavia, nesse novo momento, Abraão dá atenção para uma autoridade maior que a do seu próprio pai. Isso o conduz ao “abandono” de Terá ao partir para seu novo objetivo. Seu destino final acaba sendo o mesmo do objetivo inicial do próprio pai ao sair de Ur dos Caldeus — Canaã.

Esse acontecimento que mudou radicalmente a vida de Abraão é importantíssimo para a história desse patriarca, bem como para a história do povo israelita. Não menos importante para a história da igreja cristã, como veremos a seguir.

1.1.2 O chamado e a obediência do “Amigo de Deus”

A maioria dos comentaristas ao falar de Abraão começa pelo seu chamado no capítulo 12 de Gênesis. O chamado de Abraão é um dos acontecimentos mais importantes do Antigo Testamento, se não for o maior. Segundo Hoff (1997, p. 47), “aqui tem início a obra da redenção que fora insinuada no jardim do Éden (Gn 3.16)”. A perícope de Gênesis 12.1-3 narra o encontro do próprio Deus com o patriarca Abraão, o início da amizade que resultaria numa relação especial e estreita entre os dois. Essa relação vai inspirar a descrição em Isaías 41.8, quando Israel é chamado de semente de Abraão, o amigo de Deus.

Deus escolhe Abraão e ordena que ele saia dentre o seu povo idólatra. A ordem divina era para deixar sua pátria, família e a casa do pai e aguardar a indicação divina do lugar onde deveria se estabelecer; somente assim poderia usufruir das promessas proferidas. Wénin (2011, p. 225) afirma que “para Abrão essa partida constitui como um novo nascimento”. A mudança a ser feita era de uma ruptura radical na vida de Abraão e sua família. A orientação era para deixar o que era conhecido, palpável e concreto para seguir em uma direção desconhecida e incerta. Aparentemente, Deus já estava preparando-o para o que viria a ser sua vida futura, uma vida de confiança naquilo que ainda não se tinha e nem havia visto, o que ainda era apenas uma promessa. Como afirma Wénin (2011, p. 222), “uma atitude sem apropriação, posse ou cobiça”. Abraão estava aprendendo a

depender integralmente da ação e da vontade de Deus. A construção de uma relação de amizade que vai produzir uma experiência de fé exemplar para seus descendentes, tanto de sangue como espirituais. Abraão começa seu aprendizado de que um amigo de Deus é convidado a confiar integralmente nEle e desfrutar da segurança, mesmo quando as coisas não parecem seguras.

A promessa era fazer dele pai de uma grande nação com sua própria terra, dar-lhe fama e prestígio. De uma única pessoa surgiria uma grande nação por meio de sua descendência. Abraão não reluta. Com 75 anos de idade, atende prontamente a ordem de sair de Harã sem saber o destino final, pois acreditava que a bênção de Deus supriria tudo o que ele poderia vir a perder ou deixar para trás. O texto bíblico evidencia a confiança incondicional de Abraão na promessa e providência divina. Um exemplo de fidelidade para a obediência à vontade de Deus. Se para Abraão não era difícil seguir as orientações de seu pai, quanto mais agora seguir as orientações do Deus único. A relação das pessoas dentro de seu próprio lar tem muito a ver com seu comportamento com Deus. Por isso, a importância de investirmos nos relacionamentos familiares. Os pais têm a responsabilidade de construir um ambiente de amizade, confiabilidade e segurança no lar. O investimento na família é um retorno garantido no presente e no futuro. Abraão demonstrou um bom exemplo dentro de seu lar e isso foi transferido também para o relacionamento com Deus.

Em Gênesis 2.2, a promessa de Deus vem acompanhada de uma ordem imperativa para Abraão ser uma bênção. Abraão iria receber as bênçãos de Deus, mas também deveria ser uma bênção para as demais pessoas. Essa era sua missão. Um grande exemplo para os dias atuais, em que as pessoas estão constantemente em busca de bênçãos, de atendimento aos seus interesses pessoais, na maioria das vezes mesquinhas e egoístas. Tornando a religião um instrumento mercantilista da fé, uma troca. O que vemos na promessa condicional de Deus a Abraão é que as pessoas que são abençoadas por Ele devem também instrumentalizar o que recebem em bênçãos para o próximo. Diferente do que muitas pessoas acreditam, bênçãos não são sinônimos de valores materiais e prestígio, mas, sim, de compartilhamento e benefício coletivo. Deus prioriza o coletivo, e não privilégios pessoais e egoístas. A orientação divina a Abraão evidencia essa verdade.

A afirmação divina se torna mais abrangente e clara quando a bênção de Abraão é destinada a todas as famílias da terra. Perceba que não está dirigida exclusivamente para a família do patriarca e seus descendentes, mas a todas as

pessoas que reconhecessem a sua bênção. Todavia, da mesma forma que Abraão, elas deveriam ter uma atitude sem apropriação, posse ou cobiça. Por outro lado, as pessoas que desprezassem a bênção de Abraão, consequentemente, seriam amaldiçoadas. Portanto, no texto fica manifesto que a bênção prometida era universalista, e não exclusivista. Desse modo, um receptor original da bênção, por uma atitude desprendida e humilde, torna-se instrumento de bênção de todas as pessoas que têm a mesma atitude. André Wénin traz uma boa contribuição para o entendimento desse processo de reciprocidade da bênção:

Pois a vida não pode desabrochar em contexto de rivalidade e concorrência, mas somente de partilha e de intercâmbio. Nesse sentido, assim como Abrão deve aceitar desprender-se de sua terra, de seu nascimento e de sua casa para responder ao convite do Adonai, também aquele que quer receber a bênção deve ele próprio afastar-se da lógica da inveja e da cobiça. [...] quem despreza Abrão, quem o trata sem consideração (segundo o sentido primeiro do verbo hebraico qll aqui empregado) será votado à maldição por Adonai, à morte que ele próprio escolheu. De fato, quem recusa reconhecer que o desabrochar da sua vida passa por uma justa relação com outrem incorre na maldição de Caim, na medida em que sua atitude é negação do outro, violência e morte. [...] a bênção é oferecida a todos por Adonai por meio de Abrão. Não é imposta a ninguém (WÉNIN, 2011, p. 225).

Aqui é importante destacar dois termos: “pai de muitas nações” e “pai das nações”. O primeiro termo se relaciona com os descendentes de sangue, pois, de acordo com a tradição bíblica, Abraão não foi apenas o progenitor do povo de Israel por meio da descendência de Isaque, mas também da descendência de Ismael (Deus ouve) e dos filhos de Queturá que, por sua vez, são progenitores de diversas nações. Além disso, por Abraão ser avô tanto de Jacó como de Esaú, abre-se outra linha genealógica. Dessa forma, pela descendência sanguínea, Abraão já se constitui pai de muitas nações. O segundo termo está relacionado com a expressão “todas as famílias da terra”, ou seja, independente de descendência sanguínea, Abraão é o pai de todas as nações que aceitam a bênção que Deus prometeu ao patriarca.

É o segundo termo que chamará a atenção de Paulo e que passa despercebido por

aproximadamente dois milênios pelos judeus. Interessante, como os descendentes de Abraão até os dias da Igreja Primitiva ainda não haviam entendido essa grande verdade. O apóstolo Paulo não foi diferente de seus compatriotas judeus; ele também, antes de sua conversão, entendia que a bênção abraâmica era exclusiva para os descendentes biológicos de Abraão. Os descendentes de Abraão viriam se tornar exclusivistas e nacionalistas. Felizmente, Paulo foi transformado e entendeu a revelação do evangelho. Por isso, sua dedicação exclusiva para a divulgação dessa verdade. Portanto, desde seu chamado, Abraão já havia recebido a missão de ser um instrumento de bênção para todas as famílias da terra. Paulo, sabiamente, resgatará isso na Epístola aos Romanos. A “eleição” de Abraão se apresenta como um dom de Deus que tem por finalidade a felicidade de todos os seres humanos, não exclusivamente uma pessoa ou nação.

Abraão recebe a promessa, mas ao chegar a Canaã encontrou a terra povoada pelos cananeus. Ali, se estabeleceu com sua família, inclusive seu sobrinho Ló. O texto bíblico deixa claro que Abraão não sai de mãos vazias, uma vez que seus bens são multiplicados em número de servos na cidade de Harã. Portanto, a cidade de Harã não parece ser uma terra de maldição para a família de Terá. Talvez por isso, ele tenha permanecido por mais sessenta anos nessa cidade, até sua morte. Abraão parte com sua família, e muitos bens e servos, com destino ainda não definido; todavia, com o desenrolar da história, o local de destino passa a ser identificado como Canaã, o destino inicial desde a saída de sua cidade de origem, Ur dos Caldeus. Inicialmente o grupo vai até Siquém, local prometido por Deus como futura terra de seus descendentes. Eles continuam a caminhada até chegar ao sul da região. Praticamente transpassando a Terra Prometida como possessão de sua descendência; portanto, a promessa não era somente de abundância de descendentes, mas também de uma terra ampla para possessão de seus descendentes. Por onde passava, Abraão construía um altar para adoração a Deus, uma forma de adoração, gratidão e confiança na orientação e cuidado divino. Fora de sua terra natal, o patriarca torna-se um estrangeiro e peregrino, todavia mantém sua fidelidade a Deus juntamente com sua casa.

O tema principal da promessa de Deus era a descendência de Abraão, o que incluía diretamente Sara. A confiança na promessa cria a expectativa de que, com sua esposa, ele teria um filho que daria sequência ao seu nome. Quando recebeu a promessa, Abraão estava com aproximadamente 76 anos e Sara 66 anos, mas apesar da idade avançada, ele alimentou suas expectativas. Uma das

fontes de felicidade para o ser humano é ter uma motivação para a vida, uma razão para viver. A promessa de descendente para o casal deve ter sido a causa de motivação. Todavia, quando o tempo passa e a promessa não acontece, a motivação passa a ser comprometida, pois o ser humano fica mais sujeito às dúvidas e temores. O texto, nesse momento, não menciona qualquer questionamento ou dúvida por parte de Abraão, mas humanamente falando, é possível que isso já passasse pela sua mente. No entanto, ele mantinha sua crença e continuava sendo um exemplo para seus familiares e os de sua casa.

O destino final de Abraão é a região de Neguebe. O que restava ao patriarca era confiar em Deus, manter sua rotina, liderar seus familiares e servos, e aguardar o cumprimento da promessa. Para um casal sem filhos, o assunto da promessa de descendentes deveria ser constante, os planos na criação e as projeções de futuro poderiam fazer parte de seus diálogos. Tudo parecia estar bem na casa de Abraão até que surge um momento de crise na região de Canaã. Havia algo novo, um desafio a ser superado, como veremos a seguir.

1.1.3 As provas de Abraão: uma fé em desenvolvimento

Não existe na terra uma situação livre de provas, nem alguma pessoa livre de defeitos. Houve fome em Canaã e a incredulidade encontrou lugar no coração do pai dos fiéis, e Abraão vai ao Egito em busca de melhoria na sua qualidade de vida. Esse episódio demonstra que mesmo um patriarca, referencial para seu povo, comete falhas. Com medo do Faraó, que cobiçou Sara por sua beleza, Abraão oculta sua relação conjugal e a apresenta como sua irmã. Além disso, pede à sua esposa e servos que confirmem sua mentira. Faraó toma Sara por esposa, a mentira de Abraão é descoberta, ele é repreendido. Porém, devido ao temor de faraó pelo seu erro, despede-o com grandes riquezas para retornar a Betel (Gn 12.10-20). Entre os estudiosos, as opiniões diferem quanto a essa narrativa. Ego (2013, p. 13) afirma que “enquanto alguns intérpretes pretendem descobrir a pouca fé de Abrão, até mesmo sua covardia, outros veem a narrativa como um prova de inteligência da astúcia do patriarca”. A formação de cada pessoa irá interferir na interpretação dessa passagem da vida do patriarca.

As provas na vida de Abraão continuam. Ele que havia se tornado um homem

rico e próspero compartilha de sua riqueza e prestígio com seu sobrinho Ló, companheiro de viagem e de vida. Tudo corria bem até que surgem discórdias entre os pastores de ovelhas de Abraão e de Ló. Abraão, influenciado pela sua afetividade pelo sobrinho, conforme já tratado anteriormente, contrariando o costume de sua época, oferece o direito de escolha do lugar de habitação ao sobrinho Ló, enquanto a prioridade era dele. Ló tira vantagem da bondade do tio e escolhe a região de Sodoma e Gomorra, que era mais próspera. Assim, Abraão passa habitar em Hebrom, mas é compensado pela ratificação da promessa divina. Aparentemente, Ló estava em vantagem, mas nem sempre o que parece ser melhor é, de fato, o melhor. O Salmo 73 é um bom exemplo, já que o salmista sente inveja dos malfeitores que aparentemente eram mais prósperos e felizes do que ele próprio, mas quando ele vê o fim das coisas percebe que o melhor é estar na direção de Deus, independente do que aparentam as circunstâncias. A prioridade deve ser a paz e comunhão com Deus, pois com essa segurança o ser humano consegue superar as dificuldades, por maiores que sejam.

Enquanto Abraão estava em paz junto com sua família, a cidade de Sodoma e seus habitantes, inclusive Ló e família, foram surpreendidos por invasores procedentes do oriente, mais precisamente da Caldeia e da Pérsia. Ao ser avisado, Abraão armou 318 dos seus servos e, com ajuda de seus aliados amorreus, perseguiu os invasores e libertou seu sobrinho e habitantes de Sodoma e vizinhança dos quatro reis derrotados. Na volta, Abraão paga o dízimo dos despojos a Melquisedeque. A introdução desse personagem bíblico é razão de controvérsias entre os estudiosos do Antigo Testamento. Ele surge como o primeiro sacerdote mencionado na Bíblia, e os cristãos, com base em Hebreus 7.1-17, o consideram como precursor de Jesus. Ele é apresentado como sacerdote e rei, uma combinação não comum no Antigo Testamento, mas que foi aplicada a Jesus. O nome Melquisedeque significa “rei de justiça” e era chamado rei-sacerdote de Salém, que se supõe ser o lugar que posteriormente foi chamado de Jerusalém, a Cidade da Paz:

O nome do misterioso personagem significa “rei de justiça” ou “meu rei é justiça”, ou “meu rei é Zedeque”. Zedeque é a palavra hebraica para “justiça”, e também o nome de uma divindade cananita. Melquisedeque era o rei-sacerdote de Salém, que é uma forma abreviada de Urusalim, “cidade de paz”, identificada com Jerusalém. As placas de Tel el Amarna identificam Salém com a Jerusalém

de 1400 a.C. Shalom é a palavra hebraica para “paz”, e shalém era provavelmente o deus da paz canaanita (MOODY, 1986, p. 27).

Abraão se recusa a aceitar o despojo de guerra e os bens que haviam sido recuperados, de direito do libertador, segundo era o costume da época:

Fortalecido por seu encontro com Melquisedeque, Abraão negou-se a aceitar como despojo de guerra os bens de Sodoma que havia recuperado, e desse modo deu bom testemunho ao rei de Sodoma. Segundo o costume daquele tempo, o libertador guardava para si o despojo quando resgatava a outros do inimigo; mas Abraão não quis que ninguém, exceto Deus, pudesse dizer que o havia enriquecido. Demonstrou que ele não dependia de um rei humano, mas do Rei do céu a quem havia “levantado sua mão” (HOFF, 1997, p. 53).

Entre os comentaristas se destaca a polêmica sobre a literalidade ou não da figura de Melquisedeque. O importante é a lição que Abraão deixa por ser desprendido das coisas materiais e a prioridade que ele dava para os aspectos espirituais e éticos. Uma virtude não tão comum nos dias atuais, em que líderes religiosos abusam da fé de seus liderados e aproveitam das bênçãos dadas por Deus para tirar vantagem. Abraão demonstrou a segurança de seu chamado, isso é importante para direcionar as atitudes de um líder.

Dessa forma, Gênesis 12–14 insere na história da humanidade da figura de Abraão, chamado por Deus com a promessa de que seria pai de uma grande descendência. No entanto, demonstra que o ser humano é falho e não omite o problema de caráter que ocorreu com Abraão enquanto estava no Egito. Todavia, ressalta a regeneração de Abraão com o evento da guerra com os quatro reis e o desprendimento ao recusar receber os despojos dos derrotados. Abraão demonstra ser uma pessoa desprendida de bens materiais e pacificador, uma pessoa que usa do bom senso para resolver os problemas de conflitos, como foi o caso da relação com seu sobrinho Ló. Porém, as provas na vida de Abraão não haviam terminado. Na realidade, muitas ainda estariam por vir.

Depois de uma grande vitória, Abraão obtém o reconhecimento de muitos pela

sua determinação. Nesse momento, a fé demonstrada direciona o reconhecimento para o seu Deus, pois o tem como um forte protetor e poderoso. No entanto, apesar da vitória e honras recebidas, é narrado um novo episódio que destaca a dúvida de Abraão. Uma das grandes virtudes da Bíblia é a sua imparcialidade com relação a grandes personagens, como no caso de Abraão. Por mais que a narrativa bíblica sobre a vida do patriarca destaque a sua proeminência, também avulta que ele era um ser humano como os demais, com falhas e dúvidas. O início do capítulo 15 registra uma visão de Abraão em que suas dúvidas e queixas são colocadas perante o seu Deus, após uma palavra divina de ânimo: “Abraão, não tenhas medo”. Ele questiona do que vale a recompensa de Deus se ainda não tinha filhos e que toda sua herança seria destinada a um de seus empregados, nascido e criado em sua casa, Eliezer (Gn 15.3).

A figura, exemplo de fé, questiona a promessa divina não cumprida até aquele momento. A dúvida é uma constante na vida do ser humano, em especial aqueles que são reconhecidos como referência de fé, que muitas vezes não querem admitir seus medos e dúvidas, como se fossem “super-heróis”. Abraão não faz rodeio com o Criador e Soberano, questiona, reclama, todavia não falta com respeito. Ele toma como certo que sua situação continuaria até o fim de sua vida e seu criado seria seu herdeiro, mas não esconde sua frustração por não ter filhos. Deus reafirma sua promessa e destaca o tamanho da bênção, sua descendência seria incontável como as estrelas do céu. O pedido de Deus para que Abraão contasse as estrelas é um texto formidável. Era algo impossível, como impraticável seria também contar a descendência do patriarca.

Wénin (2011, p. 225) afirma que “na estratégia de vida que a eleição de Abrão inaugura, a dinâmica da aliança aparece como central, pois não priva nenhum ator de sua responsabilidade nem de sua liberdade”. O futuro dependia da decisão de Abraão, ele tinha liberdade de escolha, poderia escolher duvidar e apostar na vida de seu servo como seu herdeiro ou confiar em Deus e aguardar pacientemente pela realização do que parecia impossível acontecer. A decisão tomada por Abraão servirá como exemplo para seus descendentes e às pessoas de todas as nações. Uma atitude que na releitura do apóstolo Paulo no Novo Testamento resultará na justificação de Abraão por meio da fé.

1.2 A Fé Incondicional na Promessa e a Justificação de Abraão

A visão chega ao texto considerado o ápice desta pesquisa com relação ao personagem de Abraão, em Gênesis 15.6, em que ele demonstra o tamanho de sua fé. Aquele que acabara de questionar a Deus pela esterilidade de sua esposa e não cumprimento da promessa, após ouvir a reafirmação da promessa de filho como herdeiro e uma descendência incontável, confirma com veemência sua fé na palavra de bênção. Como uma fé que estava quase por desfalecer toma novo rumo? Interessante como as pessoas são motivadas por Deus no último momento de esgotamento da fé, trazendo um renovo e uma esperança que supera as dificuldades. Deus, vendo a posição e fé de Abraão, “credita em sua conta” essa atitude como aceitável.

Um texto que poderia passar despercebido pelo leitor atual se o apóstolo Paulo não tivesse deixado registrado no capítulo 4 da Epístola aos Romanos a sua releitura dessa narrativa. No entanto, para os judeus, era mais uma comprovação da paternidade judaica de Abraão.

1.2.1 A promessa divina é ratificada a Abraão e é estabelecida a circuncisão

Com relação à promessa de descendência e posteridade, basta a palavra de Deus. No entanto, no que se refere à promessa de posse da terra, o Senhor empenha seu compromisso por meio da celebração de uma aliança. Deus promete Canaã como herança a Abraão a partir de Gênesis 15.7, e ele pede um sinal. A resposta foi dada por meio de um sacrifício especial, um ritual com animais que geralmente eram usados nos holocaustos. Um novo teste de fé.

Abraão, após a iluminação da promessa, vivencia outro aprendizado a respeito da fé, “encenado” ainda no capítulo 15 do Gênesis, que reflete uma arcaica

tradição. Terror e revelação se cruzam sobre o pano de fundo de um crepúsculo que vara a noite. Primeiramente, pede-se ao patriarca que cumpra um ritual truculento de juramento ou de aliança. Sobre o pó da planície são dispostas duas filas de alguns animais esquartejados e sanguinolentos. É um ritual de automaldição: os estipuladores de um pacto, passando em meio àqueles pedaços de carne, auguram-se a mesma sorte (o esquartejamento), em caso de violação do pacto (RAVASI, 1999, p. 64-65).

Após preparar tudo conforme designado por Deus, aves de rapina foram atraídas para a cena, porém Abraão enxotava-as. Entretanto, um sono profundo caiu sobre Abraão e Deus revela a ele como a sua descendência seria escrava em terra estranha por quatrocentos anos. O Senhor afirma que os opressores seriam julgados e garante que quando o povo retornasse tomaria posse da Terra Prometida. Revela, também, a extensão dessa terra, “desde o rio do Egito até o grande rio Eufrates”. Essa extensão só foi possível nos tempos de Davi e Salomão. Essa promessa foi a motivação do povo hebraico, enquanto estavam escravizados no Egito, para seguir o grande líder e profeta Moisés no episódio do êxodo.

Passados dez anos da chegada de Abraão a Canaã, ele ainda aguardava o cumprimento da promessa de descendentes. Sara, que já não esperava mais poder gerar filhos, propôs a Abraão que tomasse Agar, sua serva, como esposa, cujos filhos ela poderia adotar. Essa prática era comum no Antigo Oriente; no entanto, a atitude do casal causou efeitos negativos de vasto alcance na família e na sua posteridade. Um costume aceito culturalmente, todavia um atalho humano para uma promessa divina. O comportamento de Sara e Abraão de procurar alternativa para a antecipação da promessa, guardadas as proporções, se repetem nos dias atuais. Os seres humanos têm dificuldade em aguardar o tempo de Deus. Muitos se cansam no meio da caminhada, influenciados pelo imediatismo. Isso ocorre com mais facilidade em uma sociedade consumista como a atual, em que o “ter” se torna mais importante do que o “ser”. Os objetos e desejos pessoais são priorizados e as pessoas são desvalorizadas; todavia, por maior que seja o desejo, a vontade de Deus deve ser priorizada. Assim, as pessoas são beneficiadas, pois Deus prioriza o bem da coletividade, e não os desejos pessoais. No caso de Abraão, o objetivo divino era alcançar as nações, e não prestigiar uma única pessoa. Deus agiu na vida de Abraão por amor às nações.

Agar fica grávida e desfaz de Sara, e isso aborrece muito a sua senhora. Como resultado, Abraão, incitado por Sara, expulsa Agar de sua casa e a envia para o deserto. Todavia, em sua experiência no deserto, ela também recebe a promessa de uma grande descendência por meio de Ismael, o filho que nascera do relacionamento entre Agar e Abraão. Portanto, nasce o projeto de outra grande nação que seria descendência de Abraão. O patriarca estava com 86 anos quando Ismael nasceu.

Passados 13 anos, quando Abraão estava com 99 anos, novamente o Senhor aparece a ele. Se for considerada a primeira vez que ele recebeu a promessa, com 75 anos, já havia decorrido 24 anos. Nessa narrativa (Gn 17.1-22), porém, é incluído um novo aspecto da promessa. Em Gênesis 17.4-14, a participação distinta de Deus e de Abraão fica evidente. Na primeira parte de Gênesis 17.4-8, que inicia com a expressão “Quanto a mim”, fica evidente a participação ativa de Deus, que é a realização da promessa em resposta à preocupação de Abraão que começa em Gênesis 15.3, que é consolidada com a finalização do versículo “serei o vosso Deus”, uma garantia da presença divina perene na vida de Abraão e sua descendência. No início de Gênesis 17.9-14, fica evidente a participação ativa de Abraão no imperativo de Deus: “quanto a ti”. Todavia, não era somente para Abraão, mas também para sua descendência. Essa condicional definiria a manutenção da aliança entre Deus e Abraão.

Deus estabelece um sinal para o pacto com Abraão sobre sua promessa. A partir de Abraão, todos os seus descendentes masculinos e as pessoas do sexo masculino que estivessem junto a sua casa deveriam fazer a circuncisão como sinal da aliança com Deus. A circuncisão é a remoção do prepúcio, uma pele que cobre a glande do pênis. Doravante, o rito deveria ser realizado no oitavo dia de vida e simbolizava a inserção do indivíduo no povo eleito por Deus, segundo a promessa feita a Abraão. Segundo D. L. Moody a circuncisão não era algo inédito, mas já utilizada por outros povos:

Como símbolo ou sinal de aliança, Abraão e seus descendentes teriam de adotar o rito da circuncisão e obedecer rigorosamente aos mandamentos à mesma referente. Assim apresentariam aos povos vizinhos um lembrete perpétuo de sua dedicação e completa sujeição a Jeová. A circuncisão não era um rito novo. Nem se limitava ao povo hebreu. Era largamente praticado em muitas regiões do mundo, especialmente no Egito e Canaã. Os assírios e babilônicos, entretanto,

recusavam-se a participar dele (MOODY, 1986, p. 33).

A desobediência a esse compromisso resultaria na expulsão da comunidade. Isso poderia significar vagar pelo deserto, ser transformado em escravo e até mesmo a morte. A prática da circuncisão, iniciada por Abraão, com o tempo passa a se tornar um requisito obrigatório na Lei Mosaica, conforme Levítico 12.2-3. A não observância dessa regra poderia ser punida com a morte. Sua importância também era evidenciada com a obrigatoriedade de ser feita no oitavo dia, mesmo que coincidisse com o dia de sábado. Dessa forma, se torna mais importante do que o próprio dia sagrado para os judeus. A circuncisão passa a ter uma importância fundamental entre os judeus, em especial, com a instituição do judaísmo formalizado. Contudo, antes de Paulo afirmar a proeminência da circuncisão espiritual sobre a circuncisão física, o Pentateuco (Dt 10.16; 30.6) e os profetas do Antigo Testamento como Jeremias já davam esse destaque (Jr 4.4; 9.25). Sendo assim, mesmo no Antigo Testamento já se tinha a noção de que o ritual não pode ser mais importante do que as pessoas, entretanto a maioria não entendia desse modo e preferia manter a religiosidade, como será visto ao analisar o texto específico da Epístola aos Romanos (Rm 4).

Mais uma vez, Deus revigora sua promessa de descendência. Ele renova o pacto com Abraão e lhe promete um filho com Sara. Nesse momento, ocorre a mudança dos nomes de Abraão e Sara. Portanto, as vésperas de seus 100 anos. Abrão, que significa “pai excelso”, foi mudado para Abraão, “pai de uma multidão de nações”. Sarai, que significa “minha princesa”, teve o nome mudado para Sara, que significa “uma princesa”. O texto bíblico informa que Abraão riu dentro de si e questiona a Deus, considerando ser impossível aos 100 anos e Sara com 90 anos dar à luz um filho. Ele oferece Ismael para ser seu sucessor. Mais uma vez se vê a tentativa humana de fornecer alternativa para a realização das promessas de Deus. Como se o Altíssimo fosse limitado e dependesse de concessões humanas para fazer a sua obra. No entanto, Deus considera a intercessão por Ismael e ratifica a afirmação que já havia feito anteriormente, mas reafirma que a promessa iria se cumprir com o filho dado por Sara, cujo nome deveria ser Isaque. No mesmo dia, Abraão com 99 anos, Ismael com 13 anos e todos os do sexo masculino nascido em sua casa, bem como os de sua casa que foram comprados de estrangeiros foram circuncidados (Gn 17.23-27). A agilidade de Abraão para cumprir a ordem divina demonstra que ele creu na promessa de Deus. Portanto, o nome mais conhecido do patriarca é recebido já

em idade avançada, isto é, durante a maior parte de sua vida ele foi conhecido como Abrão. A partir de então, a história dele muda radicalmente.

O capítulo 18 relata mais uma aparição de Deus a Abraão para afirmar que Sara daria à luz um filho. O que é considerado uma teofania,[3] representada pela figura de três homens que visitam Abraão. No entanto, dessa vez, Sara estava escondida e escuta a promessa. Ela também ri dentro de si e, diferente do que ocorreu com Abraão, ela é advertida e a promessa, mais uma vez, é ratificada (Gn 18.10-15). Aparentemente, Sara não tinha a mesma compreensão e confiança na promessa de Deus que Abraão, ele até pode ter tido momentos de dúvidas, todavia em seu íntimo a crença na promessa falava mais forte, superando seus períodos de incertezas. Quem nunca teve dúvidas ou questionamentos sobre sua fé? O que frequentemente se ouve são expressões de confiança inabalável, mas nem sempre as pessoas estão sendo sinceras. Talvez na boa intenção para não demonstrar fraquezas e não abalar a fé de quem as ouve. Todavia, o ser humano não é perfeito e precisa lidar com as incertezas para superar as dificuldades e ser vitorioso. Infelizmente, a dificuldade para entender isso tem levado muitas pessoas ao fracasso. Reconhecer as fraquezas também é um ponto estratégico para superação das dificuldades. Por isso que no planejamento estratégico das empresas uma das primeiras ações a serem tomadas é a identificação das fraquezas, buscando medidas para superação destas a fim de dar suporte aos pontos fortes.

Em seguida, em Gênesis 18.17-22, é revelada a destruição de Sodoma e Gomorra, e Abraão se lembra de seus familiares. Ló não havia sido coerente no episódio da separação dos dois; mesmo assim, seu tio não guardava mágoas e se preocupava com o bem-estar dele e de sua família. Abraão intercede pela não destruição de toda a cidade e seus moradores, mas somente Ló e suas filhas conseguem se libertar das consequências da ruína. A atitude de Abraão demonstra que ele tinha uma virtude que tem faltado em muitos líderes para agir com situações semelhantes. Estes têm dificuldade de perdoar e de manter uma atitude superior que possibilite a superação de relacionamentos difíceis e alavancar pessoas com problemas em seus comportamentos e caráter.

Na sequência, Abraão vai a Gerar e, movido pelo temor, repete o mesmo erro do Egito. Mais uma vez, Abraão esconde sua condição conjugal com Sara e a apresenta como sua irmã, que é entregue a Abimeleque, rei de Gerar. Este é exortado por Deus em sonho e a devolve a Abraão, mas antes o repreende por sua mentira. Hoff (1997, p. 62) afirma que alguns estudiosos creem que esse

relato não se acha em correta ordem cronológica, pois a essa altura Sara teria noventa anos. Moody (1986, p. 34-35.) enfatiza algumas qualidades de Abimeleque e o coloca com certa superioridade, nessa oportunidade, sobre Abraão.

Assim, percebe-se que a promessa feita a Abraão não se cumpriu imediatamente e nem em médio prazo. Passados 24 anos da primeira menção da promessa, ele ainda estava por esperar seu cumprimento. No entanto, Deus constantemente o relembrava e ratificava a promessa por cumprir. A persistência de Abraão foi levada em conta, mesmo que ele tenha apresentado momentos de dúvidas, como qualquer ser humano está suscetível. O cumprimento da promessa era muito aguardado por Abraão e sua casa.

Dessa forma, a promessa do capítulo 15 se renova no capítulo 17, complementada por um mandamento de condicionalidade. Abraão deveria ser um referencial de bênção às demais pessoas, uma obrigatoriedade moral de dependência total em relação a Deus (Gn 17.1). Além disso, foi instituído um sinal em forma de ritual que comprovaria a aliança realizada, a circuncisão (Gn 17.2,10-14). Um sinal que não ficava exposto, mas, sim, escondido; todavia, obrigatório e símbolo, como um selo, da participação na aliança com Yahweh, Deus de Israel. A circuncisão também tinha uma função em relação à saúde do homem e da mulher, considerando as condições de vida dentro de um ambiente nômade, como de Abraão e seus descendentes.

O termo aliança (berit) aparece 17 vezes no capítulo 17, reforçando a garantia do cumprimento da promessa de extraordinária fecundidade (Gn 17.4-6) e da posse da terra (Gn 17.8). Uma aliança entre Deus e Abraão, que deveria ser mantida e honrada pelos seus descendentes.

1.2.2 O cumprimento da promessa e a maior prova de Abraão

Finalmente, no capítulo 21, parte da promessa é cumprida. Nasce Isaque, filho de Abraão com Sara, quando ele estava com 100 anos de idade e Sara com 90 anos. A presença de Isaque provoca ciúme em Ismael, que zomba dele, e, a pedido de Sara, o menino e a mãe Agar são expulsos por Abraão. Porém, não

foram abandonados por Deus, que promete fazer dos descendentes de Ismael uma grande nação. Essa separação deve ter causado uma dor profunda em Abraão, mas era uma consequência natural da busca de alternativa humana para maquiar a promessa de Deus.

É relatada no capítulo 22 uma das narrativas mais surpreendentes e que comprovam a fé que Abraão, mesmo com falhas, tinha no poder de Deus. Isaque é solicitado como sacrifício a Abraão como prova da sua confiança em Deus. Isaque havia nascido por uma ação miraculosa e sob a promessa de tornar-se uma grande nação. Agora Deus o pede quando ainda era uma criança em holocausto, como oferta de amor da parte de Abraão. Um pedido difícil de entender e complicado para se cumprir. Na realidade, era o momento de Abraão provar a sua confiança na aliança formalizada em Gênesis 15.6. No entanto, essa prova não era para Deus, pois quando a aliança foi realizada, Ele já havia imputado a Abraão a sua conduta de fé. O Senhor já sabia previamente da atitude de Abraão, mas para que sua fé e obediência ficassem registradas para seus descendentes o patriarca é colocado à prova. No Novo Testamento, a abrangência do exemplo é ampliado na releitura do apóstolo Paulo (Rm 4), que estende ao sentido espiritual, como veremos em capítulos posteriores.

Abraão é apresentado como um homem idoso e com muitas experiências com Deus, um símbolo de bênção divina com o nascimento do filho em sua velhice. Ao ser acionado por Deus, imediatamente se coloca à disposição: “eis-me aqui”. Depois de tantas experiências com esse Deus, por que vacilar? Mas o pedido não era comum, pois o Senhor pede-lhe o que tinha de mais valioso, um filho gerado na sua velhice, objeto da promessa que aguardou por boa parte de sua vida. Ele deveria ser oferecido na terra de Moriá, sobre uma montanha ainda a ser indicada. Abraão não pede tempo para pensar, nem para curtir seu filho um pouco mais, nem para posicionar para sua esposa e os de sua casa. No dia seguinte, sem relutar, Abraão toma o caminho indicado com dois de seus servos e seu filho Isaque, a quem muito amava.

Na caminhada, qualquer barulho devia ser fácil de ser ouvido. O silêncio devia prevalecer, pois dificilmente Abraão deveria estar disposto a conversar. Muita coisa deve ter passado em sua mente, muitas lembranças a partir da primeira vez que ouviu a promessa aos 75 anos deviam ir e vir em seus pensamentos. O momento do nascimento de Isaque, a sua circuncisão, momentos de orientação, vendo-o dormir e muito mais. Muitas lembranças devem ter passado pela memória do já idoso Abraão. Depois do sacrifício, como lidar com isso? Como

contar para a mãe e os amigos? Qual o tamanho da angústia de um pai que precisa sacrificar seu único filho, fruto de uma promessa divina recebido na parte final da vida, para selar uma união sagrada, violando assim, seus instintos, seus sentidos e suas noções éticas básicas? Qual ser humano consegue lidar com tal situação? Aquele Abraão duvidoso, que utilizou de alternativas humanas para alcançar a promessa divina, agora encara a situação de frente e não desobedece à orientação divina.

Com base na confiança naquEle que pediu, Abraão continua sua caminhada. Após três dias, avista o local indicado (não há informação de como o local foi identificado), deixa os servos junto com o jumento utilizado para transportar os objetos para o sacrifício e segue com seu filho, subindo a montanha. Depois de alguns momentos de caminhada, o filho curioso por ver madeira, cutelo, mas não ver nenhum animal para ser oferecido, se atreve a perguntar ao pai onde estaria o cordeiro para o holocausto. Abraão responde que quem iria prover o cordeiro para o holocausto seria Deus. O que estava por trás dessa resposta? Uma manifestação de fé? Uma forma de iludir a verdadeira vítima? Não se tem certeza, mas seguramente foi difícil para o patriarca respondê-la, qualquer que seja sua intenção. Precisou de uma grande habilidade para não transparecer o tamanho da emoção que o estava sobrecarregando.

Em determinado momento, em que tudo estava pronto, certamente, o jovem filho já devia saber que ele seria o holocausto. A narrativa bíblica não registra nenhuma ação de resistência por parte de Isaque. Aparentemente, mesmo com medo e angústia, se coloca em obediência ao pai, pois a diferença de idade era significativa e se quisesse, possivelmente, teria facilidade para escapar de Abraão, já idoso. Isaque, provavelmente, já não era mais uma criança, pois poderia carregar a lenha e já entendia como se faz um sacrifício. Ele estava no início ou em plena adolescência. O texto relata que o filho foi amarrado e colocado sobre a lenha que estava sobre o altar. Tudo pronto, Abraão levanta o cutelo para sacrificar o próprio filho, em obediência à ordem divina, mas sua ação é interrompida por um anjo, da parte de Deus, que o chama pelo nome: “Abraão, Abraão!”. Algo estava acontecendo. A maior prova de Abraão estava no fim. Um cordeiro é providenciado por Deus, em substituição ao filho indefeso, que obediente aguardava ser sacrificado.

Qual teria sido a atitude de Abraão ou de seu filho após a mudança de planos? Certamente, tiveram uma alegria imensurável, mas o texto não registra qual foi o comportamento deles. Certo que o alívio depois de uma situação angustiante e

triste é muito grande. Deve ter sido algo inacreditável e indescritível. Tanto do pai que “recebe” o filho pela segunda vez como para o filho que, sem entender a atitude de um pai que dizia amá-lo — mas que precisava matá-lo para agradar seu Deus —, se liberta do destino da morte. Abraão estava sacrificando sua própria felicidade, por não dizer razão de vida, o seu futuro. Ele teve muita coragem e firmeza na fé para fazer isso!

Quem lê Gênesis 22 pode ser tentado a imaginar que era comum oferecer crianças na época do patriarca, mas no período das sociedades pré-estatais o sacrifício de criança praticamente não existia (DREHER, 1986, p. 27; SCHWANTES, 1991, p. 85, 89). Essa prática não tinha lógica para as famílias. Isso não ocorria na época dos clãs antigos, porém na época da sociedade tribal essa prática era conhecida. Nessa época, os cananeus já praticavam sacrifícios humanos (SCHWANTES, 1986, p. 41). No período da monarquia, essa realidade era outra (MESTERS, 1989, p. 246), pois os povos vizinhos de Israel utilizavam esse artifício nas reuniões religiosas e até em Israel, em determinados períodos de apostasia (2 Rs 16.3; 17.17). Segundo Bingemer (2001, p. 32), na época da monarquia em Israel, era uma prática comum o sacrifício de crianças. Em momentos de crises nacionais ou para estabilizar as instituições do Estado se oferecia sacrifícios de criança para aplacar a ira dos deuses. Portanto, uma prática de interesse do Estado e nunca de família em específico, como afirma Schwantes:

[...] o sacrifício de crianças justamente visa ativar os ritmos naturais em momentos de crises, sejam elas de ordem natural ou política. Os Estados necessitavam do sangue da criança para que, aplacando as iras divinas, pudessem continuar a explorar o suor e o sangue dos camponeses. O sacrifício da criança, em particular do primogênito, estava, pois a serviço do Estado e das instituições das camadas de posse (SCHWANTES, 1986, p. 22).

Todavia, essa nunca foi uma prática aprovada pelo Deus de Israel. Na realidade, isso serve para demonstrar a distinção de Yahweh em relação às crenças politeístas, contra uma ação cultural assassina. A narrativa da prova de Abraão em Gênesis 22 não quer dar ênfase à prática, mas, sim, à obediência e à fé demonstrada pelo patriarca. Uma demonstração de que a atitude e fé das pessoas

está acima dos rituais sacrificiais. A prova de que Deus não tem parte com esse ato é o fato de Isaque ter sido substituído por um cordeiro, e Abraão ter chamado aquele lugar de “o Senhor proverá”. Esse acontecimento serve como figura de um drama sublime que milhares de anos depois ocorreria no Calvário.

Após esse episódio, Deus volta a se comunicar com Abraão, reafirmando as bênçãos, de acordo com a confiança depositada na promessa de Deus. Quanto à promessa da posse da terra, o patriarca não pôde vê-la se cumprir na sua totalidade. Entretanto, seu comportamento deixa evidente que ele tinha convicção de que no tempo de Deus a promessa seria cumprida.

Uma demonstração dessa certeza foi a sua primeira aquisição em Canaã. A primeira propriedade que o patriarca adquiriu em Canaã foi um cemitério. Archer (1991, p. 129) afirma que “[...] as negociações de Abraão na compra da caverna de Macpelá eram conformes à lei dos heteus de acordo com a prática do segundo milénio”. Ao comprar uma sepultura após o falecimento de Sara, Abraão demonstra que acreditava que seus descendentes herdariam Canaã. Ali foram sepultados Abraão, Isaque, Rebeca, Lia e Jacó. Este morreu no Egito, mas fez José prometer que o enterraria no lote de Macpela. Mais uma demonstração de que a confiança de Abraão no cumprimento da promessa de posse da terra era transmitida de geração para geração.

Quando chegou a época apropriada para o casamento de Isaque, Abrão demonstrou seu cuidado com a permanência da promessa de Deus para sua descendência, quando buscou alguém de sua parentela para ser a esposa do filho da promessa. Com isso estaria evitando que o casamento com mulheres cananeias. Para tal, o patriarca envia seu servo Eliezer à Mesopotâmia, mas antes o obriga a fazer um voto sagrado como era costume da época.

Antes que Eliezer partisse, Abraão lhe deu instruções detalhadas e exigiu que fizesse um voto sagrado. Colocar a mão sob a coxa era atitude solene, significando que se o juramento fosse violado, os filhos, mesmo os que ainda não tinham nascido, vingariam o ato de deslealdade. Por meio do juramento, o servo ficaria obrigado a maior diligência na obtenção de uma esposa aceitável para Isaque. Abraão assegurou-lhe que receberia a ajuda de Deus: Ele enviará o seu anjo, que te há de preceder, e tomarás de lá esposa para meu filho (HALLEY, 1995, p. 100).

Nesse gesto Abraão confirma o quanto era importante para ele que o casamento de seu filho seguisse o propósito maior de descendência entre sua parentela. Dessa forma, não somente evidencia seu comprometimento com esse propósito, como também estava ensinando a Isaque o valor da promessa para ele e sua descendência. Todavia, a descendência próspera de Abraão não foi somente por meio de Isaque e Ismael. Abraão ainda gera mais filhos com Quetura, que vieram a ser ascendentes de algumas tribos árabes. Passados 38 anos da morte de Sara, com 175 anos, morre o patriarca e é sepultado na cova de Macpela junto à sua amada.

1.3 A Figura de Abraão no Novo Testamento

Os autores do Novo Testamento tinham como referência a Bíblia Hebraica; ela embasava os conteúdos doutrinários dos escritos cristãos. Dentre as personagens veterotestamentárias utilizadas para fundamentar os conteúdos doutrinários cristãos está Abraão. Abraão é um dos primeiros nomes no Novo Testamento. Logo no primeiro dos Evangelhos é descrita a genealogia de Jesus, e o autor, como bom judeu, apresenta Jesus como filho de Davi e filho de Abraão. Na figura de Davi é colocada a esperança messiânica de Israel, enquanto em Abraão a promessa da bênção de Deus para todas as nações.

Dentre os relatos da história de Abraão, dois episódios se destacam: a promessa de Deus a Abraão em Gênesis 15 e a maior prova de Abraão em Gênesis 22, o pedido de Isaque em sacrifício. A história de Abraão e de seus descendentes que vieram a formar o povo de Israel é de suma importância para o entendimento da formação da Igreja e da mensagem do Novo Testamento. Böttrich (2013, p. 54) afirma que “sem essa história faltariam todos os pressupostos para compreender Jesus de Nazaré como o ‘Cristo’ (isto é, ‘Messias’), o ‘Kyrios’ ou ‘o filho de Deus’[...]. Abraão atua como um símbolo da origem em comum, que une judeus e cristãos”.

Os Evangelhos destacam o lugar consagrado que Abraão ocupa na doutrina cristã, assim como faz a tradição rabínica; todavia, o foco é diferenciado. Algumas interpretações cristãs não se constituem no próprio Antigo Testamento, pois o autor original não teve a intenção de dar certas ênfases que são destacadas no Novo Testamento. Essa nova interpretação é possível por meio das releituras do Antigo Testamento, realizadas pelos autores do Novo Testamento. Um dos recursos é a tipologia bíblica (TP), e um exemplo clássico é a representação dada aos dois filhos de Abraão, em especial Isaque, aproveitando sua condição de filho da promessa, tipo da igreja formada pelos salvos, bem como o episódio da tentativa de seu sacrifício pelo seu pai, tipo do sacrifício de Cristo, como será apresentado a seguir.

Por isso, a importância de se ter, pelo menos, uma noção do que é tipologia bíblica para a realização da interpretação dos textos bíblicos e mensagens das

Boas Novas do evangelho, à luz do Antigo Testamento.

1.3.1 O uso da tipologia no Novo Testamento

A tipologia bíblica tem uma forte influência na representação de personagens e história do povo judeu na elaboração das doutrinas cristãs, tendo assim um papel preponderante na separação entre o credo judaico e o credo cristão. Portanto, a tipologia bíblica é um princípio interpretativo da Bíblia. Todavia, a exegese tipológica não é exclusiva do Novo Testamento e dos cristãos, pois já ocorria no Antigo Testamento. Davidson (1981, p. 62) afirma que os profetas “foram os primeiros a usar a tipologia no sentido pleno”. Eles, em seu tempo, faziam as suas releituras de acontecimentos anteriores e elementos de tradições que são apontados com cumprimento total ou parcial em sua própria era. Assim, a profecia se torna uma interpretação tipológica da história.

A tipologia raramente está identificada nos escritos bíblicos por sua nomenclatura. O próprio apóstolo Paulo fornece um dos poucos exemplos em Romanos 5.14, em que apresenta Adão como um “tipo” daquele que havia de vir, Jesus, o “antítipo”. Uma forma interpretativa que auxilia a compreensão daquilo que liga passado, presente e futuro. Na interpretação cristã, a tipologia bíblica serve como um elo dinâmico entre o Antigo Testamento e o Novo Testamento. Muitos dos discursos tipológicos do Novo Testamento são construídos como respostas às profecias veterotestamentárias, um papel integrador entre os dois testamentos.

A tipologia, apesar da similaridade, se distingue da alegoria. Diferente desta, a tipologia bíblica é estabelecida entre dois eventos resultantes de “algo real e histórico que anuncia alguma outra coisa que também é real e histórica. A relação entre os dois eventos é revelada por um acordo ou similaridade” (AUERBARCH, 1997, p. 27). Dessa forma, esse modo interpretativo é repetidamente utilizado por autores do Novo Testamento que se apossam de narrativas reais do Antigo Testamento para interpretar eventos reais de sua época. Um evento real do Antigo Testamento que antecipa outro evento real similar no Novo Testamento.

A tipologia bíblica passará a ser bem explorada de forma acentuada no período conhecido como patrístico com alguns Pais da Igreja.[4] Segundo Gomes (1979, p. 9, 10), a proximidade de datação entre os escritos patrísticos e o início da Igreja Primitiva deram a eles credibilidade diante de seus leitores e, consequentemente, influenciaram muitos pensadores cristãos e continuam influenciando. Um dos eventos mais usados pelos pais da igreja era o cativeiro do Egito e a libertação por meio do êxodo, com vistas à renovação das esperanças em momentos de crise. No entanto, essa prática era também uma das preferidas de profetas como Isaías e Jeremias, que anunciavam um segundo êxodo como mensagem de conforto e esperança aos seus destinatários. Como já mencionando anteriormente, os profetas foram os primeiros a utilizarem a exegese tipológica.

Na tipologia bíblica, se faz necessária a utilização de um elemento mais antigo que será relacionado com um elemento novo. Segundo Ska (2003, p. 179), nos textos bíblicos, geralmente, se atribui mais valor para o que é mais antigo. Ele dá um exemplo paulino, na Epístola aos Romanos, para demonstrar esse procedimento. Quando Paulo argumenta que “a fé precede a lei porque Abraão veio antes de Moisés. A precedência cronológica implica, para o apóstolo e também para seus destinatários, uma qualidade superior — o mais velho vale mais”. Todavia, quando se aplica a tipologia bíblica, é atribuído, paradoxalmente, ao novo o caráter diferenciado e superior que pertencia ao mais velho. No exemplo citado, Paulo esclarece que Abraão está para o cristianismo, enquanto Moisés está para o judaísmo. Assim, ele evidencia a superioridade da efetividade da fé cristã em relação ao legalismo judaico.

O processo de releitura do Antigo Testamento pelos cristãos renovou as antigas interpretações, tendo como foco a obra de Cristo. Pelikan (2000, p. 26) afirma que “os cristãos esquadrinharam a Bíblia Hebraica em busca de referências a Cristo, compilando-as em diversos comentários e coleções. Os profetas de Israel passaram a ter seu alvo e seu fim em Jesus”. Os primeiros cristãos, especialmente Paulo, asseveram que os acontecimentos registrados no Antigo Testamento serviam como sombras do que haveria de vir posteriormente. Na Epístola aos Colossenses, ele afirma que a lei judaica (dieta alimentar, festas, sábados) era sombra do que se realiza em Cristo. Ele enfatiza que “a realidade é Cristo” (Cl 2.16,17), demonstrando assim que a realidade é superior à “sombra”, ou seja, era uma forma de evidenciar aos judeus que eles estavam valorizando o que era secundário e rejeitando o principal, Cristo.

O autor da Epístola aos Hebreus segue a mesma linha, uma vez que apresenta a

lei como sombra de bens futuros, a realidade concreta das coisas (Hb 10.1). Essa era a grande diferença entre a interpretação tipológica dos profetas do Antigo Testamento, bem como dos judeus da época de Jesus que deram continuidade à exegese tipológica da tradição profética — utilizando também os elementos do Êxodo para fomentar a salvação futura —, da interpretação dos autores do Novo Testamento. Estes não projetam para o futuro a realidade figurada no êxodo, mas afirmam ter cumprido em Cristo e sua obra expiatória. Por isso, a primazia de Cristo e da fé cristã sobre os elementos das tradições do Antigo Testamento.

Assim sendo, a tipologia é um método interpretativo enigmático, uma vez que transforma os eventos históricos em algo provisório e incompleto que aponta para algo concreto. Um importante instrumento utilizado pelos autores cristãos, mas que, infelizmente, durante a história da igreja também foi utilizada inadequadamente, extrapolando assim as possibilidades de interpretações bíblicas. Isso acontece devido à fragilidade de algumas interpretações que não apresentam evidências suficientes como afirma Auerbarch (1997, p. 27): “muitas vezes, vagas similaridades na estrutura dos acontecimentos ou em circunstâncias relacionadas com eles bastam para tornar a figura reconhecível”. Zwicker (1977, p. 116, 117) provê um bom exemplo desse abuso interpretativo da literatura inglesa no século XVII em que relacionam a figura do rei Davi com os reis ingleses e a Inglaterra como nação eleita.

Isso tem se repetido nos dias atuais, principalmente nas pregações evangélicas, em que pessoas despreparadas, sem uma formação secular e teológica adequada, ocupam os púlpitos para pregar, às vezes, até para multidões, com base em pretensas revelações enigmáticas de Deus. Esses pregadores fazem interpretações em seu próprio benefício, demonstrando certa “autoridade revelativa”, e se impõem sobre os ouvintes, geralmente pessoas simples, que sob o medo e opressão aceitam como verdades certas interpretações equivocadas e abusivas.

A tipologia bíblica é um importante e poderoso instrumento para a interpretação da Palavra de Deus, no entanto, é necessário tomar cuidado para não extrapolar a linha da razoabilidade e revelação bíblica. Paulo, como bom teólogo e amante das Escrituras, soube aplicar bem a figura de Abraão para explicar a doutrina da justificação pela fé aos judeus (Rm 4), como veremos no capítulo 3 deste livro.

1.3.1 A figura da filiação por meio da fé na promessa feita a Abraão

Depois de Moisés, Abraão é o personagem do Antigo Testamento mais citado no Novo Testamento, sendo este 73 vezes e aquele 8 vezes. Somente essa informação já é suficiente para demonstrar a importância que o patriarca tem para o povo judaico e cristão, em especial, aos escritos neotestamentários. A principal relação abordada nessas citações é a questão filiação abraâmica, no sentido biológico ou espiritual.

Enquanto no Antigo Testamento o critério para definição da filiação a Abraão tem como base a descendência biológica, no Novo Testamento o critério é espiritual e tem como base a fé que o patriarca demonstrou na promessa de Deus, por mais que parecesse impossível e incompreensível ao intelecto humano. A natureza da filiação no Novo Testamento de biológica passa a ser espiritual, por isso o critério passa a ser a fé. Essa afirmação não é exclusiva do apóstolo Paulo na sua argumentação do capítulo 4 da Epístola aos Romanos, como será apresentado no capítulo específico, mas também foi citada e defendida por outros autores. Böttrich traz uma definição importante sobre a releitura da fé de Abraão pelo cristianismo:

> Abraão teve fé no Senhor, e por isso o Senhor o considerou “justo”. Uma confiança apesar das experiências até então e contra todas as probabilidades — é isso que distingue Abraão. E o cristianismo primitivo parte disso. Pois ele presente: o mesmo se passa com a fé em Cristo, que contra toda experiência contra todas as probabilidades significa confiança na atenção de Deus ao mesmo tempo a dimensão das promessas excede tudo o que desde então se podia depreender de Abraão e de sua descendência. Aqui se manifesta um excedente de sentido que move o termo “promessa” para uma perspectiva universal, que diz respeito à humanidade! (BÖTTRICH, 2013, p. 58).

A perspectiva entre o Antigo e o Novo Testamento muda de uma abrangência específica e nacionalista para uma abrangência universal, com alcance a todos os povos e línguas. O vínculo entre a aliança divina com Abraão e Jesus está

presente tanto nos Evangelhos como no livro histórico de Atos, assim como nas Epístolas. A seguir, sem a pretensão de esgotar todas as evidências, algumas serão apresentadas.

O primeiro livro do Novo Testamento já começa apresentando essa diferença de interpretação da abrangência da filiação de Abraão. Para Mateus a história de Cristo começa "naquele que, segundo Gênesis 12,13/18,18, deverá se tornar 'bênção para os povos'". As promessas de Deus a Abraão tomam o centro das citações no Novo Testamento; todavia, enquanto a promessa de posse da terra tem um papel secundário, a promessa de descendência com a abrangência a todas as nações "desenvolve uma fascinação totalmente nova" (BÖTTRICH, 2013, p. 54-55). Como se percebe, o Novo Testamento já começa demonstrando o vínculo (o fio condutor da revelação da justiça de Deus em Jesus Cristo) da história salvífica entre Abraão e Jesus.

Lucas também apresenta um texto importante sobre a aliança feita entre Deus e Abraão por meio da promessa. Trata-se do cântico de Maria (Lc 1.46-55), chamado "Magnificat". Nesse texto, Maria agradece a Deus por ter "olhado" para sua humilhação. A menção ao olhar de Deus era a forma do povo judeu reconhecer o agir do Senhor em favor daquele que o "teme" (Lc l.50). O temor trata da obediência ao compromisso assumido na aliança com Abraão (Lc 1.55,56), que fora transferido para sua descendência, de geração a geração. Com isso, o texto faz um vínculo do nascimento de Jesus como a resposta de Deus ao povo de Israel — em especial aos desprotegidos (Lc 1.52,53), como fica evidente no ministério de Cristo —, assumindo assim que a promessa a Abraão ainda não havia se cumprido integralmente até a chegada de Cristo. Outro exemplo análogo ao Magnificat é o hino de louvor de Zacarias chamado "Benedictus", que também corrobora com esse vínculo e o cumprimento em Cristo (Lc 1.68-79). Dessa forma, esses textos demonstram que o Novo Testamento faz uma ponte entre a promessa e a aliança, firmadas entre Deus e Abraão, com o evento do Cristo. Além desses, outros textos que fazem o link com a filiação abraâmica, como o relato de cura da mulher paralítica e a conversão de Zaqueu em Lucas 13.10-17 e 19.1-10.

No livro de Atos, da mesma forma, estão registrados diversos discursos que também demonstram o vínculo da aliança pela promessa com o advento das Boas Novas da salvação em Cristo. Já se pode perceber esse vínculo no discurso do apóstolo Pedro, proferido logo após a cura do coxo que ficava na entrada do Templo (At 3.12-26). Nele, o apóstolo, para justificar a cura do coxo que havia

assustado os presentes, faz menção que o Deus de Abraão havia ressuscitado a Jesus dos mortos e que foi a fé no nome de Jesus a causa da cura. Um cumprimento de promessa aos profetas do Antigo Testamento (At 3.18-24), e da promessa de Deus feita a Abraão em Gênesis 12.3, que nele seriam benditas todas as nações da terra (At.3.8-26). Desse modo, Pedro apresenta Jesus como o descendente de Abraão que abençoaria todas as nações da terra.

Ainda no livro de Atos (7.1-53), temos o famoso discurso de Estêvão, o primeiro mártir da Igreja Primitiva, que, agraciado por Deus, realizava vários prodígios e sinais entre o povo e é contestado por alguns judeus da sinagoga chamada dos Libertos. Estes, por não conseguirem argumentar no mesmo nível de Estêvão, levantam falso testemunho, dizendo que ele havia blasfemado contra Moisés e contra Deus. Estêvão é questionado pelo sumo sacerdote e, de forma brilhante, desenvolve um dos principais discursos do livro de Atos. Esse discurso se inicia com a menção da promessa que motivou Abraão a sair de sua terra, deixar sua parentela e seguir com um destino indefinido. Na sequência, demonstra o impacto dessa promessa na história do povo de Israel até o evento de Cristo. O discurso de Pedro e de Estêvão evidencia a importância, para o povo judeu, da promessa de Deus a Abraão. Algo que era vivo e presente no dia a dia do povo judeu e na esperança messiânica do libertador daquele povo. Uma ponte que liga a fé de Abraão com a revelação de Cristo.

Todavia, nas epístolas surgem argumentos exegéticos mais elaborados por meio de Paulo, o grande teólogo da Igreja Primitiva. Em Gálatas 3.16, ele comprova que a promessa antecedeu a circuncisão e a aliança feita no Sinai por meio da lei, colocando a promessa feita a Abraão acima de qualquer outro evento salvífico da história. Além disso, Paulo argumenta que a palavra descendência (ARA) está no singular, e não no plural, o que significa que está direcionada a Isaque, que para ele é um tipo de Cristo. Assim, a promessa à descendência de Abraão está relacionada a Cristo. Em Gálatas 3.23-26, Paulo descreve a Torá como um pedagogo, ou seja, um guia para conduzir até Cristo.

O apóstolo deixa essa interpretação mais clara em Gálatas 4.21-31. Nessa perícope, ele usa a alegoria de duas das três mulheres de Abraão: Agar e Sara. Paulo explora a situação social das duas para trazer exemplos teológicos. Uma que era escrava que gera o filho Ismael, também escravo. Por outro lado, Sara que era a esposa livre e gera o filho livre Isaque, herdeiro natural e legítimo da herança de Abraão. O que garantia a herança à Isaque era o título de ser “o filho da promessa”. Paulo aplica a exegese tipológica ao afirmar que Ismael nasceu

“segundo a carne”, o que ele compara com a lei (aliança do Sinai). Enquanto Isaque nasceu “segundo o Espírito”, uma releitura que reflete o efeito da graça, o presente de Deus (aliança da promessa). Portanto, utilizando o método alegórico, o apóstolo utiliza a figura das duas mulheres de Abraão para argumentar sobre a superioridade da aliança da promessa sobre a aliança do Sinai. Esses temas (circuncisão e lei) vão se repetir na Epístola aos Romanos, mas esse assunto será desenvolvido com mais detalhes na análise teológica da exegese de Romanos 4.

Paulo, em 2 Coríntios 11.21-33, para defender seu chamado e responder aos questionamentos dos judeus cristãos, recorre às suas origens judaicas e descendência de Abraão, mas não coloca isso como requisito para salvação. Nos capítulos 9 a 11 de Romanos, ele afirma que Deus não rejeitou Israel e os descendentes de Abraão na carne, mas deixa claro que somente um remanescente, aqueles que haviam entendido a revelação da justiça em Jesus, são verdadeiros filhos espirituais de Abraão. Paulo destaca o privilégio de ser filho de Abraão na carne, mas afirma que mais importante é a filiação espiritual por meio da prática da mesma fé de Abraão.

Entretanto, essa filiação espiritual não é exclusiva dos judeus como o era a filiação biológica. Paulo afirma que se torna filho espiritual de Abraão todo aquele que apresenta a mesma fé do patriarca conforme Gênesis 15.6, independente de sua relação genealógica direta com Abraão, o único requisito exigido é a fé. Como afirma Böttrich (2013, p. 65) ao analisar Gálatas 3.1-18: “a fé de Abraão se torna o modelo do acesso dos não judeus a Deus”, mas não somente os que não eram judeus, mas o modelo a todas as pessoas. Em Gálatas 3.8, Paulo afirma que Abraão foi o primeiro a receber o evangelho da salvação, que também estava destinado aos gentios por meio da promessa de que nele seriam benditas todas as nações da terra (Gn 12.3). Em Gálatas 3.29, ele ratifica que quem pertence a Cristo é porque tem a descendência de Abraão segundo a promessa.

Dessa forma, o Abraão que se tornou na história de Israel o “pai de muitas nações”, que foram originadas a partir de seus descendentes com suas mulheres (Sara, Agar e Quetura), na releitura neotestamentária se torna o “pai das nações”. A paternidade passa a ser universalista e não exclusivista, por meio do descendente maior, Jesus Cristo.

Portanto, os exemplos citados dos Evangelhos, do livro de Atos e de algumas Epístolas demonstram que o Novo Testamento resgata, por meio da releitura de

textos do Antigo Testamento, o vínculo que a história fornece entre Abraão e Jesus. Este é o fio condutor da salvação que permeia pela história da humanidade, transportando o exemplo de fé de Abraão para o tempo da Igreja Primitiva. Mas o que há de tão especial na fé de Abraão?

1.3.3 O exemplo de fé de Abraão

Como visto até aqui, Abraão dialoga com Deus, tenta intervir nas suas decisões e também o questiona. Essa ousadia de Abraão não caracteriza um distanciamento ou falta de fé, pelo contrário, demonstra a sua proximidade como "amigo de Deus", fiel e confiante em sua fidelidade. Percebe-se que a iniciativa sempre é de Deus, e Abraão responde de imediato.

O próprio Jesus utiliza da figura de Abraão para falar de sua preexistência. Em João 8.56-58, Jesus afirma que Abraão teria visto o seu dia e se alegrado. Evidentemente, ele é questionado pelos judeus, pois no pensamento judaico isso não seria possível, uma vez que os dois personagens (Abraão e Jesus) viveram em épocas que se separam por quase dois milênios. Jesus, entretanto, afirma que antes de Abraão, ele já existia. A preexistência de Jesus para os autores do Antigo Testamento era algo desconhecido, pois eles conheciam um único Deus e uma única essência. A existência do Deus trino é possível somente na releitura do Antigo Testamento por meio dos autores no Novo Testamento. Portanto, Jesus não quis dizer que Abrão o tinha visto de forma literal, mas faz referência ao vínculo entre a tradição da fé do patriarca e a fé cristã. A afirmação de que Ele existia antes de Abraão, além de garantir sua preexistência e divindade, comprova ser Jesus testemunha da fé de Abraão na promessa de Deus.

Uma das maiores provas da fé de Abraão foi o evento do pedido de Isaque em sacrifício. O autor de Hebreus, livro rico em tipologia, faz uma releitura desse episódio afirmando que Abraão tinha fé de que, se seu filho Isaque fosse morto em sacrifício, Deus tinha poder para ressuscitá-lo (Hb 11.17-19). Sem dúvida, essa era a maior prova de que Abraão confiava na promessa de Deus; ele venceu a si mesmo ao entender que obedecer a Deus resultaria em garantia de provisão. Abraão tinha fé mesmo em situações contrárias a todas as probabilidades. Isso fica evidenciado tanto no episódio de Gênesis 15, quando Abraão aguardava há

anos o cumprimento da promessa sem sucesso, bem como no oferecimento de Isaque em sacrifício. Por isso, Abraão se tornou um grande exemplo de fé para os cristãos, devido à semelhança da fé propagada e experienciada pela Igreja Primitiva e os cristãos atuais, como afirma Böttrich:

O cristianismo desde sempre não viu Abraão simplesmente como um “arameu errante” (Dt 26,5) de um passado longínquo, mas como um portador da esperança que para os cristãos se cumpriu em Cristo. Por isso, Abraão não é uma figura que eles poderiam observar e descrever com interesse distanciado. Ao contrário, Abraão representa a história da qual procede a fé cristã e que une todos os cristãos indissoluvelmente ao povo de Deus, Israel (BÖTTRICH, 2013, p. 57).

Os Pais da Igreja exploram à exaustão o episódio do sacrifício de Isaque. Eles chegam a comparar a agonia de Isaque durante os preparativos do sacrifício e sua posterior libertação com a paixão e ressurreição de Cristo. Até veem relação da lenha do sacrifício com a cruz de Cristo. O cordeiro que substitui Isaque também é apresentado como tipo de Cristo, o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo. Ainda, relacionam a esterilidade de Sara com a virgindade de Maria e o milagre do nascimento de Isaque com o nascimento virginal de Cristo. Desse modo, fica evidente que os Pais da Igreja contribuíram com a interpretação bíblica, todavia devem ser lidos com cuidado para não radicalizar demais os tipos de personagens e eventos bíblicos.

Paulo consegue fazer uma relação da fé de Abraão com a fé do cristianismo com maestria, visando explicar a doutrina da justificação pela fé na Epístola aos Romanos. A análise da argumentação de Paulo, que é o objeto principal desta pesquisa, contribuirá para o entendimento do desenvolvimento do pensamento paulino e, consequentemente, na estruturação doutrinária do cristianismo.

---

[1] Doravante será utilizado o nome Abraão e, quando necessário, será mencionada a troca do nome de Abrão para Abraão

[2] Da mesma forma que Abraão, Sarai terá seu nome trocado por Sara. Daqui para a frente, esse nome será utilizado e, quando necessário, será mencionada a troca de nome de Sarai para Sara.

[3] N. do E.: Teofania é uma manifestação de Deus para o homem, podendo ocorrer tanto sob forma simbólica como humana, e tem a finalidade de transmitir o conhecimento da vontade de Deus para aquela pessoa. PFEIFFER. F. Charles; VOS. F. Howard; REA. John. Dicionário Bíblico Wycliffe. 1. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

[4] Entre os pais da igreja podem ser citados: Gregório de Nisa, Cirilo de Jerusalém, Ambrósio, Irineu de Lião, Tertuliano, Clemente, Orígenes, Justino de Roma, Teófilo de Antioquia.



2P AULO, O A PÓSTOLO DOS G ENTIOS

Bornkamm (2009, p. 22) afirma que muito se utilizou do livro de Atos para reconstruir a história do apóstolo e das epístolas para o entendimento de sua doutrina; no entanto, ressalta que é um equívoco usar esse procedimento, visto que o livro de Atos e as epístolas devem ser analisados em conjunto para reconstruir tanto a biografia como a doutrina sistematizada por Paulo. Segundo Bornkamm, livro de Atos atribui a posição de apóstolo somente aos Doze, contudo afiança que "naturalmente, isso não ocorre para denegrir Paulo. [...] Paulo, por conseguinte, não é um apóstolo, mas o grande missionário dos povos pagãos, legitimado por Jerusalém". Todavia, nas epístolas fica evidenciada a sua luta acirrada para ser reconhecido por alguns judeus cristãos como apóstolo.

A biografia do apóstolo Paulo contribui para o entendimento de seu próprio chamado para ser o apóstolo dos gentios. Ao mesmo tempo em que era um judeu, também era um cidadão romano, influenciado pela cultura helenista (cultura grega), um cidadão da diáspora. Além disso, passou a ser também um cristão. Uma mistura cultural greco-romana, judaica e, por último, cristã. Que diversidade!

Por trás desse histórico, fica evidente a mão de Deus conduzindo a vida de Paulo, respeitando o livre-arbítrio do apóstolo. Ele, em suas decisões, seguiu o caminho que veio conduzir sua vida ao encontro da vontade divina de constituí-lo como o último apóstolo a ser chamado por Jesus. Paulo tinha características favoráveis para ser o apóstolo enviado aos gentios, principalmente, para a conciliação entre os seguidores de Cristo oriundos de uma grande diversidade. Ele foi um judeu que inovou nos seus ensinamentos, questionou alguns dogmas de sua própria religião, visando ao alcance das pessoas excluídas pelas crenças dominantes. Após a chamada "experiência de Damasco", ocorre um longo período de preparação. Paulo dedica uma parte expressiva de sua existência para se dedicar à itinerância proselitista, defendendo a nova fé alcançada em Cristo. Hurlbut (1996, p. 30) afirma que "em toda a história do cristianismo, nenhuma conversão a Cristo trouxe resultados tão importantes e fecundos para o mundo inteiro como a conversão de Saulo". Portanto, a biografia de Paulo é empolgante e muito rica sob o aspecto historiográfico e literário.

Paulo foi o primeiro e o maior teólogo de todos os tempos. Ele, mais do que qualquer outra pessoa, contribuiu para que o cristianismo se tornasse

internacionalmente conhecido e intelectualmente coerente. Seus escritos moldaram o cristianismo mais do que qualquer outro; desde a primeira vez em que foram recebidos, obtiveram o reconhecimento da igreja como uma norma oficial de fé e vida. Para Kümmel (2003, p. 178), o pensamento teológico de Paulo ocupa o centro do Novo Testamento sob o ponto de vista cronológico e determina a evolução do pensamento cristão primitivo.

Conciliar a vida de Paulo com seus ensinamentos se torna uma tarefa exaustiva, mas ao mesmo tempo prazerosa. Ele conseguiu conciliar com o mistério do evangelho da justificação por meio da fé em Cristo os principais elementos da religião judaica, a vida de personagens como Abraão, dentre outros, por meio de textos estratégicos do Antigo Testamento. Com vistas à compreensão da conversão e a evolução do pensamento paulino, serão apresentados a origem do apóstolo e o seu desenvolvimento religioso e cultural, bem como a transformação radical de sua vida ocorrida por meio do evangelho de Cristo.

2.1 As Origens e a Conversão de Paulo

Um período significativo da vida do apóstolo ficou exposto no livro de Atos e nas epístolas cuja autoria é atribuída a Paulo. O livro de Atos quase se confunde com os atos de Paulo, pois grande parte do livro se ocupa com seus atos antes e depois da conversão, especialmente com suas viagens missionárias e a viagem final a Roma. O número exato de epístolas consideradas como escritos do apóstolo é uma grande controvérsia entre os estudiosos, mas isso será abordado posteriormente. Além das informações sobre a vida, as epístolas evidenciam a grande contribuição de Paulo para a sistematização da doutrina cristã.

2.1.1 Paulo antes de Cristo: origem e visão globalizada

A defesa mais comum é de que Paulo nasceu em Tarso, próximo da costa mediterrânea, que em 67 a.C. foi anexada à recém-criada província da Cilícia, vindo a se tornar sua capital administrativa (At 9.11,30; 11.25; 15.23,41; 22.3). Tarso era um dos eixos do comércio internacional que ligava o mundo semita, o planalto Anatólio e as poleis gregas viradas para o Egito e Europa. Essa posição estratégica a transformou em um dos grandes centros culturais do Oriente helenizado. Paulo, provavelmente, passa nessa cidade o período da infância e da adolescência, onde teve contato com a educação helênica e estudou retórica. Alguns estudiosos defendem que Paulo não nasceu nessa cidade, mas chegou ali na sua infância. Afirmam que ele tenha nascido em Giscalis, norte da Galileia, terra natal do famoso João de Giscala, líder da grande guerra judaica do século XIV, local de onde seus pais foram expulsos quando o exército romano devastou a província da Judeia, desencadeando uma diáspora de judeus (Murphy-O’Connor, 2008, p. 27-33; Deissmann, 1926, 90). É possível que Paulo tenha sido concebido na cidade de Giscalis e com a expulsão pelos romanos, seus pais fogem para Tarso, onde ele nasceu na primeira década do século I d.C. Portanto, um pouco mais novo do que Jesus, porém a diferença de idade não era muito significativa.

Mesmo sendo contemporâneo de Jesus e havendo grandes possibilidades de ter estado em Jerusalém durante o ministério de Cristo, possivelmente os dois não tenham se encontrado. Murphy-O'connor (2008, p. 70) defende que o costume dos fariseus em fase de formação de se concentrarem em seus estudos pode ter sido o motivo da ausência de encontro entre eles: "o total empenho de Paulo nos seus estudos eliminava qualquer curiosidade por aquilo que lhe fosse estranho". Alguns pesquisadores utilizam o texto de 2 Coríntios 5.16 para afirmar que eles tenham se encontrado. No entanto, desconsideram o próprio contexto e a análise mais criteriosa da tradução de "kata sarka", que deve ser entendido com um advérbio e não como adjetivo. Barrett (1973, p. 171) afirma que kata sarka não pode ser entendido em sentido adjetival, pois se assim fosse, iria significar que ele não havia conhecido ninguém pessoalmente. Assim sendo, nem o texto e nem a história trazem evidências de que Paulo e Jesus tenham ou não se encontrado pessoalmente.

a) Paulo, um cidadão romano

Paulo afirma ser um cidadão romano (At 16.37,38; 22.25-29; 23.27; 25.10-12). Era comum na época do apóstolo a prática que iniciou com o imperador Augusto, a "dupla cidadania" (cidadão da cidade natal e ao mesmo tempo ser cidadão romano). Hengel (1991, p. 98-100) afirma que não era tão simples reivindicar a cidadania romana, ou seja, ser um cidadão da famosa polis de Tarso. A cidadania correspondia também a um grande privilégio político e status social. Poucas décadas antes do nascimento de Paulo, Atenodoro, professor do imperador Augusto, tinha limitado as concessões de cidadania por meio do rendimento mínimo, definido como 500 dracmas (rendimento de dois anos de trabalho de um legionário). Dessa forma, o fato de Paulo e sua família terem a cidadania romana demonstra que eles faziam parte tanto da elite política como também econômica de Tarso. Lucas, o autor do livro de Atos, deixa algumas evidências da condição privilegiada de Paulo. Como exemplos podem ser citados:

1. Pagamento dos rituais de purificação de quatro nazireus (At 21.23). Esses rituais eram onerosos.

2. Expectativa de Félix em receber suborno de Paulo (At 24.26). Ele não teria essa expectativa se não existisse possibilidade.

3. Pagamento da viagem a Roma e o apelo feito ao imperador (At 25.11).

4. Locação de uma casa durante dois anos em Roma (At 28.30).

Outra possibilidade de obtenção de cidadania romana era por meio da prestação de serviços relevantes. Pfeiffer (2006, p. 1475) defende essa ideia, ao afirmar que o pai de Paulo "deve ter recebido sua cidadania por ter prestado algum serviço relevante ao governo romano". Independente de como Paulo obteve a sua cidadania romana, uma coisa é certa, ele era um cidadão romano e, quando necessário fez uso dos direitos que essa cidadania proporcionava. Dentre os privilégios de ser um cidadão romano estavam a garantia de julgamento com direito a resposta, se exigido, perante o próprio César e a imunidade legal dos açoites antes da condenação.

b) Imunidade em relação à crucificação

Portanto, Paulo era cidadão romano, oriundo de uma família de imigrantes judeus, circuncidado ao oitavo dia do seu nascimento, falava aramaico (At 22.1), além do grego, hebraico e latim. Ele tinha uma sólida formação educacional e cultural. O apóstolo pertencia à tribo de Benjamim, inclusive seu nome judeu, Saulo, tem origem no nome do primeiro rei de Israel, também um benjaminita (Rm 11.1; Fp 3.4,5; 2 Co 11.22).

c) A formação educacional e religiosa de Paulo

Segundo Atos 22.3, Paulo afirma ter sido criado na cidade de Jerusalém, sendo instruído no estudo da Torá aos pés de Gamaliel e como membro integrante do grupo dos fariseus. Gamaliel foi o membro do Sinédrio que interveio no julgamento dos discípulos, sugerindo que não fosse tomada nenhuma ação precipitada para não correr o risco de estar "lutando contra Deus" (At 5.38-39, ARA). Ele era um dos rabinos mais respeitados em Jerusalém. No entanto, o

início de seus estudos na cidade de Tarso, onde havia uma das três maiores universidades do mundo, da qual saíram vários filósofos da Escola Estoica e manteve a tradição retórica até o século II d.C., o que demonstra o nível intelectual dos moradores da cidade. Saulo, como todo judeu, recebe educação hebraica no meio familiar como também na sinagoga, estudando as Escrituras e aprendendo o hebraico e talvez o aramaico.

Como um judeu da diáspora, recebe a educação helenista concomitantemente em uma escola grega. Todavia, provavelmente entre o final de sua adolescência e início da juventude, ele vai à Jerusalém para ser instruído pelo mestre fariseu mais reconhecido da época, para ser um exímio cumpridor da "lei de seus pais" por meio do rigor dos ensinos de Gamaliel. O livro de Atos testemunha que o apóstolo se tornou mais radical na intolerância religiosa do que seu próprio mestre. Paulo tinha intimidade com a versão grega do Antigo Testamento, a Septuaginta (LXX), que o ajudou na utilização de determinados conceitos terminológicos (pecado, Eclésia, epíscopos, entre outros) na escrita de suas epístolas.

A religiosidade e rigor ao cumprimento da lei o transforma em perseguidor dos seguidores de Cristo, entendendo estar fazendo a vontade de Deus (Gl 1.13,14; 1 Co 15.9; Fp 3.6). Porém, modificará radicalmente sua vida e crença. Trata-se da conversão de um intelectual fariseu à crença de seus perseguidos. O que realmente aconteceu veremos a seguir.

2.1.2 Paulo depois de Cristo: a conversão, capacitação e exercício do chamado

A crucificação e morte de Jesus, provavelmente tenha ocorrido em 7 de abril do ano 30 d.C. e a conversão de Paulo, poucos anos depois, entre 31 e 33 d.C. (MURPHY-O'CONNOR, 2008, p. 70; WALKER, 2008, p. 15; OLIVEIRA, 2008, p. 191; PULCINELLI, 2008, p. 12). Nos anos que seguiram a morte de Jesus, ainda havia uma proximidade muito grande dentre os seguidores de Cristo e os praticantes do judaísmo. No início do livro de Atos, isso fica evidente quando, por exemplo, os apóstolos Pedro e João vão ao Templo adorar a Deus (At 3.1-10). Nesse episódio, Pedro chega a pregar aos que estavam ali no

Templo (At 2.11ss). Portanto, a conversão de Paulo não ocorreu para uma religião doutrinalmente madura e reconhecida. Por isso, a importância de conhecer como se deu o seu encontro com Cristo e o impacto que teve na vida do apóstolo e, consequentemente, na sistematização doutrinária do cristianismo. Paulo teve uma grande contribuição na formulação das principais doutrinas com seus escritos, em especial, por meio da Epístola aos Romanos. O destino reservava ao perseguidor que queria erradicar o cristianismo o privilégio de ser aquele que iria fundamentar doutrinariamente a fé cristã.

a) A conversão do apóstolo

O relato da conversão de Paulo está descrita em três oportunidades no livro de Atos (9.1-19; 22.4-21; 26.8-18) e também em Gálatas 1.11-17. No entanto, aqui a ênfase será dada para o primeiro e mais conhecido relato em Atos 9.1-19. A passagem apresenta um chamado sobrenatural, uma revelação do próprio Jesus Ressurreto, sem interferência humana. Quanto ao seu chamado, o livro de Atos não pode ser analisado de forma exclusiva e isolada, mas, se visto junto com as revelações dos escritos paulinos, torna-se evidente que o exercício de seu apostolado não foi do dia para a noite. Antes de sua atuação definitiva, ocorreu um processo de capacitação longo e solidificado.

Alguns estudiosos atribuem a mudança do nome de Saulo para Paulo ao episódio de sua conversão. Essa atribuição é simplista e deve ser descartada. Como já vimos anteriormente, o nome Saulo estava relacionado com a origem judaica do apóstolo, inclusive com um personagem importantíssimo de sua origem tribal (tribo de Benjamim), o rei Saul. Já o nome Paulo (Paulus) é a forma latinizada do hebreu ou como afirma Abel N. Pena:[5]

[...] por assimilação fonética, da forma helenizada Saoulos, mas que foi mal entendido pelas comunidades judaicas helenizadas. De qualquer modo a mudança de nome era uma prática onomástica corrente, um traço característico da influência helenística entre os Judeus da Diáspora e um sinal de interação social, moral e cultural, como refere Fílon de Alexandria ao interpretar o significado da mudança de nome de grandes figuras bíblicas (PENA, 2012, p. 33).

Assim, o rabi Saulo, como ainda era conhecido, com anuência e apoio do Sinédrio, em nome da Lei, sai do Templo de Jerusalém com destino a Damasco com a incumbência de perseguir as pessoas que seguiam a Cristo. Para ele, Jesus havia iludido e enganado seus seguidores e se apresentando como o Messias aguardado pelos judeus. Ele via Jesus como mais um charlatão morto, como outros que se diziam ser o Messias antes dEle. Por isso, pensando estar cumprindo a vontade de Deus, de posse de cartas do sumo sacerdote emitidas às sinagogas de Damasco, Saulo parte de Jerusalém com autoridade para trazer presas para Jerusalém todas as pessoas que encontrasse que pertencesse ao "Caminho" (At 9.2, ARA). Essa autoridade do sumo sacerdote é questionável, pois seu domínio se estendia somente a Jerusalém e às 11 toparquias — uma espécie de principado independente — que a rodeavam. Não chegava à Galileia e muito menos à província romana da Síria.

Em Atos 9.1-19, Lucas descreve que próximo de Damasco Paulo se depara com uma luz refulgente e, caído, prostrado em terra, ele ouve uma voz que lhe pergunta qual o motivo da perseguição. A resposta do apóstolo demonstra que ele estava ciente de que se tratava de uma autoridade divina, pois o chama de Kyrios: "Quem és, Senhor?" A resposta, para ele, é surpreendente: "Eu sou Jesus, a quem persegues". Se não bastasse a experiência da luz e o cair prostrado, Paulo passa a não enxergar. O relato da rendição de Paulo diante de Jesus encontra paralelo em descrições do Antigo Testamento de pessoas que não conseguiram se manter em pé diante de Deus em determinadas situações. Podem ser citados os exemplos de Abraão (Gn 17.3), quando Deus lhe aparece para fazer aliança e prometer uma grande descendência, e de Moisés, que teve de se prostrar e tirar as sandálias dos pés quando Deus se manifesta na sarça ardente (Êx 3.2) e o chama para ser o líder libertador de seu povo que estava no Egito. Formas semelhantes para descrição do chamado divino para importantes missões e em épocas diversas.

Imagine a situação descrita por Lucas. Um religioso de prestígio dentre os principais líderes dos judeus, em cumprimento de uma missão para perseguir os seguidores de "tal profeta" que havia questionado todo o sistema que ele representava, se depara com uma representação de força e poder, com autoridade divina que o coloca ao chão, obrigando-o a se colocar em posição de submissão. O que se torna relevante é que essa autoridade se identifica com o próprio Cristo, cujos seguidores o religioso estava perseguindo. O relato serve para posicionar o

momento de mudança radical na vida de Paulo. Uma rejeição aos conceitos até então defendidos e a defesa das crenças do povo que perseguia até aquele momento, inclusive colocando sua vida em risco.

Na descrição de Atos 22.6-21, os companheiros de jornada de Paulo viram a luz, mas não ouviram a voz. Então o apóstolo é “carregado” até Damasco e não vê, não come e não bebe por três dias. Nesse segundo relato, a abordagem muda. Para Ramos (2012, p. 56) “a transformação de Paulo, neste contexto, está explicitamente ligada com as outras raízes que o ligam a Tarso, à língua grega e à cidadania romana”.

No relato da defesa de Paulo perante Agripa (At 26.12-19), a terceira descrição de sua conversão é apresentada de forma mais resumida, o que era comum quando se dirigia a uma autoridade romana. Segundo Ramos (2012, p. 56), nesse relato são “deixados de fora aspectos da narrativa mais internos à comunidade cristã, é, sobretudo, sublinhado aquilo que diz respeito ao apostolado junto dos pagãos”. Diferente do primeiro relato de Atos 9.3-9, aqui não somente Paulo cai, prostrado por terra, mas também todos seus companheiros, além da informação de que Jesus respondeu na língua hebraica. Nesse relato, os companheiros de Paulo escutam algo, mas não veem nada.

Como visto, no livro de Atos (9.1-19; 22.6-21; 26.12-19) são apresentadas três descrições sobre a conversão de Paulo com alguns detalhes que se diferem. No entanto, o núcleo da experiência da conversão é igual nas três descrições: 1) a luz fulgurante vinda do céu; 2) o questionamento feito pela autoridade representada pela luz: “Saulo, Saulo, por que me persegues?”; 3) o questionamento de Paulo: “Quem és, Senhor?” e a resposta: “Eu sou Jesus, a quem tu persegues”.

Conhecer as origens e a formação de Paulo ajuda a compreensão de “parte das estratégias de argumentação que, muito habilmente, soube produzir e adaptar, segundo o auditório formal ou de ocasião que escutava as suas palavras” (LEÃO, 2012, p. 101). Outro tema relevante a ser entendido é a hermenêutica de seu chamado, que demonstra seu reconhecimento da autoridade divina de Cristo e a obediência à missão especial como apóstolo dos gentios. A cegueira demonstra sua situação antes da conversão e a restauração de sua visão, o desvelamento da verdadeira justiça de Deus em Jesus Cristo. Em 1 Coríntios 15.6-9, Paulo afirma que ele foi o último dos apóstolos a ver o Jesus Ressurreto. Ele descreve uma sequência das aparições de Jesus: primeiro a Pedro, depois aos

12; em seguida, por mais de quinhentos irmãos; Tiago, e todos os apóstolos. Por fim, o próprio Paulo, que se autodenomina de “o menor dos apóstolos” por ter sido perseguidor da igreja de Deus.

Assim, o relato da conversão sobrenatural de Paulo tem um papel muito importante para definir seu chamado, seu apostolado e para dar autoridade aos seus escritos como inspirados. O que antes era entendido como um absurdo, agora era uma verdade absoluta. Um alinhamento com a experiência dos demais apóstolos com o Jesus Ressurreto. A comprovação da ressurreição era o selo de autoridade de tudo que Jesus havia dito e feito. Porém, a mente de Paulo não estava vazia quando teve o encontro com Cristo. Todo o conteúdo recebido até então precisava ser revisto. Mas quanto tempo isso duraria? Foi necessária uma capacitação teórica e experiência prática para ele ser habilitado. Isso não acontece do dia para a noite.

b) A capacitação para exercício do chamado apostólico

O que deve ter passado nos pensamentos de Paulo? Como entender tudo o que havia aprendido em sua cultura pluralista e com os mestres da religião de seus pais, comparado com a experiência que acaba de ter no caminho de Damasco? O tempo isolado e sem enxergar deve ter servido para uma longa reflexão e revisão de suas crenças. Certamente, o mundo parecia desmoronar na cabeça do jovem rabino. Entretanto, algo iria acontecer e mudar sua vida permanentemente. Ele tem uma visão em que uma pessoa desconhecida, enviada pelo Senhor, impõe-lhe as mãos, ora e sua visão é restabelecida. A visão se realiza quando Ananias chega em seus aposentos dizendo ter recebido a ordem, em uma visão divina, de orar por ele e lhe entregar uma mensagem sobre seu chamado. Sua missão a partir de então passa a ser levar o nome de quem ele perseguia perante os gentios, os reis e os filhos de Israel.

Paulo, com toda a sua experiência intelectual e religiosa, ao longo de sua vida até então, nunca teria tido uma experiência tão profunda. De repente, com o advento em Damasco, ele passa a conhecer verdadeiramente o Deus que pensava já conhecer. A mudança era radical e perigosa, pois como se apresentaria diante de seus líderes judaicos e anunciaria a sua mudança de crença e propósito? Como os cristãos perseguidos o receberiam? Diferente do que muitos interpretam ao ler o livro de Atos, Paulo não saiu de imediato para cumprir seu

chamado, mas ao ler as suas epístolas fica evidenciado que ele teve um longo processo de capacitação e experiência, antes de ser o apóstolo que passa a ser conhecido posteriormente: Paulo, o apóstolo dos gentios. Rodrigues (2012, p. 69) traz uma definição interessante sobre o que significava a conversão e chamado de Paulo:

Em Saulo, a conversão significa a aceitação de Jesus como o Cristo, o Messias da cultura judaica, o que implica uma reavaliação das ideias de Salvação e dos destinos do mundo. Com a mudança vem o projecto de difundir a Boa Nova, que passa a levar em conta todos os que não pertenciam ao judaísmo. A consciência da missão de Paulo está bem delineada na carta que escreveu aos Gálatas: «para que anuncie como Evangelho entre os gentios». Doravante, o principal objectivo do apóstolo será converter, o que não deixa de traduzir uma ruptura dentro do próprio judaísmo, visto que se envereda por um espírito essencial e militantemente proselitista, característica que não definia a essência daquela religião, ainda que não estivesse excluída dela.

A mudança radical nos projetos de vida e ministério gerada por meio da releitura das ideias de salvação e destino de mundo exigia uma preparação consubstanciada para que Paulo pudesse anunciar a Boa Nova com propriedade. Com certeza, ele teria que argumentar com seus antigos companheiros de religião para defender a nova crença e justificar sua mudança de rota. No entanto, se o livro de Atos for lido isoladamente poderá se ter a impressão de que Paulo partiu de imediato para cumprir seu mandado. Todavia, ao ler algumas Epístolas Paulinas fica evidente a sua dedicação na preparação para cumprir a sua missão entre os gentios. Missão que foi dificultada pela incompreensão e confrontos não somente dos judeus, mas também dos judeus convertidos ao cristianismo (judeus cristãos), que não haviam ainda compreendido plenamente o mistério da justificação pela fé.

Na epístola que Paulo escreveu aos Gálatas, ele afirma que o seu chamado, a exemplo de outros modelos de chamados do Antigo Testamento, se deu no próprio ventre de sua mãe. Isso não quer dizer que o apóstolo sabia desde o início que seu chamado seria com os gentios, mas que Deus na sua presciência já o sabia. Ele assevera que entendeu o chamado quando Deus revelou a ele o seu

próprio Filho, Jesus. Dessa forma, Paulo argumenta que não fora chamado pelos apóstolos, mas pessoalmente pelo Jesus Ressurreto, defendendo a legitimidade de seu apostolado. Acrescenta que ao ser chamado não partiu para consultar os apóstolos em Jerusalém. Esse relato é relevante quando se avalia a autoridade do apostolado e de seus escritos como inspirados, tão defendidos em suas epístolas. Ele defendia a legitimidade de seu apostolado devido ao questionamento, principalmente, dos judeus cristãos que o atacavam com objetivo de denegrir sua imagem, e evitar que fosse ouvido pelas comunidades cristãs e pelos judeus que pudessem ser influenciados pela mensagem de seu evangelho.

Depois de sua conversão, no “ano 34 d.C., enquanto em Roma governava Tibério” (RODRIGUES, 2012, p. 69), Paulo se dirige à Arábia dos Nabateus (Gl 1.17), região que corresponde à parte oriental do reino da Jordânia atualmente, que havia sido povoada pelos nabateus, cuja capital era Petra. Uma garantia de que não iria se encontrar com judeus, uma vez que nessa região não havia uma comunidade judaica forte (MURPHY-O’CONNOR, 1993, p. 732-737). Em seguida, retorna para Damasco e fica nessa cidade por três anos (Gl 1.17,18). Ele não sai da cidade de forma pacífica; sua saída é motivada pela perseguição realizada pelo rei dos nabateus, Aretas IV, que era o conquistador da cidade (2 Co 11.32,33), bem como pelos judeus. Somente após toda essa experiência é que Paulo sobe a Jerusalém. Em sua estada na capital do cristianismo, ele fica por um período de 15 dias com o apóstolo Pedro, a quem queria conhecer pessoalmente e, decerto, trocar experiências. Nesse período, Paulo menciona ter visto somente Tiago, irmão do Senhor, dentre os apóstolos (Gl 1.18-20).

Lucas afirma que Paulo teria sido apresentado por Barnabé aos outros apóstolos e pregado entre os judeus helenistas. Na sequência, Paulo viaja para Síria e Cilícia, cuja capital é Tarso (Gl 1.21), como já visto anteriormente. Barnabé conduz Paulo de Tarso para Antioquia pelo rio Orontes e, depois de um ano de atividade missionária nessa cidade, Paulo viaja com Barnabé para Jerusalém, a fim de entregar uma doação, no intuito de ajudar os irmãos na Judeia, numa época de fome. Cumprida a missão, ele retorna a Antioquia.

Desse modo, fica evidente que o apóstolo Paulo não saiu evangelizando e abrindo igrejas logo após a sua conversão, mas teve um longo processo de capacitação para o exercício de seu chamado ministerial como apóstolo dos gentios. Paulo procura enfatizar que, apesar de todo respeito que tinha pelos primeiros apóstolos e líderes capital do cristianismo, seu ministério e chamado era independente, pois havia sido convocado e nomeado pelo próprio Jesus

Ressurreto. Após sua capacitação, ele estava apto para fazer suas viagens missionárias.

2.2 As Viagens Missionárias do Apóstolo

Como cidadão romano, Paulo viajou por todo o Mediterrâneo, passando pela Síria, Chipre, Ásia Menor, Antioquia, Galácia, Macedônia, Corinto, Jerusalém, Éfeso, Roma e, possivelmente, pela Península Ibérica. Ele era um viajante incansável, percorreu milhares de quilômetros, enfrentou os perigos peculiares de longas viagens com coragem, sobreviveu a quatro naufrágios, viagens marítimas que estavam sujeitas aos ataques de piratas que ainda atuavam, mesmo com a repressão de Pompeo, além de várias prisões e múltiplos acoites (2 Co 11.24-26). As suas viagens foram repletas de desafios, mas também houve vários motivos de alegria com as transformações de vida por meio do poder do evangelho (Rm 1.16).

2.2.1 A primeira viagem missionária de Paulo e o Concílio de Jerusalém

O relato da primeira viagem missionária e sobre o Concílio de Jerusalém está descrito em Atos 13.1-14,28; 15.1-35. A primeira viagem missionária acontece quando Paulo estava em Antioquia, na época a capital da Síria, com aproximadamente 500 mil habitantes. Essa era a terceira maior cidade do Império Romano, menor apenas que Alexandria e Roma. A comunidade cristã foi formada nessa cidade por meio da fuga dos judeus helenistas que haviam se convertido ao cristianismo, e foram perseguidos e expulsos de Jerusalém. Antioquia teve um papel fundamental na história do cristianismo devido à sua importância como centro missionário. Segundo Bornkamm (2009, p. 81), entre os fundadores da comunidade cristã em Antioquia estava Barnabé “um judeu cristão helenista, originário de Chipre, dono de riquezas e propriedades em Jerusalém, o qual trabalhou por muito tempo como missionário em companhia de Paulo, mas também independentemente deste”. Até esse momento, o apóstolo havia exercido uma atividade missionária livre e autônoma, mas em Antioquia ele recebe o apoio de uma comunidade que confessava o mesmo evangelho para ser enviado juntamente com Barnabé como missionário.

Paulo parte de Antioquia juntamente com Barnabé e seu sobrinho João Marcos. Este os acompanhava como um auxiliar (At 13.5). Eles chegam primeiramente em Chipre, nas cidades de Salamina e Pafos, e anunciavam o evangelho nas sinagogas. Na cidade de Pafos, ocorre a conversão de uma pessoa proeminente da cidade, o procônsul Sérgio Paulo. Na Panfília, na cidade de Perge, João Marcos se separa prematuramente de Barnabé e Paulo, sem que os reais motivos sejam esclarecidos (At 13.13). Esse fato torna-se a causa do conflito entre Barnabé e Paulo. Este recusará a companhia de João Marcos na próxima grande viagem missionária à Ásia Menor; aquele o toma consigo, embarcando para Chipre (At 15.39). Esse episódio demonstra que nem sempre todas as pessoas que iniciam um projeto importante para a igreja irão concluí-lo juntas. Diversos são os motivos que podem desfazer uma parceria, mas em sua maioria são questões de interesses pessoais que sobrepõem o interesse coletivo e do Reino de Deus.

Na Antioquia da Pisídia, o apóstolo prega na sinagoga a judeus prosélitos em dois sábados seguidos. Paulo e Barnabé são perseguidos. Na Epístola aos Gálatas (Gl 2.11-21, ARA), Paulo narra um episódio desagradável ocorrido em Antioquia que não é registrado por Lucas. Trata-se do desentendimento que ele teve com o apóstolo Pedro, que participava sem constrangimento com os cristãos não judeus até a chegada de “alguns da parte de Tiago”. Com a chegada dos cristãos de Jerusalém, Pedro se afasta e esse comportamento aborrece sensivelmente a Paulo. Infelizmente, a imposição de rituais judaicos aos gentios cristãos continuava sendo uma prática dominante entre os judeus cristãos. Comportamento difícil para os cristãos atuais entenderem, uma vez que mesmo os apóstolos que caminharam pessoalmente com Jesus tinham dificuldade para entender a mensagem inclusiva do evangelho de Cristo.

Em seguida, Paulo e Barnabé permanecem por um “longo tempo” em Licaônia, mas especificamente nas cidades de Icônio, Listra e Derbe. Em Icônio, os cidadãos da cidade ficam divididos entre os que aceitam a mensagem e um grupo de judeus e gentios que querem apedrejar os dois apóstolos (2 Co 11.25). Então eles fogem para Listra e Derbe, e retornam fazendo o mesmo itinerário, passando pelas mesmas cidades que evangelizaram na ida. Paulo e Barnabé atingiram novamente o mar, navegando para Antioquia com objetivo de permanecerem ali. Em Antioquia, no Orontes, alguns da Judeia insistem na necessidade de os novos convertidos serem circuncidados. Paulo, Barnabé e Tito são enviados pela comunidade de Antioquia para realizar uma visita a Jerusalém, quatorze anos depois do primeiro encontro, com Pedro citado anteriormente,

ocorrido logo após sua conversão. Durante a viagem pela Fenícia e Samaria, o apóstolo informa aos irmãos sobre a conversão dos gentios.

Em Jerusalém, eles participam do concílio com os apóstolos (Gl 2.1-10), que passou a ser conhecido como o Concílio de Jerusalém. Reunião importante para definir o que deveria ser observado pelos cristãos gentios e o que eram práticas exclusivas para os judeus. Um dos temas principais era a necessidade ou não realização da circuncisão para os cristãos gentios. Esse ritual para os judeus era um tipo de “selo” da eleição por pertencimento ao “verdadeiro povo de Deus”, uma alusão à aliança entre Deus, Abraão e seus descendentes. A decisão foi de que a circuncisão seria obrigatória somente para os judeus. Após o Concílio, Barnabé e Paulo voltam a Antioquia. Judas e Silas são enviados com eles, levando uma carta que esclarece as decisões do Concílio. Nessa ocasião, Pedro visita-os em Antioquia (Gl 2.11-21).

2.2.2. A segunda viagem missionária de Paulo

O relato da segunda viagem missionária está descrito em Atos 15.36–18.22. Durante essa viagem serão fundadas as comunidades na Galácia, de Filipos, de Tessalônica e de Corinto, que se tornaram famosas no contexto bíblico por meio das epístolas, cuja autoria é atribuída ao apóstolo Paulo.

Em Antioquia, Paulo se separa de Barnabé. Este embarca com João Marcos para Chipre, enquanto o apóstolo parte com um novo companheiro chamado Silas. Eles atravessam a Síria e a Cilícia e chegam a Derbe, Listra e Icônio. Após visitar as comunidades fundadas na primeira viagem, a dupla é fortalecida com a companhia do jovem Timóteo. A mãe Timóteo era judia, enquanto seu pai era grego. Timóteo será citado várias vezes nas Epístolas Paulinas devido à sua proximidade e fidelidade ao apóstolo (1 Ts 1.1; 3.2; 2 Co 1.19).

Então o novo grupo de missionários passa pelas regiões da Frígia e Galácia. A viagem pela Galácia não transcorreu tão rápida e tranquila, como pode parecer, uma vez que por meio da Epístola aos Gálatas (Gl 4.13ss) se sabe que o apóstolo ficou doente por um período. Em seguida, eles chegam a Mísia e, em busca da direção divina, em vez de entrarem na Bítinia, descem a Trôade. Nessa cidade,

Paulo recebe uma visão de um macedônio que lhe roga para anunciar as Boas Novas do evangelho entre os macedônios. De lá, partem para o alto-mar rumo a Samotrácia e Neápolis. Caminhando chegam a Filipos, na Macedônia, onde surgirá a primeira comunidade cristã do continente europeu.

Em Filipos, iniciava a famosa Via Egnatia, uma das mais importantes estradas que unia a parte ocidental do Império Romano com o Oriente. Nessa cidade, o lugar da evangelização ocorre nos arredores da cidade, onde a pequena comunidade judaica se reunia à beira de um rio. Provavelmente, mesmo com a importância da cidade, não havia uma sinagoga devido à insuficiência da quantidade mínima de judeus para se fundar uma. Nessa oportunidade, se deparam com Lídia de Tiatira, uma negociante de púrpura. Uma mulher "temente a Deus". Essa expressão, segundo Bronkamm (2009, p. 124) era "corrente para indicar os pagãos que aderiam a uma comunidade judaica". Lídia se converte com a pregação do evangelho, bem como sua família, é batizada e passa a hospedar os três em sua casa.

A atividade missionária de Paulo na cidade rapidamente provoca conflitos, dessa vez envolvendo autoridades romanas. Após a cura de uma jovem escrava que fazia adivinhações para seus senhores, Paulo e Silas são levados às autoridades da cidade e acusados de propagarem atitudes ilícitas aos costumes romanos. Eles são despidos, recebem açoites com varas e são lançados na prisão, onde ocorre um grande milagre, e retornam para a casa de Lídia. Nesse episódio, Paulo faz uso do direito de sua cidadania romana, obrigando os pretores, que ilegalmente o haviam açoitado e lançado na prisão, a providenciar uma escolta solene até às portas da cidade (At 16.22-40; 1 Ts 2.2; Fp 1.30; 2 Co 11.25).

A estada de Paulo em Filipos foi significativa para sua vida ministerial. A própria narrativa de Lucas trata o episódio de forma diferente e passa a enriquecê-lo com detalhes (At 16.11-40). Paulo, em sua epístola encaminhada a essa comunidade, destaca o cuidado e importância que esses cristãos tiveram com seu ministério. Chega a dizer que quando partiu da Macedônia os filipenses foram os únicos que se preocuparam em atender suas necessidades, enquanto se dedicava à pregação do evangelho (Fp 4.15). Basta ler atentamente a Epístola aos Filipenses que a relação de afetividade e proximidade entre o apóstolo e a comunidade em Filipos salta do texto.

Paulo, Silas e Timóteo passam por Anfípolis, Apolônia e chegam a Tessalônica, capital da província romana da Macedônia e sede de um procônsul. Nessa

cidade, em breve espaço de tempo se forma uma comunidade cristã. Durante três sábados, ele prega na sinagoga da cidade, em que, segundo Bornkamm (2009, p. 126), se reuniam também “numerosos adeptos de origem pagã”. A evangelização é bem-sucedida: alguns judeus, gregos que temiam a Deus e mulheres da alta sociedade se convertem. Por causa da inveja de alguns judeus, Paulo é obrigado a abandonar a cidade. Jasão, que os havia hospedado, é acusado pelas autoridades de ajudar revolucionários, mas com o pagamento de uma caução é posto em liberdade.

Paulo e Silas abandonam a Via Egnatia e partem para Bereia (At 17.1-10). A leitura do livro de Atos pode aparentar que a estadia em Tessalônica tenha sido breve, mas, na realidade, eles devem ter ficado alguns meses. Por isso, a importância de estudar a vida de Paulo lendo simultaneamente o livro de Atos e as Epístolas Paulinas. Paulo afirma que enquanto esteve em Tessalônica trabalhou para se sustentar (1 Ts 2.9), mesmo recebendo ajuda dos filipenses (Fp 4.15,16). O longo período da estadia do apóstolo auxiliou no fortalecimento da comunidade cristã, a ponto de influenciar os fiéis da região da Macedônia e Acaia (1 Ts 1.7). Sendo assim, os tessalonicenses puderam usufruir mais tempo de seus ensinamentos e orientações de Paulo. Um privilégio de poucas comunidades devido aos compromissos do apóstolo com a obra missionária.

Na cidade de Bereia, eles pregam na sinagoga e alguns judeus, homem e mulheres gregos aceitam o evangelho, após pesquisarem nas Escrituras os ensinamentos paulinos. Esse cuidado com o estudo das Escrituras dos bereanos é elogiado até os dias atuais, pois ainda serve de exemplo. A quantidade de pessoas que se atém aos ensinamentos recebidos, verificando a veracidade do que é dito nos púlpitos das igrejas por meio de uma averiguação sistemática e detalhada nos textos bíblicos é insignificante. A notícia da boa recepção dos bereanos aos ensinos de Paulo chega até Tessalônica e os judeus cristãos que estavam naquela cidade vão a Bereia para agitar a multidão. Paulo, mais uma vez, precisa sair fugido da cidade. Seu próximo destino foi Atenas, enquanto Silas e Timóteo permaneceram. A estadia em Atenas foi apenas uma passagem efêmera e intermediária para o destino final que era Corinto. Paulo não menciona o trabalho desenvolvido em Atenas na sua Epístola aos Tessalonicenses (1 Ts 3.1). Todavia, Lucas relata que Paulo prega na sinagoga e na Ágora, além de discursar no célebre Areópago, nos altos do mercado, sobre o qual se erguia a majestosa Acrópole. Poucos lhe dão atenção, mas Dionísio, o areopagita, Damaris e alguns outros se convertem (At 17.16-34).

Por fim, Paulo chega a Corinto, onde fica por um ano e meio (At 18.1-17). Uma cidade que havia perdido a influência política, mas que se mantinha como um centro de cultura universalmente reconhecido. Tratava-se de uma cidade comercial próspera e moderna, com dois portos que se abriam; um na parte ocidental sobre o mar Adriático; outro na parte oriental sobre o mar Egeu, que facilitava o transporte de mercadorias. Durante a permanência de Paulo em Corinto, Timóteo retorna de Tessalônica com notícias alvissareiras sobre o fortalecimento da fé da comunidade cristã naquela local. As boas notícias alegram o coração do apóstolo dos gentios (1 Ts 3.1-13).

Durante a viagem, Paulo conhece um casal de cristãos, Priscila e Áquila, que haviam sido expulsos de Roma, em cumprimento ao decreto do imperador Cláudio em 49 a.C. Esse decreto determinava a expulsão dos judeus de Roma devido algumas insurreições contra o império, principalmente por causa do descontentamento judaico com os impostos e tributos (At 18.2). O casal se torna companheiro de ministério de Paulo. Provavelmente, Paulo soube da comunidade cristã que existia em Roma por intermédio de Priscila e Áquila, pois parece que na sua primeira viagem missionária esse fato lhe era desconhecido. Depois de tomar conhecimento do fato, surge no coração do apóstolo o desejo de visitar a comunidade de Roma e, em seguida, a comunidade da Espanha. O casal era companheiro de Paulo na atividade de fazer tendas, que era a fonte de renda e de subsistência (1 Co 4.12). Esse casal, com certo destaque para a esposa, desenvolveu um valioso apoio ao apóstolo, à comunidade de Corinto, como também à comunidade de Éfeso, para onde se transferiram na sequência (Rm 16.4; 1 Co 16.19). Enquanto estava ainda em Corinto, Paulo tem uma grata surpresa com a chegada de Silas e Timóteo, acompanhados com ajuda financeira das igrejas da Macedônia (At 18.5; 1 Ts 3.6). Com isso, ele ganha um tempo para escrever a Primeira Epístola aos Tessalonicenses.

Paulo, mesmo com oposições dos judeus, mantém sua pregação na sinagoga por um período desconhecido e a recompensa vem com algumas conversões. Entre elas, a família de Estéfanas (1 Co 1.16), Crispo, o chefe da sinagoga e Gaio (1 Co 1.14; Rm 16.23). Gaio hospedará o apóstolo quando ele retornar em sua terceira viagem missionária, momento em que Paulo escreverá uma de suas principais epístolas, conforme será visto na próxima seção. A comunidade se muda para a casa de certo Justo, enquanto Paulo se encontra com Gálio, o procônsul romano de Acaia, acusado de persuadir as pessoas com costumes religiosos contrários à lei que defendiam. Entretanto, Gálio se nega a julgar o caso por entender que o conflito era uma questão interna da comunidade judaica.

Como afirmado anteriormente, os romanos demoraram a distinguir o cristianismo do judaísmo. O cristianismo era tratado como uma seita do judaísmo, resultado de intrigas internas entre os líderes judaicos.

De volta a Antioquia, no Orontes, Paulo raspa a cabeça em Cencreia, onde morava a diaconisa Febe, colaboradora de Paulo (Rm 16.1,2). O apóstolo embarca para a Síria acompanhado de Priscila e Áquila. Em Éfeso, Paulo prega na sinagoga por um pequeno período de tempo. Paulo solicita a permanência do casal nessa cidade (1 Co 16.19) e segue viagem para Cesareia com o propósito de retornar ao centro missionário de Antioquia.

2.2.3 A terceira viagem missionária de Paulo

A terceira viagem missionária do apóstolo é narrada na perícope de Atos 18.23–21.17. Nessa viagem, o apóstolo percorre a região da Galácia e da Frígia até chegar novamente a Éfeso. Nessa cidade, ele encontra uma comunidade de discípulos de João Batista que se deixam batizar. Paulo descobre que esses irmãos não tinham ciência a respeito do batismo no Espírito Santo. Eles são orientados e, após oração e imposição de mãos, também são selados com a promessa. Por três meses, Paulo prega na sinagoga, mas durante esse período encontra oposições dos judeus, sendo obrigado a procurar novo local para suas preleções e estudo. A escola de Tirano é o local escolhido, onde ele exerce seu ministério de ensino por um período de dois anos consecutivos. Na escola de Tirano, ocorreram vários milagres e muitos que praticavam magia, prática religiosa difundida na cidade, abraçam a fé e queimam seus livros de arte mágica, que eram notórios e onerosos na época (aproximadamente 50.000 denários de prata). Portanto, além da conversão dos praticantes de magia, a atuação do apóstolo os conduz a um “desperdício” financeiro significativo, com impactos na cultura local.

Éfeso foi um local estratégico para o apóstolo supervisionar ministerialmente as comunidades de Corinto, dos Gálatas e de Filipos e comunicar-se com elas. Nesse período, Paulo faz sua a única correspondência particular que faz parte do cânon, a carta encaminhada a Filemom para interceder pelo escravo fugitivo Onésimo. Pela porta aberta para evangelização em Éfeso, Paulo decide ficar

mais tempo na cidade, postergando sua partida para Corinto; todavia, mantém contato com os membros dessa comunidade por meio da epístola (1 Co 16.8,9). Na primeira epístola, o apóstolo comenta sobre a relação da comunidade jovem com os que praticam imoralidades. Essa epístola está entre as “epístolas perdidas” do apóstolo. Nem todas as cartas emitidas pelo apóstolo foram incluídas no cânon bíblico (1 Co 5.9).

Na segunda carta aos coríntios, conhecida no cânon como a primeira epístola, ele fala sobre a continuidade de sua obra por Apolo nessa cidade (1 Co 3.4-9). Posteriormente, Apolo se junta a Paulo em sua jornada missionária (1 Co 16.12). Nessa carta, Paulo trata de assuntos diversos:

• Comenta sobre as notícias recebidas da casa de Cloe informando sobre rixas entre os membros (1 Co 1.11);

• Visita de alguns companheiros em Éfeso (1 Co 16.15-17) que trazem uma carta dos coríntios com perguntas da comunidade (1 Co 7.1; 8.1; 12.1; 16.1);

• Aborda a viagem de Timóteo em andamento para Corinto para reorganizar a comunidade dividida pelos conflitos (1 Co 16.10,11).

Após a viagem, Timóteo retorna com notícias da comunidade. Ele informa que algumas pessoas estavam anunciando mensagens com intuito de deturpar a mensagem paulina, “um outro evangelho” (2 Co 3.1; 10.12-14; 11.4). A reação do apóstolo é imediata. Ele escreve uma nova epístola, que é enviada por meio de Tito à comunidade, para rebater os falsos mestres e proteger a igreja. Como resposta aos insultos recebidos pelos adversários de “seu evangelho”, Paulo escreve a carta em lágrimas (2 Co 2.3-5).

Ainda em Éfeso, Paulo planejava uma nova viagem para a Europa (1 Co 16.2,5-9), mas ocorre um motim liderado pelo ourives Demétrio e o apóstolo acaba preso com Épafro (2 Co 1.8,9; Fm 23; Fp 1.12-14; Cl 4.10,18). Enquanto estava na prisão, os filipenses lhe enviam ajuda por meio de Epafrodito (Fp 4.10-18). O apóstolo, apesar de não estar bem (Fp 1.21-24), envia uma epístola aos filipenses (Fp 1.1-3.1; 4.1-7,10-23) e também uma carta a Filemom. Com a ajuda de Áquila e Priscila, Paulo escapa de Éfeso e viaja para Trôade (2 Co 2.12,13), onde

procura por Tito, mas sem sucesso. Anuncia o evangelho nessa cidade e parte para a Macedônia (2 Co 2.13), e demonstra que algo o incomodava a ponto de lhe tirar a paz (2 Co 7.5). Possivelmente, o que o irritava era a influência negativa que os judaizantes estavam exercendo sobre as comunidades da Galácia, período que pode ter escrito a epístola que enviou aos gálatas.

Paulo parte de Éfeso para o Vale de Lico, onde se encontram as cidades de Laodiceia, Colossos e Hierápolis. Talvez Paulo tenha chegado até a região da Galácia (Gl 4.13) no momento propício para organizar a coleta em favor dos pobres de Jerusalém entre as igrejas dessa região (1 Co 16.1; Gl 2.10). Mesmo com as oposições dos judeus cristãos, os resultados de sua evangelização são positivos.

Não se sabe o momento em que Paulo se reencontrou com Tito, mas foi marcante para o apóstolo. Ele estava preocupado com a reação que a comunidade teria com a forma enérgica que havia escrito a carta anterior; no entanto, Tito lhe traz boas notícias, a comunidade recebeu a sua mensagem (2 Co 7.6,7,13-16). A mensagem era “dura” e não muito agradável de ser ouvida, pois não atendia ao interesse pessoal e caprichos das pessoas individualmente, mas era uma palavra de Deus para aquela comunidade. Eles precisavam para se ajustarem à vontade de Deus e para terem vitória na vida espiritual.

A situação do apóstolo Paulo não é diferente de muitos ministros comprometidos com o evangelho nos dias atuais. O povo geralmente quer ouvir uma mensagem para massagear seu ego, atender aos seus desejos pessoais e egoístas, o que tem levado muitos ministros e pregadores a “venderem” o seu chamado, buscando entregar a mensagem que o povo quer ouvir. Paulo era diferente: como já visto, ele teve muitas experiências com Deus e sabia o valor de sua salvação e comunhão com o Senhor. Não trocava isso por nada, porém ele era um ser humano como todos nós. Não podemos nos esquecer dessa verdade, pois somos sujeitos a falhas e aos sentimentos naturais como: a ansiedade, o medo, a angústia, entre outros; contudo, devemos estar constantemente debaixo da graça de Deus e confiando nEle para aprendermos a controlar nossas emoções.

Paulo agradece a Deus na frente dos macedônios pelo amor e disponibilidade que os irmãos de Corinto tiveram em ajudar a comunidade cristã em Jerusalém (2 Co 7.5). A ação dos coríntios é contagiante, e a comunidade da Macedônia (Filipos e Tessalônica) também se mobiliza para angariar ofertas e organizar uma grande coleta para a irmandade de Jerusalém (2 Co 8.1-4).

O apóstolo, tendo a percepção de ter já atingindo toda a Ásia com a pregação do evangelho, resolve partir para a Europa. Seu plano, depois de passar pela Acaia e Jerusalém, era partir para Roma e Espanha (Rm 1.15; Rm 15.22-29). Paulo intencionava levar pessoalmente a coleta para os cristãos que moravam em Jerusalém (2 Co 8.10,11; 9.1,2). Ele havia assumido um compromisso pessoal de ajudar a igreja mãe (Gl 2.10; Rm 15.26), em gratidão por tudo que havia recebido dela como fonte de bênção para seu ministério e sua vida. Outro importante exemplo do apóstolo, a gratidão às pessoas e comunidades que prestavam auxílio nas necessidades. Quantas pessoas são egoístas e se preocupam somente com seus interesses, usando outros para atingir seus objetivos pessoais. O objetivo de Paulo era servir à coletividade e contribuir para uma vida em comunidade mais justa, prioridade do Reino de Deus.

Paulo, agora mais aliviado com as notícias de Tito, resolve escrever uma nova epístola, conhecida como a “Epístola de Reconciliação” aos Coríntios (2 Co 1.1, 2.13, 7.5-16). Por fim, Paulo passa pela Grécia e chega à Acaia, onde permanece por um período de três meses, sua terceira e última viagem a Corinto (2 Co 12.14). A comunidade de Corinto nessa última viagem aparentemente se encontra pacificada. Pelo menos é o que transparece a epístola que ele escreveu aos romanos nesse período, em que estava hospedado na casa de Gaio. Auxiliado pelo amanuense Tércio, ele escreve à comunidade romana sem citar nenhum inconveniente nessa sua última estada em Corinto. A igreja cristã em Roma não havia sido fundada por Paulo, mas ele tinha aprendido amá-la mesmo a distância. Nessa carta, além de defender e aprofundar nos argumentos favoráveis à doutrina da justificação pela fé, Paulo comunica sua intenção de visitá-los, antes de continuar a viagem para a Espanha.

No entanto, enquanto estava empenhado para coletar doações para a igreja em Jerusalém, ele é informado sobre os judaizantes (judeus convertidos ao cristianismo que ainda não haviam entendido a doutrina da justificação pela fé) o seguiam com intuito de denegrir sua imagem e seu apostolado e, ainda, incomodavam a comunidade cristã em Filipos. Segundo alguns estudiosos, nesse momento o apóstolo escreve o que seria a Segunda Epístola aos Filipenses, parte integrante da única epístola do cânon (Fp 3.2-21; 4.9-19).

Paulo tem como objetivo principal ir a Jerusalém, ciente de duas coisas: a viagem era vontade de Deus e haveria aborrecimentos como prisões e tribulações (At 20.22,23). Como afirmado anteriormente, o apóstolo também tinha suas apreensões e ansiedades. Ter consciência disso é importantíssimo a

todo cristão, já que, influenciadas por uma leitura espiritualista dos textos bíblicos, algumas pessoas acreditam que Paulo e outros personagens bíblicos não eram seres humanos comuns, mas investidos de um poder sobrenatural a ponto de não terem o mesmo sentimento que os demais seres humanos. Tiago, ao comentar sobre oração, faz uma afirmação que auxilia nesse sentido. Ele usa o exemplo de Elias e afirma que tinha as mesmas paixões das demais pessoas, mas orando Deus o ouviu (Tg 5.17). Dessa forma, não espiritualiza por demasia o fato, mas destaca que Deus instrumentaliza o ser humano para agir em prol da coletividade.

Paulo, devido a uma conspiração por parte dos judeus, em vez de voltar de navio é obrigado retornar à Macedônia. Os seus companheiros nessa viagem foram: Sópatros de Bereia, Aristarco e, de acordo com Segundo de Tessalônica, Gaio de Derbe, Timóteo, Tíquico e Trófimo da Ásia. Ele viaja, por mar, de Filipos a Trôade. Em Trôade, onde permaneceu por sete dias, acontece a famosa queda de Êutico da janela e sua ressurreição. Continua viagem, por terra, e chega a Assos e, por mar, passa pela ilha de Lesbos, Quio e Samos. Nesse momento, ocorre uma parada estratégica em Mileto, que ficava a 50 quilômetros ao sul de Éfeso, em que Paulo pede para chamar os anciãos dessa cidade para se despedir. Paulo evita entrar em Éfeso devido aos perigos que poderia estar sujeito (2 Co 1.8-11). Na chegada dos anciãos, acontece um dramático episódio em que o apóstolo e as pessoas presentes se emocionam, prevendo o iminente martírio de Paulo. Ele se despede dos companheiros de Éfeso com um comovido discurso (At 20.17-38). A tristeza pela separação, acentuada pelas palavras do apóstolo de que não mais se veriam em vida, e o choro tomaram conta do ambiente.

A viagem prossegue, passando pela ilha de Cos, ilha de Rodes e, por fim, chega a Pátara. Ao entender esse itinerário de Paulo, o leitor já fica “cansado”; imagine o apóstolo com essa vida de constantes viagens, incluindo os conflitos e ameaças que vão surgindo, tudo por amor ao evangelho. Mas a viagem não para por aí. De Pátara ele embarca em um navio para Tiro, fica nessa cidade por sete dias enquanto o navio que estavam descarregava. Na sequência, eles embarcam para Ptolemaida e a viagem continua. No dia seguinte, já estão novamente em viagem para Cesareia, onde se hospedam por vários dias na casa de Filipe, o evangelista (um dos sete diáconos gregos escolhidos em Atos 6). Esse relato é importante, pois torna conhecida a existência de comunidades cristãs da costa palestina do mar Mediterrâneo. Somente após essa longa jornada o apóstolo sobe para Jerusalém e se hospeda na casa de Manson, discípulo oriundo de Chipre.

Quem estaria disposto a fazer todo esse sacrifício pelo evangelho nos dias atuais? O apóstolo Paulo praticamente se “despiu” de sua vida para viver pelo evangelho e pelo próximo. Provavelmente, era motivado ao olhar para o exemplo de Jesus, que se “despiu” de sua glória para viver a lei do amor, manifestando a justiça e a graça de Deus por meio de sua vida terrena. A vida do apóstolo não era fácil, mas era frutífera. Como visto, a terceira viagem missionária foi bem concorrida e lhe trouxe muitas experiências, que certamente ficaram marcadas na vida do apóstolo. Outro fato importante foram os diversos escritos que ele encaminha às comunidades cristãs com intuito de orientá-las tanto em questões doutrinárias e teológicas como também em questões práticas para o desenvolvimento da vida cristã com qualidade.

Apesar de toda experiência já vivida pelo apóstolo, muito mais estava por vir. As duas próximas viagens do apóstolo seriam impactantes: a) em Jerusalém seria preso; b) a viagem a Roma, tão aguardada pelo apóstolo e pela comunidade cristã daquela cidade, seria em circunstâncias bem diferentes do planejado, conforme ele menciona na Epístola aos Romanos.

2.3 A Prisão do Apóstolo e sua Viagem para Roma

A última viagem de Paulo a Jerusalém, conforme citado na seção anterior, apesar da expectativa do apóstolo de estar entre os líderes da igreja mãe, também foi motivo de preocupação por não saber ao certo como seria sua recepção (At 20.22-24; Rm 15.25-28). Contudo, quando chega a Jerusalém, inicialmente, ele é bem recebido por Tiago, irmão do Senhor e líder da igreja naquele local, e tem a oportunidade para contar sobre as experiências advindas por meio das viagens missionárias. Todavia, a calmaria acaba com a chegada dos judeus cristãos que estavam na Ásia. O desenrolar dos conflitos resulta na prisão do apóstolo dos gentios e sua viagem a Roma.

2.3.1 A prisão do apóstolo

A chegada de Paulo causou muita alegria aos irmãos de Jerusalém (At 21.17,18, ARA); entretanto, a calmaria não durou muito tempo. Durante a estada de Paulo, o conflito entre os costumes praticados pela igreja mãe e a igreja cristã gentílica acabam aflorando. Tiago, irmão do Senhor e chefe da Igreja em Jerusalém, adverte o apóstolo sobre o perigo entre os judeus, uma vez que sua reputação entre eles não era boa (At 21.21). Ele não somente havia abandonado a sua antiga fé, mas também persuadia os outros a fazerem o mesmo. Paulo teria que ter cuidado tanto com os judeus cristãos como também com os próprios judeus. Imagine qual seria a repercussão que teria com os principais líderes da religião judaica ao saber que quem havia saído de Jerusalém com a incumbência de acabar com o movimento dos cristãos, e em vez de cumprir sua missão, havia mudado de lado, estava de volta à “Cidade Santa”. Alguém que após a mudança havia dedicado vários anos em defesa dessa nova fé, evangelizando os gentios e convertendo também judeus para o cristianismo.

Tiago aconselha o apóstolo a fazer um voto de purificação com mais quatros homens que tinham feito uma promessa, com o objetivo de “satisfazer” os

judeus mais radicais. Tratava-se de um costume judaico antigo, segundo o qual uma pessoa piedosa fazia voto de serviço permanente ao Deus de Israel, Yahweh. No início, esse voto deveria ser para toda a vida; com o passar dos anos, passou a ser utilizado também para um período específico e limitado. A pessoa piedosa que aderisse a esse voto deveria renunciar de forma radical o consumo de vinho, o corte dos cabelos e evitar certas impurezas rituais, como não tocar em cadáveres. Tiago ainda recomenda que Paulo assuma as despesas da cerimônia, o que era considerado uma obra particularmente piedosa, o que demonstraria um maior comprometimento pelo apóstolo. Ele acata a sugestão de Tiago, fazendo tudo conforme havia solicitado.

Bornkamm justifica a atitude de Tiago ao recomendar essa ação a Paulo:

O motivo da proposta de Tiago a Paulo deve ser buscado, como já foi corretamente presumido, na dificuldade que a comunidade de Jerusalém tinha de aceitar a coleta. Dessa maneira, a sua desconfiança em relação a Paulo se teria enfraquecido, enquanto ao mesmo tempo, os judeus não cristãos teriam tido a comprovação de que a comunidade primitiva não estava disposta a receber de braços abertos um inimigo da Lei de Deus, só por causa do vil dinheiro. Podemos explicar dessa maneira os motivos da iniciativa de Tiago, mas podemos também compreender por que Paulo aceitou aquele compromisso. Participando a título pessoal de uma cerimônia privada, não renunciava a nada, nem colocava com isso minimamente em questão a sua doutrina, segundo a qual a Lei não é mais um caminho da salvação (BORNKAMM, 2009, p. 176).

Nessa citação além da justificativa da orientação de Tiago, também fica evidente a influência, mesmo após décadas da morte de Jesus, que o judaísmo e o Templo de Jerusalém ainda tinham sobre os líderes cristãos em Jerusalém. Paulo também deixa evidente a liberdade que tanto pregava, visando sempre à salvação das pessoas independentemente de suas origens. Em 1 Coríntios 9.20-22, Paulo chega a afirmar que se fez de judeu para ganhar os judeus, se bem que não estava sujeito à lei, se fez como se estivesse sujeito. Acrescenta que se fez de fraco para ganhar os fracos, enfim se fez de tudo para todos, com o objetivo de salvaguardar alguns a todo custo. Um exemplo pouco explorado hoje pelos cristãos, que preferem se enclausurar dentro das quatro paredes e se isolar da

sociedade da qual fazem parte. Talvez por insegurança ou por falta de entendimento, ainda, do poder do verdadeiro evangelho.

Outro ponto importante na citação é a “dificuldade que a comunidade de Jerusalém tinha de aceitar a coleta”, que a muito custo o apóstolo havia coordenado entre as igrejas gentílicas. Como deve ter sido penoso para o grupo essa atitude. Além de todo esforço, ainda, teriam de se sujeitar às exigências radicais dos judeus e judeus cristãos para aceitarem o que de bom grado e com muito empenho haviam conseguido para ajudá-los. Poucos se sujeitam a isso. Todavia, Paulo, mais uma vez, dá exemplo de humildade e comprometimento com o Reino de Deus. Na realidade, o objetivo de Paulo não era somente ajudar a igreja em Jerusalém com a coleta, mas, acima de tudo, queria tornar possível a unidade da Igreja. Judeus e gentios, em nome do amor de Cristo, vivendo em harmonia e com um único objetivo de acrescentar cada vez mais vidas transformadas pelas Boas Novas de Cristo com poder para influenciar para uma sociedade mais justa e inclusiva. Apesar do comprometimento e boas intenções do apóstolo, era uma meta ousada e difícil de ser atingida, como se percebe na sequência dos acontecimentos.

A paz estava com os dias contados. Passados sete dias, chegam à cidade alguns judeus da Ásia, que ao reconhecerem Paulo o acusam de estar pervertendo os bons costumes judaicos e pervertendo o ensino durante suas viagens na Ásia. Aliado a isso, ainda a acusação de ter levado gentios para dentro do Templo (At 21.21,27,28). Uma multidão aglutinada é incentivada a linchar Paulo; no entanto, ele sobrevive graças ao tribuno Cláudio Lísias, que destaca soldados e centuriões para prendê-lo (At 21.33). Apesar de Paulo ter a oportunidade de se explicar ao tribuno e proferir um discurso aos judeus, os ânimos não são contidos e os judeus insistem na morte do apóstolo. O tribuno recolhe Paulo à fortaleza e ordena que seja interrogado e açoitado, sem saber de sua cidadania. Paulo exige seus direitos de cidadão romano e Cláudio tem que se conter.

Paulo não abriu mão de seus direitos, mas, quando foi necessário, fez uso deles. O apóstolo sabia diferenciar entre o que deveria fazer por si mesmo, com os recursos dados por Deus, e o que deveria esperar uma ação exclusiva do Senhor. Diferente do que se ouve em algumas igrejas com relação ao cristão fazer uso das leis e direitos para se defender. O melhor procedimento é o do bom senso, ou seja, avaliar caso a caso. Todavia, o cristão pode com certeza fazer uso de seus direitos, mesmo quando lesado ou injustiçado por membros de sua própria comunidade. É evidente que a prioridade é o acordo e a boa convivência entre os

irmãos de fé. Mas, infelizmente, nem sempre é possível. Com relação à coleta e ao dinheiro recolhido para ajuda dos judeus levada por Paulo a Jerusalém, a tratativa e destinação não é mencionada. O que com tanto empenho e dedicação foi conseguido passa a ser totalmente ignorado no texto.

A prisão de Paulo intrigou o Tribuno; ele queria saber os detalhes da acusação. Então, convoca uma reunião entre Paulo, os chefes dos sacerdotes e todo o Sinédrio para uma averiguação. Paulo “estava em casa”, pois teria que discursar em sua defesa, o que seria falar do evangelho, reflexo de sua própria vida. Durante seu discurso, reforça sua crença na ressurreição de Cristo, para ele comprovada pela aparição no caminho de Damasco. Esse tema provoca uma dissensão entre os fariseus e saduceus, porquanto os primeiros acreditavam na ressurreição, não a de Jesus, mas defendiam essa crença, enquanto os saduceus negavam a existência da ressurreição. Os fariseus tomam a causa de Paulo ao ouvi-lo defender a ressurreição. O conflito acende uma tensão na reunião, obrigando o tribuno enviar Paulo de volta à fortaleza.

À noite, Paulo tem uma visão de Deus, confortando-o e confirmando que ele iria a Roma para testemunhar de seu evangelho. Nesse momento, ele deve ter se tranquilizado com a confiança que iria para Roma, portanto, para ele, algo definido. Uma das piores situações do ser humano é a dúvida do futuro ou a falta de definição quando precisa tomar uma decisão. Quando se tem um futuro bem definido o ser humano pode descansar e aguardar as coisas acontecerem. O ideal é quando Deus está no controle da situação e a sua vontade está prevalecendo.

No outro dia, mais de quarenta judeus insatisfeitos por Paulo ainda estar vivo organizam um grande motim e se comprometem a jejuar enquanto não tirassem a vida do apóstolo. Paulo é salvo da morte porque o seu sobrinho (filho de sua irmã) fica sabendo do motim e informa ao tribuno. Este, preocupado com as consequências que poderiam resultar da agitação, resolve enviar Paulo a Cesareia, aos cuidados do governador Félix (52-60 d.C.). Ele é escoltado durante a viagem por duzentos soldados, setenta cavaleiros e duzentos lanceiros (At 23.26). No outro dia, chegam a Cesareia e o apóstolo fica detido no pretório de Herodes. Passados cinco dias de sua chegada, o sumo sacerdote Ananias, alguns anciãos e o advogado Tértulo acusam Paulo diante do governador de ser uma peste, um dos principais líderes do cristianismo, que suscita conflitos entre todos os judeus do mundo inteiro. Paulo, mais uma vez, tem a oportunidade de se defender, o que fazia muito bem. Félix agenda uma nova reunião prevendo a presença do tribuno Lísias.

O próprio Félix e sua mulher, Drusila, uma judia, chamaram Paulo para ouvi-lo falar sobre Jesus, mas quando ele, com autoridade, fala sobre a justiça e juízo vindouro, Lucas afirma que Félix teve medo e pediu para o apóstolo parar seu discurso. Félix o chamava frequentemente para ouvi-lo, mas Lucas assevera que um dos principais motivos era sua intenção de receber propina para libertá-lo (At 24.24-26). Com isso, Paulo continuava preso à disposição.

2.3.2 O apelo para César e a viagem a Roma

Decorridos dois anos, Pórcio Festo (60-62 d.C.) se torna o sucessor de Félix como governador em Cesareia. Os chefes dos sacerdotes e os notáveis, aproveitando a troca de cadeira e a visita do governador a Jerusalém, estrategicamente, pedem a transferência de Paulo para Jerusalém. O pedido é negado e Paulo é mantido preso em Cesareia. Depois de aproximadamente dez dias, Festo retorna a Cesareia e no dia seguinte convoca uma reunião com o tribunal para que Paulo fizesse uma nova defesa. O governador resolve, por estratégia política, com vistas a agradar os judeus influentes presentes na reunião, perguntar a Paulo se gostaria de ser julgado por ele em Jerusalém. Paulo faz uso de seus direitos de cidadão romano mais uma vez e recorre a César, caso fosse necessário um julgamento (At 25.11). O apelo de Paulo se trata da prouocatio ad imperium, confirmada pela lex Iulia de ui publica, em que qualquer cidadão romano tinha autoridade para apelar ao imperador contra uma condenação infligida por um governador provincial. Portanto, Festo cumpre o que estabelece a própria lei romana e acata o pedido de Paulo. Assim, encerra a reunião.

Paulo apela para o tribunal de César, provavelmente, em busca de mais imparcialidade no julgamento devido à grande influência judaica em Cesareia como fica evidente no tratamento de Festo, pois ele tinha autoridade concedida pelo império para julgar um cidadão romano. Rodrigues (2012, p. 70) defende essa hipótese ao afirmar que “só isso explica a razão do apelo, quando sabemos que o magistrado romano em exercício na província tinha poderes para julgar um cidadão romano e condená-lo, inclusive, à pena capital”. Festo tem uma atitude idêntica à tomada por Pilatos, que “lavou as mãos” no julgamento de Jesus, por interesse político e por medo da influência dos líderes judaicos em Jerusalém. A

história, mais uma vez, se repete na vida do apóstolo Paulo. Situação semelhante a que muitos cristãos na atualidade, diante das injustiças e barganhas políticas para atendimento de interesses mesquinhos e egoístas.

Poucos dias depois, chega a Cesareia o rei Agripa, conhecido como Herodes Agripa II, e sua irmã Berenice. Durante a estada do rei em Cesareia, Festo comenta com ele a respeito do apóstolo Paulo e sobre os fatos ocorridos durante seu julgamento. Agripa fica curioso para conhecer a Paulo e pede para ouvi-lo também. Festo, no dia seguinte, prepara tudo para que o pedido do rei fosse atendido. Para essa reunião, Agripa e Berenice vieram “com grande pompa” (At 25.23), acompanhados das principais autoridades da cidade para ouvir o apóstolo. Paulo de forma brilhante faz sua defesa, testemunhando a sua conversão e os atos de Deus em sua vida. Ao final do discurso, o rei Agripa demonstra ter sido envolvido com o discurso de Paulo, se levanta juntamente com o governador, Berenice e as autoridades que estavam com ele. Eles comentam entre si que Paulo não havia feito nada para ser preso ou condenado à morte. Agripa explica que se Paulo não tivesse apelado a César poderia perfeitamente ser solto. Mas, como visto anteriormente, Lucas relata uma visão de Paulo em que Deus havia deixado claro que era necessário que ele estivesse em Roma para testemunhar sobre as Boas Novas de salvação em Cristo.

O apóstolo Paulo, mesmo em condições desfavoráveis e sendo injustiçado, manteve sua fidelidade a Deus, sendo testemunha viva do poder do evangelho, pregando-o com ousadia e autoridade. Prova disso é o impacto que sua mensagem provocou, primeiramente, com o antigo procurador Félix, depois com seu sucessor Pórcio Festo, bem como o rei Agripa e sua comitiva. Eles foram tocados pela palavra do apóstolo a ponto de serem tentados a se fazerem cristãos, mas desistem ao ouvirem sobre a justiça, a temperança e o juízo final, além de tudo mais que estava envolvido devido as suas posições no Império Romano. Situação que se repete atualmente, pessoas que devido as suas ocupações, influências e regalias, mesmo reconhecendo o poder do evangelho, se recusam a abrir mão disso tudo por amor a Cristo. Não é fácil ser imitador de Paulo, mas não é impossível.

Enfim, Paulo faz sua viagem a Roma; no entanto, não foi como planejado. Na Epístola aos Romanos, ele descreve o seu desejo de ir voluntariamente visitar a comunidade cristã da cidade e continuar a viagem missionária para a Espanha. Na realidade, ele acaba indo como um prisioneiro. Paulo, entre outros presos, é entregue aos cuidados do centurião da corte augusta, chamado Júlio. O grupo

embarca e parte de Cesareia para Sidônia, onde Paulo teve certo privilégio para ver alguns amigos. Depois atravessam o mar ao longo da Cilícia e da Panfília durante quinze dias até desembarcarem em Mira, onde encontram um navio alexandrino que estava de partida para a Itália. As viagens na época eram iniciadas com votos de boa viagem e cultos aos deuses da navegação. As condições dos navios eram precárias, não havia cabines para passageiros, que ficavam em lugares reduzidos, sem regalias. Peixes fritos eram proibidos por lei e a distribuição de água potável para a tripulação era racionada. No caso de prisioneiro, o controle era mais efetivo.

Na viagem a Roma, o grupo passa por algumas dificuldades. Depois de muitos dias de navegação, não conseguem aportar em Cnido por causa do vento e continuam rumo a Creta. Chegam a Bons Portos no início do inverno, quando a navegação nesse lugar se torna perigosa. Paulo, que tinha certa liberdade para falar, aconselha o centurião para não continuar a viagem devido ao perigo de navegação, mas o centurião decide por continuar navegando. Entretanto, durante a viagem, desencadeia um vento em turbilhão e o navio fica à deriva no Mar Adriático durante 14 dias. Toda a carga é perdida, mas, como que por um milagre, as 276 pessoas a bordo alcançam a ilha de Malta e sobrevivem. Os náufragos são bem recebidos pelos nativos da ilha. Nessa ilha acontece o milagre da cura de mordida de uma víbora venenosa, bem como vários milagres. Paulo é visto como um deus e é recebido com honra como hóspede do principal da ilha, Públio. Bornkamm (2009, p. 182) afirma que aqui Paulo é apresentado como uma autoridade divina legitimada “pela sabedoria e confiança, até pela experiência marítima e, sobretudo, pelo poder da sua fé e pela sua capacidade de fazer milagres. Ao final das contas, todos devem a ele a salvação”.

O grupo fica todo o inverno na ilha, aproximadamente três meses, e então parte novamente em um navio alexandrino. A tripulação aporta em Siracusa, onde permanecem três dias. Chega a Régio para um pequeno descanso e parte no dia seguinte para uma viagem de mais dois dias até Putéoli. Nessa cidade, encontra-se com outros cristãos com quem fica sete dias. Pela liberdade concedida para se relacionar com a comunidade cristã do local, percebemos que Paulo recebe um tratamento diferenciado — tratamento que não era comum a quem estava na condição de prisioneiro, em uma viagem para ser julgado.

Roma já estava próxima. A notícia da chegada de Paulo agita a comunidade cristã e um grupo de pessoas vai recepcioná-lo na Praça de Ápio e Três Tabernas. Segundo Thiede (1986, p. 102), o apóstolo chegou a Roma em 60 d.C.

e ao chegar tem a permissão para morar em uma casa locada sob supervisão. Ele ficava com um dos braços algemado ao braço de um soldado. Nessa casa ele permanece por dois anos. Provavelmente, o apóstolo tenha se instalado perto do campo pretoriano, na região nordeste da cidade. Tratava-se de um bairro popular, onde moravam alguns judeus, mas não havia uma forte densidade populacional judaica. Esse procedimento adotado com Paulo estava previsto no Direito Romano (custodia militaris), um tipo de prisão domiciliar, um tipo de prisão preventiva. Esse tratamento comprova que Paulo não era considerado pelos romanos como alguém de alto risco ou periculosidade.

O apóstolo não havia planejado chegar como um prisioneiro romano na cidade, mas não se deixou abater por essa condição. Ele estava feliz por encontrar a comunidade cristã romana e poder conviver um período com eles, sendo produtivo mesmo em condições desfavoráveis. Paulo era um ser humano comum, com os mesmos sentimentos que qualquer outro ser humano, mas tinha uma convicção muito forte em relação ao seu chamado e sua relação com Deus. Dessa forma, mesmo que se sentisse abatido, ele superava a adversidade pelo desejo de fazer a vontade de Deus e representar o poder do evangelho, como mencionara no primeiro capítulo da Epístola aos Romanos. Afinal de contas, Paulo tinha a convicção de estar preparado para ser entregue à morte por Jesus todo dia (2 Co 4.10,11).

Três dias após sua chegada, ele convoca os principais entre os judeus para posicionar sobre a sua situação e, em outra oportunidade, reúne-os novamente para falar a respeito do Reino de Deus. Durante sua estada em Roma, Paulo aproveitou as oportunidades para falar sobre o evangelho a toda sorte de pessoas. Segundo alguns estudiosos do Novo Testamento, nesse período da prisão domiciliar, Paulo escreveu algumas epístolas enviadas a várias comunidades cristãs espalhadas pelo Mediterrâneo. Outros estudiosos dedicados à crítica literária questionam a autoria parcial ou total dessas epístolas. Nesse grupo, estão as epístolas enviadas aos filipenses, aos colossenses, aos efésios e a pequena missiva encaminhada a Filemom.

Quando Paulo escreveu aos romanos, menciona sua intenção de ir até a Espanha, depois de visitá-los (Rm 1.15; 15.22-29). Alguns autores (LÉGASSE, 2000, p. 242,243; BASLEZ, 2008, p. 210, 278-280, MURPHY-O’CONNOR, 2008, p. 120) defendem que Paulo acabou por realizar essa viagem no período entre a primeira prisão domiciliar (60-62 d.C.) e a segunda. Esta ocorreu em condições precárias e diferentes da primeira. Provavelmente, teve seu início após a grande

perseguição aos cristãos em 64-65 d.C., obrigando o apóstolo a retornar a Roma, possivelmente, no outono de 65 d.C.

Paulo amargou o abandono quase total de seus companheiros nessa prisão. Os únicos visitantes foram Onesíforo (2 Tm 1.16-17) e Lucas (2 Tm 4.11). Em sua primeira defesa diante do magistrado, absolutamente ninguém compareceu para apoiá-lo (2 Tm 4.16). O interrogatório inicial era feito em público e era permitido que os partidários testemunhassem para encorajar e até mesmo aconselhar o réu sobre pontos da lei. Esse abandono deve ter machucado muito o apóstolo dos gentios. Independente disso, Paulo sempre aproveitou as oportunidades para evangelizar as pessoas, buscando conduzi-las a Cristo, seu Senhor, até os últimos momentos de vida. A sua segunda prisão em Roma termina com a condenação e seu martírio em 67 d.C. Como convinha ao cidadão romano, uma morte rápida, a decapitação. Constrangido pelo amor de Cristo, Paulo deu a sua vida em amor ao evangelho (2 Co 5.14,15). Seu desejo de estar com Cristo (Fp 1.23) se cumpriu. O registro providenciado por Lucas em Atos bem como o relato do apóstolo em suas epístolas demonstram o caminho percorrido pelo evangelho por meio de Paulo. O caminho já previsto ou prenunciado no início do livro de Atos que começa em Jerusalém, passando pela Judeia e Samaria, chegando por fim até os confins da terra (At 1.8). Nesta última parte, “até os confins da terra”, Paulo teve uma grande contribuição.

Paulo é o exemplo de missionário comprometido com sua missão. Ele não se calava diante de seus adversários e priorizava sempre a mensagem das Boas Novas reveladas em Jesus Cristo. Alguém que viveu iludido pela crença judaica, alcançado pela graça de Deus da forma como foi alcançado, se constrange a doar sua vida para anunciar as verdades que lhe foram desveladas. O mistério já estava presente nas Escrituras do Antigo Testamento, que lhe era tão familiar como aos judeus, e ele precisava demonstrar por um modo convincente. Como o apóstolo Paulo afirma aos coríntios que todas as promessas de Deus se cumprem em Cristo (2 Co 1.20).

Pesce (1996, p. 101,102) afirma que “todo núcleo substancial do evangelho está contido em promessa na Escritura”, portanto, “na Escritura a lei é subordinada às promessas”, e que é a partir do advento de Cristo que se pode diferenciar o que na Escritura permanece e o que tem função transitória. Por isso, Paulo recorre a uma das figuras mais proeminentes do judaísmo, o pai Abraão, para explicar à comunidade cristã em Roma que a justificação se dá unicamente por meio da fé na obra vicária de Cristo, como será apresentado no próximo capítulo.

[5] Abel N. Pena – Doutor em Letras, na especialidade de Literatura Grega, pela Universidade de Lisboa.



3A Fé de Abraão como um Protótipo da Fé Cristã – Romanos 4

Este capítulo é o cerne deste livro. Aqui, será apresentada a argumentação que o apóstolo Paulo utilizou para esclarecer de forma didática a doutrina da justificação pela fé, por meio de uma figura conhecidíssima dos judeus e que eles utilizavam para afirmar que a justificação era pelas obras. Considerando que Abraão se torna uma figura adequada para demonstrar o cerne da doutrina cristã que é a justificação pela fé em Cristo, consequentemente, ele se constitui como um protótipo da fé cristã como veremos a seguir. Antes, porém, serão apresentadas algumas questões introdutórias que auxiliarão na análise teológica do capítulo 4 da Epístola aos Romanos.

3.1 Questões Introdutórias

Entender a gratidão que o apóstolo tinha com a justiça de Deus que foi manifesta em sua vida, um fariseu dos fariseus e ex-perseguidor da igreja que conheceu a justiça de Deus manifesta em Deus, bem como algumas regras para a utilização de figuras na interpretação bíblica será útil para compreender a argumentação paulina em Romanos 4.

3.1.1 A gratidão de Paulo e a justiça de Deus (Rm 1.8-17)

Paulo demonstra na Epístola aos Romanos a experiência que havia adquirido ao longo de décadas de contato com o evangelho. Uma experiência acumulada com a conversão, preparação para o exercício do ministério e viagens missionárias com várias conversões, mas também com muito sofrimento e decepções humanas, conforme visto no segundo capítulo deste livro. Todavia, o apóstolo mantinha a firmeza de sua fé, pois tinha convicção de sua comunhão e da esperança da vida eterna com Deus após a sua morte.

No início da epístola, após as saudações (Rm 1.1-7), Paulo faz uma oração de agradecimento pelos cristãos romanos, demonstrando seu interesse pela comunidade (Rm 1.8-15). Ele invoca o testemunho do próprio Deus para enfatizar que, mesmo não conhecendo os irmãos da igreja em Roma, orava constantemente por eles. Provavelmente, recebia notícias sobre o andamento dos trabalhos naquela comunidade, e se alegrava com o desenvolvimento espiritual de cada um dos irmãos e intercedia pelos problemas que enfrentavam. O fato de Paulo não ser o fundador da igreja não o impediu de orar e reconhecer a fé e o trabalho de seus membros. Seu exemplo evidencia que o interesse coletivo deve estar acima dos interesses pessoais. Ele fica contente com as notícias recebidas a respeito dos cristãos de Roma, o que motiva ainda mais a vontade de vê-los pessoalmente, já que havia tentado estar com eles anteriormente, porém sem sucesso.

Paulo nos dá um exemplo de como devem ser conduzidas as atividades no Reino de Deus. A comunidade em Roma deve ter sentido o amor do apóstolo. Muitas pessoas são maltratadas nas igrejas por meio de interpretações teológicas opressoras que intimidam e provocam pavor. Aquele que persegue o seu próximo deveria seguir o exemplo do apóstolo, pois ele fortalecia e encorajava o grupo, sem descuidar-se da verdade do evangelho. No verso 14, o apóstolo se diz devedor tanto a gregos como a bárbaros, sábios e ignorantes. Ele teve contato com pessoas das mais diversas culturas e posições sociais, e sentia afeto por toda diversidade da comunidade cristã de Roma. Os judeus que participaram do Dia de Pentecostes de Atos 2, possivelmente, foram os primeiros cristãos romanos. A influência judaica podia ser percebida até nos escalões mais elevados da sociedade. No entanto, em sua maioria, a igreja era composta por pessoas que não tiveram condições de estudo ou a sorte de nascerem em elevada posição social, seus membros eram pequenos comerciantes, artesãos e cidadãos livres pertencentes à classe baixa. Paulo era grato a Deus por todas as pessoas da comunidade, independentemente de nacionalidade ou classe social. Infelizmente, muitos líderes têm dificuldade de aprender essa lição com do apóstolo.

Paulo reconhecia a situação em que estava diante de Deus antes da mudança que o evangelho fez em sua vida (At 9). Da mesma forma que os judeus e alguns judeus cristãos que não conseguiam se desvincular definitivamente do jugo da lei judaica, ele havia dedicado grande parte de sua vida tentando impor o jugo dessas doutrinas e crenças, pensando estar na direção e na vontade do Senhor. Posteriormente, convicto de sua justificação pela fé e não pelas obras, ele testifica o seu amor ao evangelho, a ponto de afirmar: “Porque não me envergonho do evangelho de Cristo, pois é o poder de Deus para salvação de todo aquele que crê” (Rm 1.16).

O conhecimento experiencial de Deus faz as pessoas valorizarem o poder do evangelho que transforma a vida e conduz a uma reconciliação com o Altíssimo. Paulo tinha essa convicção; a sua transformação depois da estrada de Damasco mudou completamente a sua vida e as suas atitudes, por isso não se envergonhava do evangelho. Ele queria passar essa experiência para a comunidade cristã em Roma, mas a eficácia da pregação do evangelho dependia do entendimento da doutrina da justificação pela fé. Inspirado, o apóstolo introduz uma figura adequada para explicar essa doutrina. Ela era respeitadíssima pelo povo judeu, uma referência de atitude para a nação, entre outras características. Porém, a utilização de figuras requer alguns cuidados.

3.1.2 O cuidado com a utilização de figuras

Gusso (1998, p. 41-42) alerta do perigo em não conhecer as diferenças entre a grande quantidade de tipos literários na realização da interpretação de um texto bíblico. A interpretação deve ter como objetivo principal chegar à realidade mais próxima possível do que o autor quis dizer. Enfatiza que apesar de os tipos serem distintos, não existe diferença de valor, ou seja, os tipos literários têm o mesmo valor como palavra de Deus.

Alguns intérpretes têm atitudes extremadas ao analisar todas as partes da Escritura do mesmo modo. Ainda que sejam boas as intenções podem prejudicar, e muito, a interpretação do texto. Gusso (1998, p. 53-60) utiliza o texto de Lucas 19.40 para demonstrar que há uma "tendência de se pensar que aquilo que é figurado também é uma alegoria". Ele afirma que o texto citado geralmente é utilizado como uma alegoria para a evangelização, mas que a intenção do texto é demonstrar que era "impossível" fazer os discípulos calarem depois de presenciarem os milagres realizados por Jesus, assim como fazer as pedras clamarem. Portanto, além de conhecer e identificar corretamente os tipos literários, também é necessário respeitar as suas limitações.

Berkhof (2004, p. 66-67) afirma que é de suma importância ter o conceito claro das "coisas" nas quais as figuras estão baseadas, devendo essas "coisas" serem entendidas para que se tenha uma interpretação segura das figuras derivadas. O objetivo do intérprete deve ser descobrir a ideia principal sem dar ênfase demasiada nos detalhes, mesmo que sejam encontrados mais pontos de correspondência, deve se limitar aos pretendidos pelo autor. Um erro que acontece com frequência na interpretação das parábolas. Elas têm uma verdade central, e, infelizmente, alguns pregadores e ensinadores acabam dando ênfase nos detalhes e deixam de focar a mensagem principal que o autor imprimiu na parábola.

Diante disso, será analisado nos próximos capítulos o motivo pelo qual o apóstolo Paulo escolheu a figura de Abraão para explicar que a justificação não se dá por meio de obras ou rituais religiosos, como também não é exclusiva para uma nação. Além de provar que a justificação pela fé não é uma novidade

paulina, uma vez que estava presente também na escritura aceita e ensinada pelos judeus, não deixando assim meios para que os judeus cristãos pudessem exigir o cumprimento da lei como requisito necessário de salvação para a comunidade cristã em Roma e em nenhum outro lugar do mundo.

Portanto, deve ser observada a limitação da figura, ou seja, que a figura de Abraão não pode ser usada como um modelo ideal que responda a todas as definições da doutrina da justificação pela fé, mas somente naqueles pontos em que o autor quis evidenciar. Para demonstrar aos judeus a validade da doutrina da justificação pela fé, Paulo não poderia focar apenas em seu momento presente, mas deveria apresentar sua profundidade histórico-salvífica. Para tal, o apóstolo recorre ao exemplo de Abraão, não como faz o autor de Hebreus que o usa como um modelo dentre muitos e de forma aleatória, Paulo fala de Abraão como um exemplo impossível de ser repetido.

Dentre as principais razões para utilização de Abraão como figura da doutrina da justificação pela fé, duas se destacam: a) Abraão era o primeiro pai da nação israelita, o favorecido pela recepção da aliança e promessas de Deus; b) Abraão era considerado pelos rabinos judaicos como a síntese da justiça e amigo especial de Deus. Essas abordagens foram aprofundadas no capítulo 1 deste livro e podem ser consultadas, sempre que necessário. As duas razões apresentadas eram consideradas suficientes para os judeus interpretarem que Abraão havia sido justificado pelas suas obras. Os rabinos citavam as Escrituras para argumentar que Deus prometera abençoar Abraão pela sua obediência, sem observar que a promessa havia sido dada após a sua justificação. Antítese[6] bem explorada pelo apóstolo no capítulo 4 de Romanos.

Logo, Abraão era o único que possuía todas as características que o credenciavam para ser o modelo ideal a ser usado pelo apóstolo Paulo para explicar que o ser humano é justificado somente por meio da fé em Cristo e na sua ressurreição.

3.2 A Doutrina da Justificação pela Fé

Em Romanos 3.21-31, Paulo esclarece o que já havia indicado no primeiro capítulo (Rm 1.17). Para demonstrar o motivo pelo qual o

apóstolo utilizou a figura de Abraão, faz-se necessário nivelar alguns conhecimentos sobre a doutrina da justificação pela fé.

3.2.1 O que é a doutrina da justificação pela fé?

A doutrina da justificação é a forma basilar e mais pessoal com que Paulo expressa a mensagem do agir divino para a salvação escatológica de Deus. Goppelt (2003, p. 379) afirma que a doutrina da justificação pela fé tem ocupado o centro das atenções da teologia neotestamentária. Ela é o cerne da teologia paulina, utilizada especialmente quando em confronto direto com o ensino judaico ou dos judeus cristãos. Paulo contra argumenta que basta ao ser humano ter fé na eficácia do sacrifício de Cristo na cruz para Deus o declarar justo.

Segundo Jeremias (2005, p. 72-73), a doutrina da justificação não pode ser entendida sem a antítese entre achar a graça de Deus pela fé e pelas obras meritórias do ser humano. Paulo utiliza essa antítese para combater o judaísmo e o cristianismo judaizante, que defendiam que o ser humano encontra a graça de Deus quando cumpre a vontade divina por meio da lei judaica. Quem procura estabelecer sua própria justiça ou mistura a fé com as obras não alcança a justificação, que é alcançada somente por aqueles que confiam na obra de Jesus para a justificação somente pela fé. Jeremias afirma que Deus concede sua misericórdia com base numa façanha. Mas complementa que essa façanha não é do próprio ser humano, e sim de Jesus na cruz: “[...] a mão que apanha a obra de Cristo e a dirige para Deus. A fé diz: eis a façanha — o Cristo morreu por mim na cruz (Gl 2.20)”.

MacArthur (2005, p. 11) afirma que essa doutrina é a mais importante da teologia evangélica. Cita Lutero para defender que a doutrina da justificação é o princípio fundamental da Reforma, que define se uma igreja está em pé ou caindo. A denominação que não preserva esse princípio tende ao liberalismo e à apostasia da fé, ao desvio da doutrina bíblica central. O abandono da doutrina da justificação era a base da apostasia de Israel (Rm 10.3). Alguns tendem a outro extremo ao declarar que a obediência à lei moral de Deus é facultativa e, com isso, procuram transformar a graça de Deus em libertinagem. Os gálatas são chamados à atenção por Paulo por desprezarem o sacrifício de Cristo e confundir a justificação com a santificação, confiando nas obras de justiça (Gl 1.6,9), o que Paulo chama de outro evangelho. Martinho Lutero, quando traduziu Romanos 3.28, acrescentou "somente" para dar ênfase: "pela fé somente". Do ponto de vista linguístico, Lutero tinha razão de traduzir assim por ser uma característica da língua semítica o fato de a palavra "somente" ou "só" ser omitida.

A justificação pela fé é uma doutrina bíblica que acertadamente exclui a necessidade de obras meritórias para a salvação do ser humano, porém não abre possibilidade para o outro extremo, do antinomismo,[7] mas a justificação produz outro processo que é o da santificação.

3.2.2 O aspecto forense da doutrina da justificação pela fé

O termo forense está relacionado a assuntos do sistema e práticas judiciais como também com o falar em público, oriundo dos chamados "eventos forenses", que são conferências e debates formais promovidos por escolas e universidades. No que se refere à justificação pela fé, tem a ver com o conceito de declaração judicial e envolve não um tribunal comum, mas o supremo tribunal de Deus. Como poderia um pecador, um ser humano decaído e miserável, sobreviver diante do tribunal de um Deus absolutamente santo e justo, sendo que não possui nenhuma possibilidade de reparar seu erro? Não há alternativa a não ser a justificação vinda do próprio Deus. Porém, um questionamento persiste: o ser humano é declarado justo ou feito justo por meio da justificação divina? Essa controvérsia, a partir do advento da Reforma, acompanha a história da igreja por meio da diferença de posicionamento dos protestantes e católicos.

Não há dúvidas de que o verbo empregado por Paulo designa “declarar justo, justificar”. Portanto, significa o agir salvífico de Deus que declara justo e recria o ser humano pecador como um novo ser, desde que a ação divina seja relacionada com Jesus e tenha a fé como condicional. O termo também tem sentido escatológico em que aponta o que é necessário para o ser humano ser liberto do julgamento divino. A justiça é a antítese de condenação e o verbo justificar o oposto de condenação divina. Aquele que inicialmente estava condenado pela ira de Deus, com a justificação, tem sua sentença retirada divinamente como uma dádiva redentora, concedida pelo evangelho de Cristo a todo que crê (KÜMMEL, 2003, p. 247).

Hodge (1999, p. 24-28), no seu comentário sobre a Confissão de Fé de Westminster, afirma que a justificação é um ato judicial em que se declara justo aquele que aceita o sacrifício de Cristo, que atende às exigências da lei. Em favor deste é lançado o crédito da justiça de “seu grande Representante e Fiador, Jesus Cristo”. Portanto, um ato declarativo de que a pessoa está de acordo com as exigências da lei, mas não significa que esse ato a torna santa (Gl 2.16; 3.11). Justificação e santificação são apresentadas como graças distintas, porém inseparáveis. A justificação é um ato forense, pois Deus coloca o ser humano na relação correta consigo mesmo. Contudo, ela é condicional, ou seja, é válida enquanto se está a serviço da justiça. Por isso, ao longo da Epístola aos Romanos, Paulo tem o cuidado para diferenciar a justificação, que é instantânea e acontece no momento da conversão, da santificação, que acontece após a justificação e é um processo, portanto um ato contínuo na vida do cristão.

Para Lutero, quem é justificado é “ao mesmo tempo justo e pecador”. O pecador é judicialmente considerado justo por meio da imputação da justiça de Cristo, enquanto permanece ainda um pecador, todavia justificado. A intenção não é afirmar que a pessoa não foi transformada e que não há um processo de santificação, mas que, uma vez justificada, imediatamente começa a produzir frutos oriundos da obediência. Contudo, a base da justificação continua sendo a justiça imputada de Cristo e somente por essa justiça, que não é do ser humano, é que pode ser declarado justo.

Para os reformadores, a única base da justificação é a justiça imputada de Cristo e que não é inerente ao ser humano. Logo, a imputação da justiça de Cristo para o pecador que crê é o cerne da justificação forense. A obra de Cristo satisfaz a necessidade da justiça de Deus pelo pecado da humanidade, pois anulou a sentença de morte. Assim, conquistou o direito da justiça perfeita que é atribuída

a todo o que crê e aceita o sacrifício vicário de Cristo.

O fato de a justiça de Cristo ser a base da justificação acentua amplamente a graça de Deus. A graça tem como centro a cruz de Cristo para onde tudo se converge e os justificados são perfeitamente reconciliados. No decorrer dos capítulos da epístola, Paulo demonstra a transformação da figura de Deus, ou seja, antes da justificação, Deus era como um juiz irado que mantinha a condenação da lei; após a justificação, um Deus que em Cristo inocenta e trata o pecador como filho.

A justiça inerente do ser humano é insuficiente para a justificação, considerada como trapos de imundícia (Is 64.6; Fp 3.8,9), sendo necessária uma justiça superior que está fora do ser humano e que lhe seja atribuída. Deus imputa a própria justiça de Cristo para a justificação forense. Esta é a essência da justificação: o ser humano é perdoado com justiça, mas a justiça é alcançada por Cristo por intermédio de sua perfeita obediência e sacrifício. Essa justificação traz como efeito o perdão, a paz com Deus e a certeza da salvação. As boas obras não são a base, mas a consequência da justificação.

A prática de boas obras não é considerada como causa, mas como consequência da justificação.

3.2.3 Jesus e a doutrina da justificação pela fé

A doutrina da justificação pela fé está presente na mensagem propagada por Jesus, como pode ser percebida em diversas parábolas e também no seu próprio estilo de vida. Paulo apresenta uma compreensão da mensagem de Jesus maior do que qualquer outro autor do Novo Testamento. Um ensinamento tão crucial como a doutrina da justificação não poderia estar ausente nos ensinamentos do “Mestre dos Mestres”, Jesus.

Os conceitos da doutrina da justificação pela fé permeavam toda a sua pregação do evangelho. Um dos exemplos clássicos é o relato do encontro de Jesus com o ladrão que estava ao seu lado na cruz. Por meio de sua fé em Cristo, recebeu a promessa de que estaria com Ele no Paraíso (Lc 23.43), sem exigir nenhum

sacramento, obra ou ritual para que alcançasse a justificação. Outro exemplo é a parábola do Fariseu e do Publicano (Lc 18.9-14). Nela fica explícito que os fariseus observavam os mais rigorosos padrões legalistas com jejuns, orações, esmolas e outros rituais que excediam as leis cerimoniais mosaicas. Jesus apresenta por meio da parábola algo que chocou seus ouvintes: colocar um cobrador de impostos, considerado traidor pelos judeus, em melhor posição quanto à justificação do que um fariseu.

Dessa forma, a mensagem central da parábola é demonstrar que a justificação se dá pela fé, e não pelos méritos humanos. A lição de Jesus é clara. O publicano reconhecia que sua dívida era muito alta e não tinha condições de pagá-la, a única coisa que poderia fazer era rogar pela misericórdia de Deus. Não recorreu a obras que havia realizado, nem ofereceu fazer nada, simplesmente rogou que Deus fizesse por ele aquilo que não podia fazer, somente baseado na fé e misericórdia divina. Por outro lado, o fariseu demonstrou arrogância, confiando que os jejuns realizados, dízimos e outras obras consideradas justas o tornariam aceito por Deus. Uma cobrança de retribuição. Porém Jesus afirma que, dos dois, somente o publicano foi justificado. Isso não quer dizer que o fariseu não tenha feito coisas boas e corretas, mas que ele não deveria se apegar a isso para se justificar diante de Deus. Enquanto o publicano se apegou à misericórdia e graça de Deus.

Mesmo para um cristão nos dias atuais, a interpretação dessa parábola não é fácil. O problema é: as pessoas têm a tendência de confundir a justificação com a santificação. Paulo, em Romanos 3.31, deixa claro essa diferença. Paulo tem o cuidado para não ser entendido como um libertino, sem regras e disciplina. A justificação pela fé não significa que uma vez justificado o crente pode fazer o que bem entender. Precisa-se tomar cuidado com algumas afirmações teológicas que afirmam uma vez salvo, salvo para sempre. A justificação, como já vimos, é imediata, instantânea. No entanto, uma vez justificado, o crente deve manter sua vida de comunhão com Deus e desenvolver a santificação, que é progressiva. Por isso, a recomendação das questões introdutórias para focar na mensagem principal.

Alguns críticos da Bíblia afirmam que Paulo contradiz as palavras de Tiago, porque este assegura que a fé é comprovada pelas obras. Isso é um equívoco, pois eles tratam de momentos diferentes da salvação. Paulo fala da justificação, que é mediante a fé e acontece instantaneamente na conversão (ato estático); Tiago fala da santificação, que vai sendo desenvolvida após a conversão

(processo contínuo). Paulo fala do momento da conversão (justificação); Tiago fala do momento posterior, quando a pessoa justificada tem a sua nova natureza transformada e isso a conduz a produzir boas obras.

Se para um cristão atual não é tão simples esse entendimento, como poderia ser a um judeu na época da Igreja Primitiva? A seguir, veremos que devido a essa dificuldade Paulo faz uso do exemplo didático de Abraão.

3.2.4 Como explicar a doutrina da justificação pela fé a um judeu?

A Epístola aos Romanos oferece um exemplo ordenado sequencialmente dos principais temas da teologia paulina. No centro, está o tema da justificação pela fé, que não era um assunto fácil de ser ingerido pelos judeus, pois contrariava o cerne da doutrina judaica. O apóstolo Paulo inicia a Epístola aos Romanos com a defesa de seu apostolado, dando ênfase ao valor do evangelho, semelhante ao que faz em outras epístolas como a enviada aos Gálatas, e inclui o assunto principal de toda a epístola: a justificação pela fé.

No segundo capítulo, apresenta a condenação de toda a humanidade, desde os tempos da criação — por sua ingratidão com o Supremo Criador em relação à sua excelente obra —, e registra os atos pecaminosos que todos estão sujeitos a cometer. Os judeus e alguns judeus cristãos, baseados na tradição judaica, se vestiam de uma santidade externa para esconder a impiedade interior. Porém, o apóstolo os convida a colocar suas obras diante do tribunal de Deus. Em seguida, coloca os judeus e os gentios em separado diante do tribunal divino, ou seja, os gentios que desconheciam as Escrituras não eram escusáveis, pois tinham a consciência como parâmetro; e os judeus, sendo conhecedores, deviam ser julgados pela própria Escritura.

Paulo afirma que o pacto divino dava privilégios aos judeus, porém pela misericórdia de Deus, e não por seus méritos. Entretanto, o apóstolo prova, a partir da autoridade das Escrituras, que tanto judeus como gentios são pecadores, e apresenta a justificação como exclusiva pela fé e que diante dessa afirmação, perante Deus, tanto judeus como gentios estão em pé de igualdade. Como poderia um judeu com a crença milenar de que pertencia ao povo escolhido

diretamente por Deus e com direito exclusivo de justificação aceitar a doutrina da justificação pela fé?

Paulo precisava buscar no Antigo Testamento um exemplo para demonstrar que a doutrina da justificação que ensinava não era nenhuma novidade, mas estava presente na mesma Escritura que era venerada pelos judeus. Além disso, ele precisava reforçar aos gentios o privilégio que haviam alcançado por meio da fé em Jesus. Paulo encontra em Abraão a figura mais adequada para demonstrar que a justificação pela fé é o único meio da salvação tanto na Antiga Aliança (Antigo Testamento) como na Nova Aliança (Novo Testamento).

O apóstolo coloca Abraão acima de todas as figuras dominantes para o povo judeu e dedica todo o capítulo 4 da Epístola aos Romanos para falar sobre como o patriarca serve de modelo para a explicação didática da justificação pela fé, por intermédio da observação do seu modelo de fé e obediência (KASEMANN, 2003, p. 131). Abraão é apresentado como superior ao próprio rei Davi, figura do Rei-Messias, que era muito respeitado entre o povo judeu e é utilizado para atender a norma rabínica que exige duas testemunhas para qualquer questão controvertida, que no caso foi a explicação cristã para Gênesis 15.6 — “E creu ele [Abraão] no Senhor, e foi-lhe imputado isto por justiça” — porém, Abraão ocupa a função da testemunha principal.

Paulo concentra-se em Gênesis 15.6, citando três vezes no capítulo 4 de Romanos um texto-chave que conecta firmemente “fé” e “justiça”, que são conceitos centrais da doutrina da justificação pela fé. Paulo não poderia utilizar outro exemplo para combater a doutrina da justificação pelas obras, pois Abraão era considerado pelo judaísmo como paradigma original de virtude. O apóstolo utiliza o capítulo 4 para demonstrar que, ao contrário do que os judeus pensavam, a justificação foi um presente de Deus, não dependeu da lei e nem de rituais e, sobretudo, é alcançada por todas as pessoas que tiverem a mesma fé que Abraão, independentemente da nacionalidade, como veremos a seguir.

3.3 A Justificação de Abraão Foi um Presente de Deus

Paulo faz questão de demonstrar que Abraão não foi justificado pelos seus próprios méritos; ele foi justificado exclusivamente pela misericórdia de Deus. Dessa forma, o apóstolo utiliza várias argumentações, como base na própria Escritura Sagrada e extremamente reverenciada pelos judeus, para evidenciar que a justificação do patriarca foi simplesmente um presente de Deus.

3.3.1 A justificação de Abraão não foi por obras meritórias (vv. 1-3)

O apóstolo demonstra por meio da Escritura do Antigo Testamento a doutrina da justificação pela fé, pois não há dúvida de que a principal intenção é a antítese entre a justificação pelas obras e a justificação pela fé. Uma das grandes características do apóstolo Paulo é a convicção pela sua fé, uma vez que não evita o campo escolhido pelos seus adversários, antes, utiliza-o para fundamentar sua teologia. Mesmo reconhecendo a importância das obras, defende que Abraão não foi justificado por elas, mas por sua obediência adquirida por meio da fé na palavra de Deus.

O ser humano pode até se gloriar de suas obras perante os homens, mas perante Deus não encontrará justificativa, dado que nem mesmo Abraão alcançou por méritos próprios. Apesar de a história proclamar a fama de Abraão como homem de caráter, herói e personalidade brilhante, se ele fosse justificado por essas qualidades a justiça de Deus seria semelhante à justiça humana. A justificação de Abraão foi efetiva quando confiou na promessa de Deus. Isso foi constatado em suas atitudes, assim como os crentes em Cristo devem demonstrar mediante uma vida cristã sadia e transformada. Foi o arrependimento sincero de seu coração penitente (Rm 2.4), a obra conforme for aceita e “paga” por Deus (Rm 2.6) e a circuncisão do coração (Rm 2.29) que permitiu a Abraão “gloriar-se perante Deus”.

Paulo refreia os judeus que se gloriavam por serem filhos de Abraão, uma vez que demonstra a justificação gratuita do patriarca, a partir do questionamento: “Que diremos, pois, ter alcançado Abraão, nosso pai segundo a carne?” (Rm 4.1). Segundo ele, Paulo tinha o intuito de conceder aos judeus um laço de união mais estreito, a fim de exortá-los a não se afastarem do exemplo de seu antepassado, o pai Abraão. Käsemann (2003, p. 138) afirma que não podemos entender a fé como obra nossa, mas como obra do Criador, mediante a sua palavra. Diante disso, Paulo utiliza a citação de Gênesis 15.6 em Romanos para anunciar a justificação do ímpio por meio do exemplo de Abraão, dando assim à sua teologia a mais forte capacidade de ataque. Essa era a principal base da argumentação do apóstolo, o fato de que a fé de Abraão estava em primeiro plano.

Segundo Calvino (2001, p. 152), “somente aqueles que têm consciência de que, por natureza, são ímpios é que alcançarão a justiça [procedente] da fé”. A citação de Gênesis 15.6 é utilizada por fazer parte da Escritura hebraica, totalmente aceita pelos judeus, para demonstrar que Abraão foi justificado por reconhecer sua própria miséria, e por ter clamado pela misericórdia de Deus e não por qualquer obra efetuada. Com isso, garante que a justiça pela fé é o referencial para todo pecador destituído de obras. O sentido literal do texto citado de Gênesis é de que a “fé em Abraão não era praticar com fé as prescrições, mas submeter-se sem reservas à promessa de Deus” (POHL, 1999, p. 80).

O texto hebraico de Gênesis 15.6 é semelhante ao de Salmos 106.31: “E isto lhe foi imputado por justiça, de geração em geração, para sempre” que se refere ao zelo de Fineias pelo Senhor. A justificação dos dois, Abraão e Fineias, é similar, porém, a de Fineias era no sentido ético e religioso, enquanto a de Abraão era de natureza bem diversa. Esse foi o motivo que levou Paulo a não utilizar Salmos 106.31, pois seria uma contradição inerente, a justificação por intermédio de um ato justo e de zelo, excluindo, assim, o ímpio sem obras. Gênesis trata da justificação, enquanto Salmos 106.31 trata das boas obras que são fruto da fé. O que vem ao encontro da definição já mencionada anteriormente entre justificação (conversão) e santificação (processo contínuo após a conversão).

Calvino também utiliza o texto do Salmo 106 para defender a aparente contradição da afirmação de justificação da ação de Fineias, o sacerdote do Senhor, que vingou o opróbrio de Israel ao castigar um adúltero e uma meretriz com o argumento paulino da justificação de Abraão, concluindo que um só vem complementar o outro.

[...] Como, pois, pode tal vingança por ele infligida ser-lhe imputada para justiça? Era-lhe necessário que antes fosse justificado pela graça de Deus, pois aqueles que já se acham vestidos com a justiça de Cristo têm a Deus não só em favor deles mesmos, mas também em favor de suas obras. As manchas e defeitos dessas obras são cobertos pela pureza de Cristo, a fim de que não se apresentem para juízo; e se não são encontradas com alguma mancha, são por isso consideradas justas. É plenamente evidente que sem tais abstenções, nenhuma obra humana poderia agradar a Deus. Mas se a justiça [procedente] da fé é a única razão por que nossas obras são consideradas justas, quão absurdo é o argumento daqueles que dizem que a justiça não é tão-só pela fé, visto que ela é atribuída às obras (CALVINO, 2001, p. 154).

Barth (2003, p. 191) qualifica Abraão de ímpio igual aos demais seres humanos: “com sua retidão humana e sua falta de retidão perante Deus, Abraão é apenas ‘ímpio’ (1,18); apenas pode enquadrar-se como toda a humanidade, em o NÃO divino”. A única base de sua justiça consiste em esperar todas as coisas como provindas de Deus. O autor de Gênesis teve a intenção de destacar o caráter que Abraão possuía diante de Deus e não o que as pessoas pensavam dele. A questão não é o que os seres humanos inerentemente são, e sim como Deus os considera, uma vez que, quando se busca a razão do amor de Deus para com o ser humano e do fato de ser justificado por ele, Cristo deve ser contemplado como aquEle que nos veste com sua própria justiça. A biografia de Abraão apresentada no primeiro capítulo deste livro evidência o caráter do patriarca, detalhando seu comportamento falho e destacando a confiança dele nas promessas de Deus, independente de suas falhas, afinal o foco era a fidelidade de Deus.

Paulo descarta qualquer possibilidade de o ser humano se gloriar diante de Deus e, semelhante à prática de Jesus, usou da autoridade da Escritura para essa afirmação. A justificação é possível somente se vier de Deus. A certeza de Abraão, de que Deus se dirige às coisas que não são como se já fossem, é o grande milagre da justificação pela fé.

3.3.2 A justificação de Abraão foi de graça (vv. 4-8)

Os versículos 4 e 5 de Romanos 4 são uma continuação do pensamento expresso no versículo 2, ou seja, há uma antítese entre a recompensa resultante de obras e o método da graça. Para enfatizar essa afirmação, Abraão é contado entre as pessoas sem Deus. Pohl (1999, p. 80) defende a ideia de que a intenção é apontar para a descendência gentílica do patriarca, desafiando assim, de forma corajosa, a interpretação tradicional judaica. Igualmente, Paulo demonstra que Abraão teve uma vida antes de conhecer a Deus, com origem pagã e convivendo em meio a um povo idólatra. Deus o buscou e transformou. Dessa forma, o apóstolo aponta para o cerne do evangelho que não é exclusivista, mas a revelação da graça de Deus a todas as pessoas, independente das origens. Esses versículos não intencionam tratar da vida de pessoas que vivem na prática de boas obras, que é um dever de todo servo de Deus, mas se refere a uma figura para simbolizar a salvação, ou seja: Deus não comunica justiça como dívida, mas a concede gratuitamente como dádiva.

Paulo passa a trabalhar com o significado de “creditar”. Existem duas formas que são incompatíveis para se creditar algo na conta de alguém: como salário que é um crédito por direito, dívida, ou obrigação a receber, ou como presente que se aplica no contexto da justificação que é recebido sem o mínimo direito de pagamento. Segundo Barth (2003, p. 188), trata-se de uma ação divina inteiramente livre, desvinculada do ser humano e originária da vontade soberana, real e poderosa de Deus. Se Deus for retribuir por obras realizadas pelo ser humano já não será mais o “Deus Criador, Senhor e Redentor, que pratica a misericórdia e atribui justiça”, mas um Deus pagador de dívidas, semelhante a um contratante ou empreiteiro. Murray (2003, p. 159-160) afirma que “a antítese não é simplesmente entre o trabalhador e a pessoa que não trabalha, e sim entre o trabalhador e a pessoa que não trabalha, mas crê”. Não se trata apenas de crer, mas crer com uma específica qualidade de direção — crer “naquele que justifica o ímpio”. Essa afirmação mostra a magnitude e a abrangência da graça de Deus para com o pecador.

Não há mérito algum sem Cristo e sua ressurreição, e se Abraão tivesse de se gloriar teria de ser no sangue de Jesus. Barth (2003, p. 192) argumenta que se o patriarca pudesse se gloriar como ser humano seria unicamente do privilégio de participar da história da redenção como “o primeiro marco que aponta a Jesus. É a primeira confirmação clara, precisa, definida, do ‘pequeno evangelho’, a boa nova contida na declaração que Deus fez à antiga serpente: A semente da mulher

ferirá a tua cabeça (Gn 3,15)".

Essa afirmação de Barth parece ser um tanto precipitada, como se Abraão conhecesse a Jesus, pois Paulo, no capítulo 4, se refere a Cristo nos versículos finais. O que precisa ficar evidenciado é que os autores do Antigo Testamento não tinham a visão de Jesus como Filho de Deus. Somente os autores que viveram depois do advento de Cristo têm noção da relação da Trindade. Um erro bem comum de interpretação é atribuir à trindade textos em que se repete três vezes uma palavra. Um exemplo simplista, mas didático, é a utilização comum da expressão: "Santo, santo, santo". Alguns autores dizem que o escritor tinha intenção de demonstrar a trindade nos textos que fazem tal citação. No entanto, quem faz essa afirmação demonstra que não conhece o básico da língua hebraica bíblica, que por não ter o superlativo utilizado no português moderno, em vez de dizer santíssimo repetia a palavra santo três vezes. Um bom hermenêutico não pode ler o Antigo Testamento como se o Novo Testamento já existisse, mas perceber que o Novo Testamento faz uma releitura cristã do Antigo Testamento.

A maneira como Deus concede seu favor ao homem e à mulher é contrária a toda forma de pensar do ser humano. Jeremias (2005, p. 74) afirma que "isto salta aos olhos, se consideramos quem é justificado, ou seja, o ímpio (Rm 4.5). Aquele que não trabalha, mas confia em Deus, que justifica o ímpio, sua fé lhe é creditada como justiça". A salvação de Deus lhe é concedida a título gracioso (Rm 4.4; 5.17) como um dom gratuito (Rm 3.24). A graça de Deus, diferente do que era propagado pela lei judaica, aceita gentios e pecadores. Portanto, Abraão foi justificado não porque tinha crédito com Deus, mas porque a fé demonstrada de que Deus pode justificar o ímpio foi suficiente para alcançar a graça do Senhor. Por isso, a afirmação que Abraão é incluído entre os ímpios. A afirmação de Jesus de que veio ao mundo para salvar os doentes nos ajuda a entender um pouco mais essa verdade.

O apóstolo utiliza mais uma citação do Antigo Testamento nos versículos 6 a 8 para reforçar a afirmação de que a justificação pela fé já estava inserida na Antiga Aliança. Ele deixa a história de Abraão e segue para a de Davi — de Gênesis 15.6 ("E creu ele no Senhor, e foi-lhe imputado isto por justiça") para Salmos 32.1,2 ("Bem-aventurado aquele cuja transgressão é perdoada, e cujo pecado é coberto. Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não imputa maldade, e em cujo espírito não há engano") — demonstrando que entre os dois há uma concordância fundamental. O salmo atribui a justificação a uma ação ativa de Deus, e não do ser humano.

Davi era considerado pelos judeus digno de nota pelas suas obras. Calvino (2001, p. 152), entretanto, afirma que Davi também confiava na graça de Deus para sua justificação. A justiça proveniente da fé é gratuita e independe de obras, pois Deus justifica os seres humanos em razão de não lhes imputar seus pecados; os judeus pensam diferente, pois, segundo eles, a justiça divina somente é obtida por meio do perdão dos pecados e deve ser mediante as obras.

O rei Davi está falando de sua própria experiência quando fora cobrado pela sua mente. Um homem que havia servido a Deus por longos anos, de repente se vê na mesma posição daqueles que desobedecem ao Senhor e são colocados diante do tribunal divino. Por isso, ele declara que não há outro caminho para a bem-aventurança a não ser a busca da graça de Deus para que não sejam imputados ao homem os seus pecados. Esse exemplo demonstra que Davi recebeu gratuitamente o perdão e foi declarado "sem culpa" diante do tribunal de Deus. Ele não contou o que havia feito, mas demonstrou o reconhecimento de sua situação diante de Deus e o seu arrependimento, mediante a fé na misericórdia de Deus. Davi não ousa citar os seus feitos em favor do povo de Israel ou de outra pessoa para tentar "compensar" sua falha diante do Senhor, pelo contrário, simplesmente se rende a Deus integralmente, confiando unicamente em sua misericórdia. Ele sabia que não poderia cobrar nada de Deus, porquanto era totalmente dependente do Pai e de sua imensa graça.

Parece contraditória a afirmação, já citada, de que Abraão é um protótipo da justificação do ímpio, mas Käsemann (2003, p. 140) argumenta que, pelos critérios do mundo judaico e grego, em hipótese alguma, Abraão poderia ser considerado justo. Aliado a isso, cita Salmos 32.1,2 para demonstrar que "o perdão é concedido necessariamente somente àquele que não é piedoso no sentido usual, da justiça das obras, isto é, que é sem Deus. Por outro lado, a divindade de Deus se manifesta no fato de Ele agir perdoando, isto é, de voltar-se para o ímpio".

Na justificação de Abraão, as obras de justiça não foram consideradas. Esse princípio é válido também para o ímpio, a exemplo do publicano da parábola de Lucas 18.9-14, que foi justificado não por confiança em si mesmo, mas por confiar na graça de Deus. Isso parece contraditório quando confrontado com textos do Antigo Testamento, que afirmam que a absolvição do culpado é denunciada como ato de juízes injustos. Entretanto, a resposta se encontra em Romanos 5.6: "Porque Cristo, estando nós ainda fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios".

O que Davi define como não imputação e perdão de pecados, Paulo interpreta como imputação de justiça. A partir da citação de Davi, o apóstolo considera a justificação como correlativa à remissão de pecados. A pessoa bem-aventurada não é aquela que tem as obras lançadas em sua conta, mas a que não tem os pecados cometidos lançados em sua conta. Não podemos definir toda a natureza da justificação na remissão de pecados, mas a justificação também inclui a remissão de pecados. A remissão não define a justificação, porém esta envolve a remissão. A bem-aventurança não é a recompensa proveniente de obras, mas, sim, a graça mediante a fé.

Stott (2000, p. 148) utiliza o exemplo de Davi para referenciar a disputa do século XVI entre católicos e reformadores, se Deus “infunde” (defesa da Igreja Católica) ou “imputa” (defesa dos reformadores) justiça. Ele assevera que os reformadores tinham razão em afirmar a justificação pela fé como um ato declarativo e não um meio para que o pecador se tornasse justo. O pecador é justificado pela graça de Deus e, uma vez justificado, este vai se tornando justo em seus atos por intermédio da nova natureza recebida. A purificação vai ocorrendo durante o processo da santificação.

O ser humano considerado bem-aventurado pelo salmista é “aquele que nada é e que, no seu constante morrer, se renova dia a dia” (BARTH, 2003, p. 195). Ele é beneficiado pela imputação da justiça divina, e pela não imputação das transgressões cometidas. Trata-se de uma experiência pessoal do salmista Davi, o evento do assassinato de Urias. O reconhecimento do erro, o pedido de perdão por Davi sem tentativa de justificar-se pelos atos da vida pregressa, que era amplamente reconhecido pelo povo de Israel. O rei sente-se aliviado quando percebe que Deus, vendo a sinceridade de coração e arrependimento, não lhe imputa o pecado cometido, concedendo-lhe o perdão. Como Abraão, uma justificação unicamente pela graça de Deus.

3.4 Abraão não Foi Justificado por meio de Ritual ou da Lei

Para combater a cultura extremamente religiosa dos judeus, o apóstolo parte para uma nova abordagem. Ele passa a investir em argumentos contrários à religiosidade que era sustentada com base na lei, que tinha como base a Lei Mosaica, mas que fora acrescentada pelos principais líderes judaicos, bem como no ritualismo oriundo dessa religiosidade.

3.4.1 A justificação de Abraão não foi por meio de ritual externo (vv. 9-12)

Paulo introduz o versículo 9 com uma nova pergunta: a bem-aventurança da justificação era somente para os circuncidados ou também se aplicava aos incircuncisos? Ele mesmo responde que Abraão fora justificado (Gn 15) antes de ser circuncidado (Gn 17). A pergunta e a resposta do apóstolo tinham um objetivo: fornecer argumento contra o ensinamento dos rabinos de que era necessário se circuncidar para ser justificado. Portanto, a circuncisão era apresentada como um pré-requisito para justificação. O período que separava os dois eventos (justificação e circuncisão de Abraão) era de aproximadamente 24 anos, se considerarmos a justificação em Gênesis 15.6 ocorrida quando ele tinha 75 anos e a instituição da circuncisão, na ratificação da promessa do nascimento de Isaque, quando Abraão tinha 99 anos. Desse modo, fica evidenciado que a circuncisão não foi um pré-requisito para justificação de Abraão.

Paulo procura demonstrar nos versículos 9 a 12 que Deus vai tratar os incircuncisos da mesma forma que os circuncisos. O exemplo da justificação de Abraão demonstra que a circuncisão serviu apenas como um sinal externo do estado de justo como dom de Deus. A circuncisão não lhe acrescentou nada, apenas simbolizava o que já havia ocorrido, a justificação de Abraão e a esperança do cumprimento da promessa. Paulo não considera a circuncisão como um rito secular ou sinal de identidade racial. Para ele, a relevância da circuncisão se dava pela sua relação com a fé e com a justiça da fé, ou seja, ela

simbolizava e selava a fé que Abraão possuía. Ao contrário do que os judeus propagavam, um mundo dividido entre os circuncisos e os incircuncisos, justos e pecadores condenados, eles priorizavam o ritual em detrimento da fé.

A comunidade judaica considerava rituais como meio de justificação diante de Deus. Segundo a doutrina rabínica, no Juízo Final, Deus perdoará somente os circuncidados, e esse ensinamento paulino traria uma grande dificuldade para os leitores do apóstolo. Diante disso, ele pacientemente inicia uma nova fase de explicações. Os hipócritas que se gloriam de obras também disfarçam por meio de sinais externos. No caso dos judeus, a circuncisão era um deles, a qual simbolicamente iniciava o povo judeu na obediência à religião judaica e a Deus. A circuncisão era motivo de orgulho judaico por ser considerada base da justiça procedente da lei e, por isso, consideravam-se superiores aos demais povos. Uma prática ainda comum na igreja dos dias atuais, pois alguns cristãos se apegam em rituais e se consideram superiores aos outros membros que não se dedicam ou praticam aos mesmos ritos durante a liturgia do culto, as orações, aspectos exterior, entre outros. Uma pena, pessoas que como os judeus colocam os rituais acima da fé e do ser humano.

Um dos argumentos mais fortes utilizados pela Epístola aos Romanos da paternidade de Abraão de todos aqueles que creem e da justificação pela fé, encontra-se nos versículos 9 a 12. O período em que Abraão foi declarado justo pela sua fé na Palavra de Deus, conforme descrito em Gênesis 15.6, correspondia a uma época bem anterior à sua circuncisão, ritual muito defendido pelo judaísmo como requisito essencial para a salvação. Se a justiça de Abraão consiste na remissão de pecados e foi efetuada antes da circuncisão, então a remissão não pode ser obtida por méritos antecipados, ou melhor, a causa sempre precede o efeito. Logo, deixa irrefutável a afirmação de que a circuncisão não era requisito para a justificação de Abraão, mas somente um sinal de legitimação da justificação já efetuada.

O argumento paulino destrói o que era considerado como um grande argumento dos judeus: “[...] são postos por terra os privilégios reivindicados por Israel. A justiça de Deus não se limita ao âmbito da circuncisão, no qual, o próprio Abraão já entrou justificado” (KÄSEMANN, 2003, p. 141). Para o desespero dos judaizantes, Paulo afirma que a verdadeira circuncisão é aquela que se dá no coração, independente de ritual externo. Se a fé e a justificação de Abraão ocorrem antes da circuncisão, ele também é o pai dos gentios que creem, independente de circuncisão. Porém, não exclui os judeus; ao afirmar que se a

circuncisão é um sinal da justificação de Abraão, ele também é pai dos judeus circuncisos, os quais tiveram a mesma fé do patriarca e receberam a circuncisão como um sinal e não como requisito para a justificação. Segundo Barth (2003, p. 200), nenhum rito, ou qualquer forma de religiosidade, ou o fato de pertencer a uma religião é o fato preponderante para Deus, mas a fé e os frutos oriundos dela:

O vocacionamento dos homens por Deus precede aos contrastes [das situações humanas], entre a circuncisão e incircuncisão, a religiosidade e a irreligiosidade, entre o pertencer e o não pertencer a uma Igreja, e essa precedência se verifica, não raro, até cronologicamente. [Deus chama o homem independente, e mesmo antes, de ele haver cumprido ou se submetido às formalidades religiosas (batismo, profissão de fé, etc.)].

A fé que encontramos em Abraão [e que lhe foi imputada por justiça] ainda não é religião nem fenômeno histórico espiritual da crença [ou da conversão]. A fé é o fator inicial [e a condição preparatória, preliminar] das manifestações [exteriores que tornam públicos os frutos da fé]; ela é a origem comum de todos eles, porém não é nem religiosa nem irreligiosa; nem santa, nem profana, contudo é sempre ambas essas coisas, têm as duas posições, simultaneamente.

A justificação de Abraão se deu pelo que é invisível, sua fé que emana de Deus nada tem a ver com o que procede do mundo ou que nele se faz, nem com a religião. Somente a fé é imputada por justiça. Isso não descaracteriza a necessidade de vida em comunidade por meio da participação de eventos das igrejas como tem sido a decisão de muitas pessoas na atualidade, os chamados “sem igreja” ou “desigrejados”, entre outros adjetivos. A participação em comunidade e a prática da vida cristã deve ser, na realidade, uma evidência do testemunho da graça de Deus na vida do cristão. Do contrário, a vida cristã perde seu objetivo, pois a igreja e a religião servem como símbolos que apontam para o pacto entre Deus e os seres humanos. A religião no sentido original da palavra é um religar com Deus, e não a religiosidade que era a prática dos judeus, criticada por Paulo. Não é simplesmente o fato de conviver em comunidade cristã, mas em comunidade expressar a essência cristã, que é o amor.

O exemplo de Abraão, uma vez que não foi justificado por obras meritórias, nem por rituais externos, faz dele o protótipo da fé do verdadeiro cristianismo, uma fé não baseada em ritualismo e religiosidade. Sendo, portanto, pai de todos os crentes, circuncidados ou não. Os versículos de 9 a 12 de Romanos 4 demonstram que a justificação de Abraão foi unicamente pela fé e que o mundo religioso é transitório, temporal e finito. Isso faz com que o cristão atual reflita se não está incorrendo no mesmo erro dos judeus que Paulo advertiu, colocando a religião e os dogmas aprendidos acima da própria justificação e salvação.

3.4.2 A justificação de Abraão não foi por meio da Lei (vv. 13-16)

O interesse fundamental nessa perícope é o mesmo da anterior, porém, agora, entra em cena um novo elemento no versículo 13, a antítese entre a lei e a promessa. A lei mosaica, estabelecida 430 anos depois da promessa, não a anulou ou suspendeu; continuava válida e em pleno vigor.

Abraão ocupa um lugar de evidência na história da salvação, superior a Adão e ao próprio profeta Moisés, representante da lei e da Antiga Aliança, quando é apontado como anterior à lei e como, pela promessa, aponta para a Nova Aliança. Novamente o ensino apostólico entra em conflito com a doutrina de redenção sinagogal judaica quando cita “pela fé, sem lei”. Essa frase não pode ser compreendida num contexto judaico, pois para eles o cumprimento concreto da lei constitui o ser humano justo diante de Deus. O cumprimento da lei, segundo o ensinamento judaico, garante ao judeu um tesouro para a absolvição no dia do julgamento. Segundo essa crença, a posse da lei é exclusiva dos israelitas e única garantia da justificação, portanto um privilégio exclusivo daquela nação.

Os judeus não conheciam outra forma de salvação a não ser a lei, esse era o ponto central da doutrina judaica. Paulo não nega o privilégio especial dos judeus por serem receptores da dádiva da lei (Rm 9.4), mas demonstra a ineficiência absoluta da lei como meio de salvação que serve apenas como sombra para a eficácia redentora da morte e ressurreição de Cristo. Ninguém melhor do que Paulo para testemunhar essa superioridade de Cristo, porquanto anteriormente ele também havia atribuído o mais alto valor às obras da lei. A

justificação pela fé não limita a salvação a um determinado grupo de pessoas com tradições legais exclusivistas, mas trata com o mundo todo e não somente um grupo de pessoas piedosas. Assim, amplia o conceito que era disseminado pela tradição rabínica. A justificação de Abraão não serviu para um fim em si próprio, mas apontava para a frente, o futuro longínquo, independente do estabelecimento da lei.

Os judeus se apropriaram da lei e colocaram sua confiança absoluta nela em vez de apoiarem-se em Deus; orgulhavam-se por possuírem a lei como povo de Deus, servindo de empecilho para alcançar o verdadeiro objetivo da lei. O zelo demasiado fazia com que eles confiassem em suas próprias obras e impedia que alcançassem a justificação para qual a lei aponta. Paulo precisava reverter essa visão em prol do seu argumento em relação à justificação pela fé. Por essa razão, questiona como seria se a promessa feita ao patriarca dependesse do cumprimento de prescrições legais. O apóstolo afirma que a fé seria anulada e a promessa cancelada, e seria evidenciado que o ser humano estaria entregue à culpa por causa do pecado. A promessa só pode ser eficaz se for baseada incondicionalmente na ordem da graça, por meio da fé. A lei produz a ira quando violada e não conhece a graça, enquanto que a promessa é a garantia da outorga da graça, portanto a promessa não foi por intermédio da lei.

A ênfase exclusiva na fé contrastada com as obras da fé tem um significado negativo à medida que a justificação é baseada naquilo que o ser humano é ou realiza. Mas o apóstolo demonstra que o ser humano é justificado com base no que não possui, porém pode receber por intermédio da fé. Para Moody (2001, p. 22), a escolha do legalismo como base para conquistar a herança do mundo e agradar a Deus “significa abandonar a fé e a promessa que nela se baseia”. Pohl (1999, p. 84) reforça que a graça de Deus é dada sem lei e uma experiência caracterizada pela alegria que causa: “pois, para recebê-la, não existe, por parte do receptor, nem pressuposto, nem preparo, nem expectativa. Ela sobrevém como presente puro. Ela jorra surpreendentemente do mundo de Deus sobre nós, como criação do alto (v. 17)”.

Não é a lei de Moisés o fundamento para interpretar a justificação de Abraão, o que tornaria Deus exclusivo para a nação israelita, contrariando, assim, a promessa de que em Abraão seriam benditas todas as nações da terra (Gn 12.3). O apóstolo contesta a doutrina do judaísmo que afirmava ser Abraão é o pai de todos os judeus e prosélitos, e inverte seu sentido ao afirmar ter Abraão se tornado participante da aliança de Deus antes da lei, sendo, portanto, o pai de

todos os que creem, independente da lei.

Não quer dizer com isso que Paulo havia rompido com os apóstolos judeu-cristãos. Mesmo não existindo consenso pleno, jamais rompeu com eles. O evangelho de Cristo, para eles, era mais importante do que questões particulares de soteriologia e ética. Porém o apóstolo entendeu que o chamado de Deus para sua vida era, em especial, aos gentios, conhecidos como “os sem lei”, mas justificados por meio de Cristo Jesus. Moody (2001, p. 22) argumenta bem ao dizer que a promessa é baseada na fé para que seja entendido que esta é dada como um favor e não como uma retribuição de algo que Abraão tenha feito, além de ser para toda sua descendência e sem exigência, a não ser a mesma fé exemplar de Abraão.

Paulo faz uma releitura dos textos do Antigo Testamento e, ao contrário do que se propagava, apresenta argumentos para a renúncia a todas as possibilidades humanas de justificação e a busca da intervenção redentora de Deus (RIDDERBOS, 2004, p. 193). Fica claro que a justificação de Abraão não tinha nada a ver com a lei, bem como que Deus justifica tanto judeus como gentios sobre a mesma base, a fé. Isso, independente da obediência à lei, uma vez que a promessa não se restringe aos que são “da lei”.

O conteúdo histórico-redentor da doutrina de Paulo demonstra que a única base para a justificação é a morte e ressurreição de Cristo, sendo que Jesus é o fim da lei para justificação de todo aquele que crê (Rm 10.4). A lei apontava para Cristo, que era a finalidade da lei. Se Cristo era a finalidade, então todos que seguissem a lei deveriam chegar até Cristo e reconhecê-lo como único meio de salvação pela fé. Por isso, a insuficiência humana, a culpa e a dependência da graça de Deus. Os judeus deveriam ter deixado de procurar estabelecer a sua própria justiça pela prática da lei porque por ela ninguém seria justificado, visto que todos, judeus e gentios, estão debaixo do pecado. Antes, deveriam ter se submetido à justiça de Deus crendo em Cristo, que realizou aquilo que é impossível aos seres humanos, para obter-lhes a justiça, a qual Ele ofereceu gratuitamente pela fé, à parte das obras da lei. Os judeus deveriam, portanto, ter compreendido que Cristo, para aquele que crê, põe um fim a essa maneira errônea de buscar a justiça pelas obras da lei.

Conforme já parcialmente mencionado, Paulo não está afirmando que a lei foi abolida. Ele está tratando, a partir da perspectiva da experiência dos crentes, do problema do legalismo dos judeus. Paulo não orienta os judeus a abandonarem

os costumes judaicos, mas esclarece que não deveriam ser impostos aos gentios. A maior dificuldade era o legalismo dos judeus que os conduzia à hipocrisia religiosa. As argumentações de Paulo têm um objetivo: demonstrar que Abraão não era pai somente dos judeus.

3.5 Abraão como Pai de todos os Crentes Justificados

Paulo preparou todas as explicações anteriores para chegar a esse ponto. Ele desejava demonstrar que a justificação de Abraão está relacionada com Jesus e com sua obra na cruz, a qual é meritória e capaz de justificar todo aquele que crê.

3.5.1 A justificação é para todos (vv. 17-22a)

Esse tema já foi introduzido antes, principalmente quando foi afirmado que a justificação pela fé não está baseada em ritos externos como a circuncisão ou na obediência a preceitos da lei mosaica. Por algumas vezes, foi demonstrado nas afirmações que Abraão foi justificado antes de ser circuncidado e antes de a lei o tornar pai de todos os que creem, independentemente de nacionalidade ou religião. Porém, a partir do versículo 17, é dada uma ênfase maior nesse tema.

Paulo, em defesa da doutrina da justificação pela fé, faz oposição à tradição judaica atacando o ponto central da defesa do judaísmo, em que julgavam ser invencíveis e colocava Abraão como o pai de todos os judeus. O apóstolo atribui ao patriarca o título de pai da fé de todo aquele que crê em Cristo, e não exclusivamente de uma nação. Esse é o cerne da teologia paulina.

Outro argumento, considerado forte, utilizado pelo judaísmo em defesa de sua fé era o “direito” exclusivo de interpretação da Escritura. Porém, com o argumento paulino, fica clara a liberdade real do cristão sobre a Escritura, bem como em relação ao patriarca; pois, no versículo 17, novamente o apóstolo recorre às Escrituras — “como está escrito”— para confirmar sua argumentação de que Abraão é pai de todos os que creem, sem discriminação, de todas as nações, como herdeiros da promessa feita a Abraão.

Quando Paulo cita que Deus faz viver os mortos, relembra Hebreus 11.17,18,

uma referência ao acontecimento de Moriá e a confirmação da fé de Abraão em um Deus poderoso para ressuscitar. A compreensão e crença do patriarca de que Deus era poderoso para fazer reviver o seu filho é importantíssima para realizar a conexão de sua fé com a do cristianismo. Semelhante à fé do cristão que crê naquEle que ressuscitou Jesus Cristo dentro os mortos.

A expressão “e chama à existência as coisas que não existem” ressalta que Abraão tinha tanta certeza de que a promessa de Deus seria cumprida que descansou. Entretanto, Abraão e Sara não possuíam condições humanas para o cumprimento da promessa, por isso a expressão “em esperança, creu contra a esperança”. A fé de Abraão levou em conta a onipotência e a fidelidade de Deus. O apóstolo Paulo ao escrever que Abraão não fraquejou na fé, não quer dizer que ele jamais tenha esmorecido, mas que superou. Afirma que embora Abraão levasse em conta seu próprio corpo amortecido, pois ele e sua esposa eram fisicamente incapazes de gerar filhos, a credibilidade em Deus continuou sendo sua prioridade. Abraão se fortaleceu na fé ou na confiança e não deixou que a realidade avolumasse em seus pensamentos a ponto de abalar sua fé na promessa de Deus. Com essa atitude, Abraão glorificou o nome do Senhor.

Paulo diz que o patriarca estava convencido de que o Deus que havia lhe prometido uma descendência era poderoso para cumprir. Moody (2001, p. 22) observa que o verbo “prometer” está no perfeito, significando que Abraão estava de posse da promessa, “tão grande era sua convicção de que a promessa se realizaria. E esse era o tipo de fé creditado a Abraão como justiça”. Käsemann (2003, p. 144) argumenta que Paulo não considera como necessária a continuidade cronológica da história da salvação por meio de uma transição de Israel, como filhos de Abraão, segundo a carne para o cristianismo: “Paulo não atesta uma continuidade perceptível e humanamente ininterrupta entre Abraão e Cristo, que se possa enquadrar na fórmula teológica de promessa e cumprimento”. Portanto, não separou a fé da história universal.

A afirmação de Käsemann parece lógica e real, a salvação não se originou da nação de Israel. A promessa física foi a formação de um povo, uma nação, enquanto que a promessa espiritual, que inclui a justificação e salvação, foi feita a todas as pessoas de todas as nações.

3.5.2 A justificação é possível somente por meio de Cristo (vv. 22b-25)

Nos últimos versículos do capítulo, finalmente é revelado definitivamente o público-alvo de tudo o que foi escrito sobre o patriarca Abraão: a comunidade cristã. Esses versículos destacam a fé exercida por Abraão e seu alcance. De acordo com o exemplo de Abraão explicitado por Paulo, todos os que crerem como o patriarca creu serão igualmente justificados pela fé.

Bruce (2004, p. 96) afirma que o versículo 25 provavelmente tenha se originado de uma confissão de fé primitiva e que o verbo “entregar-se” (paradidomi) ocorre duas vezes no capítulo 53 de Isaías, podendo indicar que a linguagem usada por Paulo foi baseada nesse texto do profeta. O apóstolo aproveita para enfatizar que Deus não somente ressuscitou Jesus, mas que o motivo pelo qual Ele foi ressuscitado foi a nossa justificação, a saber, de todos que creem nEle e na sua ressurreição, circuncidados ou não.

Abraão é um protótipo da fé cristã, que crê no Deus que ressuscitou Jesus dentre os mortos. Porém, fica evidente que as circunstâncias da fé cristã não são idênticas às de Abraão, porquanto o contexto é outro. O objeto da fé cristã é explicitado pelo apóstolo, a fé naquEle que ressuscitou Jesus dentre os mortos. Paulo faz a relação com a fé de Abraão ao afirmar que ele cria no Deus que tinha poder para vivificar mortos. Todavia, o patriarca confiou sem um exemplo ou um acontecimento anterior semelhante para comprovar o poder de Deus, diferente dos que vivem depois da morte e ressurreição de Jesus. Assim, para o cristão atual é mais razoável crer do que foi para Abraão.

Segundo Ridderbos (2004, p. 187-188), a base para absolvição no julgamento divino é a morte de Cristo. Segundo ele, até Cristo, Deus não tinha dado o castigo devido pelos pecados de todas as gerações anteriores. Portanto, reteve seu julgamento, mas fez de Cristo o meio de propiciação mediante sua morte. Após ter ajuntado os pecados do mundo e lançado sobre Cristo, por meio de sua ressurreição, ocorreu a justificação da humanidade, a saber, dos que creem em Jesus Cristo e sua ressurreição. Na morte de Cristo, Deus demonstra o julgamento justo e, na sua ressurreição, a prova de sua justiça. A ideia legal de um ambiente forense é demonstrada no fato de que Cristo, ao sofrer a morte de cruz, tornou-se maldição em nosso lugar, Ele que, sem pecado, foi feito pecado por nós, para que nEle o ser humano fosse feito justiça de Deus. Aqueles que estão em Cristo pela fé são absolvidos no julgamento de Deus.

Cristo morreu pela humanidade não como um estranho, mas como Filho de Deus que encarnou em forma humana com o propósito de morrer em nosso lugar para que pudéssemos receber a justiça do Pai pelo seu sacrifício. É, portanto, o antítipo do primeiro Adão pelo seu ato de justiça pela obediência de entrega de si mesmo à morte para revelar o julgamento justo e justificador de Deus no sentido escatológico da palavra.

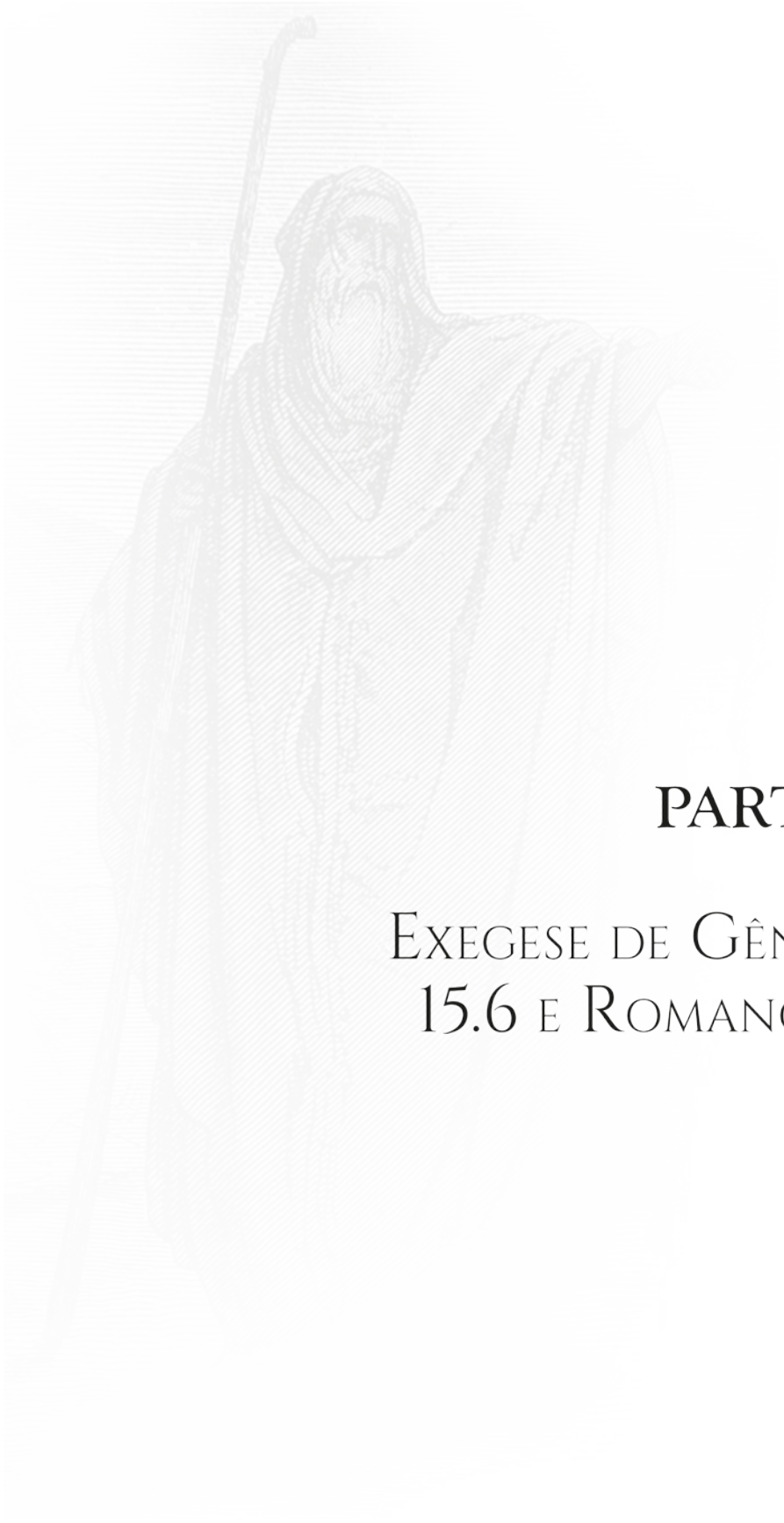
O versículo 25 pode ser interpretado de duas formas: primeira, em relação à morte e ressurreição de Cristo, a nossa justificação foi concretizada antes mesmo da ressurreição, e esta é consequência da justificação, que precisa ser compreendida como equivalente à reconciliação e à propiciação, consumada de uma vez por todas; segunda, a morte para fazer a expiação de nossos pecados e a sua ressurreição para nossa justificação. Essas duas possibilidades de interpretação são sugeridas por Murray (2003, p. 181-183), que afirma ser mais apropriado considerar os dois fatos como inseparáveis da obra da redenção, tanto a morte como a ressurreição. Ele ressalta que o apóstolo, nesse contexto, enfatiza as ações de Deus Pai. O versículo 24 afirma que a justificação se dá pela fé naquEle que ressuscitou Jesus dentre os mortos, que lança em nossa conta a justiça conquistada. O mesmo Deus que creditou fé a Abraão como justiça creditará a todos que crerem no Deus que ressuscitou a Cristo dentre os mortos.

Paulo dedica todo o capítulo 4 da Epístola aos Romanos para demonstrar que a fé cristã tem sua gênese no Antigo Testamento. Ele não tinha intenção de dizer que os autores do Antigo Testamento tinham isso em mente, contudo afirma ter recebido o mistério que estava escondido aos autores veterotestamentários, mas que foi revelado a ele e a outros autores do Novo Testamento. A redenção da humanidade por meio do sacrifício de Cristo já estava prevista desde a fundação do mundo. Esse mistério foi sendo revelado gradativamente através dos tipos de Cristo, até a real revelação da justiça de Deus por intermédio de seu Filho, o Deus encarnado, Jesus Cristo. Para demonstrar isso, o apóstolo escolhe Abraão, pois sua biografia demonstra que seu exemplo de fé é exatamente aquela que surgirá com o advento de Cristo. Esse modelo de fé é o fio condutor que transpassa a história para revelar a justiça de Deus em Cristo Jesus.

---

[6] N. do. E.: Antítese é a oposição entre duas proposições, ou seja palavras ou expressões com sentidos opostos, que contrastam entre si. Isso acontece quando há a aproximação desses termos contrários.

[7] N. do E.: Antinomismo é a teoria contrária ao princípio da lei. Tais conceitos negam que a Lei de Deus, na Bíblia, deve controlar diretamente a vida dos cristãos.



PARTE 2

Exegese de Gênesis 15.6 e Romanos 4



4Exegese de Gênesis 15.6: Justificação de Abraão pela Fé como Protótipo da Fé Cristã

Uma das falhas mais frequentes dos estudantes de teologia é achar que não é necessário buscar ajuda divina para compreender os textos bíblicos. Corre-se o risco de pensar que os “mistérios” podem ser descobertos unicamente por meio de nossa racionalidade, porém o pesquisador deve estar ciente de que o “Grande Inspirador da Bíblia” deve ser consultado antes de qualquer pesquisa ou leitura bíblica.

Somente com o auxílio do divino é possível compreender as verdades da Bíblia. Deve-se chegar com humildade diante das Sagradas Escrituras para obter conhecimento do grande Deus. Somente o Espírito Santo pode nos fazer compreender a importância das coisas simples ou impedir de torcer verdades difíceis de serem entendidas. Jesus prometeu a seus discípulos: “Aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará todas as coisas e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito” (Jo 14.26). Todavia, para se lembrar primeiro é preciso armazenar na memória por meio do estudo sistemático, “cavar” nas Escrituras a doutrina e buscar o auxílio do Espírito Santo, conforme orienta o apóstolo Paulo (2 Tm 2.7). Assim é possível adquirir sabedoria na Palavra de Deus.

Na sequência, serão utilizadas ferramentas da exegese para uma maior aproximação do texto original; entretanto, mesmo com o uso dessas ferramentas de auxílio, acima de tudo se faz valer a petição do salmista: “Desvenda os meus olhos, para que veja as maravilhas da tua lei” (Sl 119.18).

4.1 Delimitação do Texto

Um texto não “sobrevive” isoladamente, porquanto faz parte de um contexto maior. Identificar a relação do texto objeto de estudo com o contexto anterior e posterior auxilia a interpretação. Para delimitar um texto faz-se necessário identificar os elementos que indicam o início e término da perícope

4.1.1 Os elementos que indicam um novo início

O capítulo 15 de Gênesis inicia indicando o tempo e espaço em que ocorre uma nova situação, demonstrando tratar-se de novo assunto: “Depois destas coisas [...]”. Assim, de uma forma simples ao entendimento, “destas coisas” refere-se ao assunto que foi tratado anteriormente e a palavra “depois” é a inserção de um novo assunto que será iniciado.

4.1.2 Os elementos que indicam término

A passagem do versículo 6 para o versículo 7 e seguintes demonstra a inserção de novo assunto. A partir de Gênesis 15.7, o assunto desenvolvido é a promessa em relação à terra que Abraão haveria de herdar com sua descendência: “Disse-lhe mais: Eu sou o Senhor, que te tirei de Ur dos Caldeus, para dar-te a ti esta terra, para a herdares”. Ao que lhe perguntou Abrão: “Senhor Jeová, como saberei que hei de herdá-la?” (Gn 15.8). No início do capítulo, fora inserido o novo assunto da promessa de descendência para Abraão; no versículo 7, outro tema é iniciado, a terra que a descendência haveria de possuir. Inclusive, como já visto em capítulo anterior, o tratamento foi diferenciado: enquanto na primeira

promessa bastou a palavra do Senhor, na segunda, foi elaborado um ritual para selar o compromisso da aliança entre Deus e Abraão.

4.1.3 O texto delimitado

Conclui-se, portanto, que a delimitação do texto para o estudo é Gênesis 15.1-6, que contém uma unidade de texto (trata do mesmo assunto: promessa divina de descendência a Abraão). Todavia, dentro da perícope será dada ênfase no versículo 6, considerando que se trata da resposta aos versículos anteriores e tem como cerne a evidência da fé de Abraão em Deus, independente de qual fosse a sua promessa, principalmente, por ser o versículo escolhido por Paulo em Romanos 4 para exemplificar a doutrina da justificação pela fé, cuja exegese será desenvolvida no próximo capítulo deste livro.

4.2 Análise Léxico-Gramatical

- TEXTO EM HEBRAICO (GN 15.6):

- `hq’d”c. AL h’b,v.x.Y:w: hw”hyB; !mia/h,w>

Bíblia Hebraica Stuttgartensia	Análise
!mia/h,w>	Verbo, hiphil, pretérito, 3a pessoa, singular, masc
hw"hyB;	Preposição + substantivo próprio, 3a pessoa, sing
h'b,v.x.Y:w:	Verbo, kal, 3a pessoa, singular, masculino
AL	Preposição + pronome pessoal na 3a pessoa
hq'd"c.	Substantivo, 3a pessoa, singular, femenino

4.3 Versões Utilizadas para Definição de Tradução

Na comparação textual entre versões em português é possível revelar as diferenças possibilitando o aprimoramento da análise do texto a ser interpretado e a formulação final da tradução do texto. Para tal, serão utilizadas as versões Revista e Atualizada (ARA), Revista e Corrigida (ARC) e Contemporânea de João Ferreira de Almeida; a Nova Tradução na Linguagem de Hoje, a Bíblia de Jerusalém e a Tradução Ecumênica Brasileira.

A versão Revista e Atualizada foi originalmente elaborada por João Ferreira de Almeida no século XVII (1680). Essa versão foi publicada pela primeira vez em 1959 e conserva as características principais da tradução de equivalência formal de Almeida. A ARA é o resultado de mais de uma década de revisão e atualização teológica e linguística da ARC. Igualmente fiel aos textos originais, a linguagem da ARA é viva, acessível, clara e nobre, evitando o demasiado vulgar e demasiado acadêmico e literário. A ARA tem tido ampla aceitação, tanto no Brasil como em outros países de fala portuguesa.

A versão Revista e Corrigida (ARC) tem a mesma origem da ARA. Uma das características da ARC é a linguagem clássica, praticamente erudita. Nessa versão, fica transparente que a tradução de Almeida preza pela equivalência formal. Em outras palavras, João Ferreira de Almeida procurou reproduzir no texto traduzido os aspectos formais do texto bíblico em suas línguas originais (hebraico, aramaico e grego). Almeida procura estabelecer tal equivalência quanto ao vocabulário, à estrutura e demais aspectos gramaticais. Assim, por exemplo, ele buscou manter em sua tradução a ordem dos termos nas frases e também a sua categoria gramatical como se encontram nos textos originais da Bíblia. Além disso, no tempo em que Almeida publicou sua tradução pela primeira vez (1681), era costume dos tradutores indicar pelo tipo itálico (inclinado) toda e qualquer palavra que precisasse ser inserida na tradução para que tivesse sentido, o que foi fielmente conservado pela ARC. É um dos textos mais queridos e apreciados no Brasil e nos lugares onde se fala português.

A Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH) foi traduzida pela Sociedade Bíblica do Brasil no ano 2000. Essa tradução segue os princípios da tradução de

equivalência dinâmica. O sentido do texto é dado em palavras e formas populares do português falado no Brasil. Um esforço para uso de uma linguagem simples, clara, natural e sem ambiguidades. Por ter uma linguagem mais acessível e com maior facilidade de compreensão, é especialmente indicada para pessoas que estão tendo seu primeiro contato com a Bíblia. Em função disso, ela se torna uma excelente ferramenta para a evangelização, pelo que vem sendo cada vez mais utilizada pelas igrejas na obra missionária.

A Nova Versão Internacional (2001) é uma das mais recentes traduções das Escrituras Sagradas em língua portuguesa, criada a partir da formação de uma comissão de estudiosos que se reuniu em 1990 para um projeto de quase uma década. Milhares de horas foram gastas em trabalhos individuais e em grupo em São Paulo, Atibaia, Caraguatatuba, Curitiba, São Bento do Sul, Miami, Dallas, Denver e Colorado Springs. Quase vinte estudiosos de diferentes especialidades teológicas e linguísticas empreenderam o projeto. Esses peritos representavam os mais diferentes segmentos denominacionais, todos convictos da inspiração e autoridade da Bíblia.

A Edição Contemporânea da tradução de João Ferreira de Almeida é o produto de longos anos de trabalho, empreendido por uma comissão constituída de pessoas capazes, peritas no vernáculo e oriundas de diferentes confissões evangélicas. Partindo da versão Revista e Corrigida de Almeida, os revisores se dedicaram a uma tarefa realmente grandiosa: produzir um texto limpo de arcaísmos e ambiguidades, e, ao mesmo tempo, preservar o estilo belo, ungido e admiravelmente soberano da obra que lhes serviu de base. Nas passagens cuja tradução tem suscitado controvérsias, os editores optaram pelas expressões mais fiéis às línguas originais.

A Tradução Ecumênica reproduz fielmente o modelo da mundialmente reconhecida Traduction Oecuménique de la Bible (TOB – 3a ed., Paris: Éditions du Cert; Pierrefitte: Société Biblique Française, 1989). Além dos livros considerados canônicos, foram incluídos os livros deuterocanônicos ou apócrifos, traduzidos por ampla equipe de estudiosos de diversas confissões cristãs e do judaísmo.

Em 1973, a Editora Paulus empreendeu a honrosa tarefa de oferecer ao público brasileiro a Bíblia de Jerusalém, considerada em diversos países a melhor versão da Sagrada Escritura pelas introduções, notas, referências marginais e apêndices. Possui os mesmos livros da TEB (Tradução Ecumênica da Bíblia).

4.4 Tradução e Comparação de Versões

A seguir serão apresentadas as traduções ultraliteral, literal e dinâmica ou idiomática que são elaboradas de forma inédita pelo autor deste livro, tendo como base o resultado da análise léxico-gramatical das cópias dos originais no que se refere ao texto de Gênesis 15.6.

Além das traduções, são elencadas as principais versões publicadas no mercado literário brasileiro, conforme relacionadas na seção anterior, com vistas à comparação entre essas versões e identificar as principais variações, visando à elaboração de uma tradução própria do texto. Esse procedimento tem um papel importante na interpretação do conteúdo, pois quando o exegeta dedica tempo e esforços para chegar o mais próximo possível do texto original, automaticamente, melhorará a compreensão da intenção original do autor, bem como de uma contextualização e aplicação do texto em estudo.

Traduções e os Textos das Principais Versões de Gênesis 15.6

Tradução Ultraliteral	E ele considerou confiá
Tradução Literal	E ele considerou Yahwe
Tradução Dinâmica ou Idiomática	E ele confiou na palavra
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	E creu ele no Senhor, e
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Ele creu no Senhor, e is
João Ferreira de Almeida, Edição Contemporânea – EC	Creu Abrão no Senhor,
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Abrão creu em Deus, o

Nova Versão Internacional – NVI	Abrão creu no Senhor,
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Abrão teve fé no Senho
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Abrão creu em Yahweh

Esse versículo não apresenta diferenças significativas, a não ser como Deus é chamado: Deus, Senhor e Yahweh. No entanto, apresenta algumas diferenças que justificam o comentário. Por exemplo, a NTLH descreve que devido à fé de Abraão o Senhor o aceita, enquanto que as demais enfatizam o substantivo justiça ou o adjetivo justo.

A tradução de “!m;a’” na TEB é realizada no passivo teve fé, enquanto as demais versões traduzem por creu, essa tradução parece ser mais apropriada por ter um sentido ativo. O sentido dessa palavra, quando utilizado no Hifil é crer em. Com relação a essa diferença, Buckland (1999, p. 159) afirma que a simples fé implica uma disposição de alma para confiar noutra pessoa. Difere de credulidade, porque aquilo em que a fé tem confiança é verdadeiro de fato, e, ainda que muitas vezes transcenda a nossa razão, não lhe é contrário. A credulidade, porém, alimenta-se de coisas fictícias e é cultivada pela simples imaginação. A fé difere da crença porque é uma confiança do coração, e não apenas uma aquiescência intelectual. A fé religiosa é uma confiança tão forte em determinada pessoa ou princípio estabelecido, que produz influência na atividade mental e espiritual dos homens, devendo, normalmente, dirigir a sua vida. A fé é uma atitude.

4.5 Verificação das Principais Variantes

O texto em análise em Gênesis 15.6 não apresenta nenhuma variante a ser verificada.

4.6 Análise Histórica e Geográfica

Nessa análise será observado tanto o contexto geral como o contexto específico. Dessa forma, no primeiro se destaca a visão do livro do Gênesis como um todo e, na sequência, se delimita a análise, observando o conjunto específico em estudo, que é Gênesis 15.6.

4.6.1 Contexto geral

Antes da delimitação do texto de interesse, é necessário realizar uma abordagem panorâmica sobre o livro de Gênesis. O livro de Gênesis, por ser introdutório e explicativo de vários temas — como: a criação, a origem dos povos e as línguas, a história dos patriarcas, a formação do povo judeu, entre outros —, fornece subsídios para os demais livros da Bíblia por estarem interligados. Gênesis está estruturado em duas grandes partes: a) a primeira (Gn 1–11) apresenta a narrativa da vida do ser humano desde a criação até o surgimento da figura do patriarca Abraão; b) a segunda parte (Gn 12–50) inicia com o chamado de Abraão e aborda o relacionamento do patriarca com Deus e com seus descendentes. Baxter (1992, p. 30) divide essas duas partes do livro, respectivamente, como de degeneração e regeneração. Ele descreve como foi a transcrição de um processo para outro, iniciando em Abraão, objeto deste estudo, e estendendo-se às demais nações.

Ao voltarmos para a segunda parte de Gênesis, surge a soberania de Deus na regeneração. O processo de regeneração esboçado aqui contrasta por completo com o de degeneração da primeira parte do livro. Desde Adão até Abraão vemos o curso da degeneração: primeiro, no indivíduo – Adão; a seguir, na família – Caim e seus descendentes; depois, nas nações – a civilização antediluviana; e então, persistindo através da raça, como tal, em Babel. Acontece a essa altura um

novo desvio. Vemos o processo de regeneração operando: primeiro, no indivíduo – Abraão, Isaque, Jacó; a seguir, na família – os filhos de Jacó; depois, na nação – Israel; tudo com vistas à regeneração final da raça.

Nesta exegese será trabalhada a segunda parte, Gênesis 12–50, em que se destaca a figura de Abraão, e a promessa recebida de ser o pai de uma grande nação e que nele seriam benditas todas as famílias da terra; todavia, a ênfase será dada à atitude de fé de Abraão em Gênesis 15.6. Esse único versículo do livro de Gênesis será a base para Paulo argumentar diante dos judeus cristãos, membros da igreja cristã em Roma, sobre a justificação de Abraão pela fé. Para auxiliar na análise do texto específico é importante conhecer a biografia de Abraão, que abrange o contexto anterior (Gn 12–14) e o contexto posterior (Gn 15.7–25), conforme apresentado com mais detalhes no primeiro capítulo deste livro.

4.6.2 Contexto específico

Nos seis primeiros versículos de Gênesis 15, Deus confirma a promessa a Abraão de uma grande descendência e desfaz a sua preocupação dizendo-lhe: “Não temas” (v. 1). Quais seriam os receios do patriarca? Ele deveria ter muitas dúvidas, por exemplo: Como ficará toda a minha riqueza? Sua administração? Quem herdará todos os meus bens se não tenho herdeiro?

A julgar pelos costumes daquela época, em que os filhos eram a prova do favor divino e a esterilidade a manifestação do desagrado de Deus, se Abraão e Sara não tivessem um filho, seriam extremamente infelizes. Porém, Deus faz uma promessa a Abraão de que seu herdeiro seria de sua própria descendência.

O Senhor assegurou a Abraão que não devia considerar o damasceno Eliézer como seu herdeiro, pois um filho realmente seu nasceria para rico cumprimento de cada predição. Em momentos de perigo ou desespero Abrão devia crer na proteção de Deus, no cumprimento de suas promessas e no ilimitado número de

seus descendentes. Era um desafio a uma fé sublime. E Abrão era capaz de crer porque ele conhecia Aquele que fizera as promessas (MOODY, 1986, p. 28).

Deus o levou para fora da tenda e mostrou-lhe as estrelas do céu: “Olha, agora, para os céus e conta as estrelas, se as podes contar”. E disse mais: “Assim será a semente” (Gn 15.5). O efeito da palavra de Deus confirmando a promessa foi tão prontamente eficaz que a Bíblia declara: “E creu ele no Senhor, e foi-lhe imputado isto por justiça” (Gn 15.6). Sendo assim, a ênfase desta pesquisa se dá nesse versículo, por entender ser ele importantíssimo para a defesa da doutrina da justificação pela fé exposta na teologia paulina. Champlin (2001, p. 119) afirma que “[...] este versículo é uma notável antecipação do princípio da justificação pela fé, tão salientado por Paulo (que ele copiou da Septuaginta), em Rm 4.3,9,22 e Gl 3.6”.

4.7 Análise do Gênero Literário

Para uma melhor compreensão do que o autor tinha em mente, é necessária a interpretação de cada gênero dentro de seus aspectos e regras de apresentação; portanto, cada tipo de literatura na Bíblia deve ser entendido à luz de seu próprio estilo literário. Vários são os tipos literários apresentados na Bíblia, sendo alguns deles: proféticos, históricos, apocalíptico, sapiencial, entre outros. Para identificá-los, a primeira etapa é a leitura correta do texto, como afirma Cássio Murilo Dias da Silva:

Uma leitura correta de qualquer texto bíblico nos levará, antes de tudo, a fazer algumas distinções, por vezes, espontâneas: estamos diante de um texto em prosa ou em poesia? Trata-se de um relato ou de um discurso? Com isso, estamos praticando um primeiro exercício de distinção entre os Gêneros Literários. As respostas a tais perguntas nos oferecem a orientação elementar para classificarmos o texto. Mas, como acabamos de afirmar, são distinções espontâneas. (SILVA, 2000, p. 188)

O texto específico em estudo demonstra ser uma narrativa histórica, apesar de que a noção de história bíblica é diferente do sentido secular, conforme assevera Silva:

O leitor moderno talvez preferisse colocar o termo “históricas” entre aspas, visto que a noção de história, no universo bíblico, não corresponde à moderna ciência homônima. Com efeito, a historiografia bíblica não é científica e menos ainda neutra (se é que possa existir uma apresentação histórica neutra). É uma história interpretada e interpretante: não se interessa por informar, de modo objetivo, os acontecimentos; antes, ao mesmo tempo em que reporta o fato, fornece critérios para dele colher a significação. Nessas narrativas, portanto, encontramos um

jogo linguístico, no qual aparecem elementos objetivos (os fatos mensuráveis) mesclados a elementos ideológicos ou teológicos (a interpretação religiosa). (SILVA, 2000, p. 190)

Como pode ser verificado no capítulo que tratou do contexto geral e dos contextos específicos, fica evidente que os versículos 1 ao 6 fazem parte de uma sequência de narrativas históricas sobre a vida de Abraão, o pai da fé. Em narrativa direta, as palavras são consideradas segundo o seu valor aparente.

4.8 Análise Teológica

Segundo Wegner (1998, p. 297, 298), a maioria dos livros de exegese não tem um capítulo específico para tratar da interpretação teológica. Porém, isso não a torna menos importante, pelo contrário, a sua ausência coloca em risco a análise do texto devido à tendência de se dissociar de outras disciplinas teológicas, como a teologia bíblica e sistemática. Ele apresenta três passos para realizar a análise teológica, a saber:

1. Estudo da correlação com outros textos que tratam do mesmo assunto.

2. Enquadrar o conteúdo dentro de temas e doutrinas teológicas fundamentais, como a teologia sistemática, procurando avaliar o texto à luz do testemunho mais amplo da Escritura sobre o evangelho de Deus.

3. Inteirar-se sobre as consequências práticas.

Serão analisados os dois primeiros passos nesta seção e o terceiro será abordado no próximo segmento. Tendo como base para a pesquisa Gênesis 15.6, dois termos são considerados importantes e necessários de uma análise teológica.

4.8.1 Crer (אמן)

Esses termos são utilizados pelo apóstolo Paulo, mais especificamente, no

capítulo 4 de Romanos e 3 de Gálatas. O apóstolo elabora uma argumentação consistente sobre o assunto, porém iremos perceber que o significado do termo “fé” tem significados diferentes no Antigo e no Novo Testamento.

Ravasi (1999, p. 64) afirma que o verbo hebraico “אמן”, que deu origem ao nosso amém e traduzido geralmente por crer, define a confiança plena em alguém ou uma realidade.

Crer é um ato de confiança: o verbo hebraico que o indica, e do qual resultou nosso amém, posto como uma chancela nas orações, exprime o “estar apoiado”, o “basear-se” em alguém ou em alguma coisa, entregando-se completamente a uma pessoa ou alguma coisa, entregando-se completamente a uma pessoa ou a uma realidade. Crer, portanto, é arriscar-se em relação a alguém altamente misterioso, como Deus, e é por isso que a fé não pode perder completamente o sabor do medo e da suspeita.

Ele continua sua argumentação demonstrando que essa confiança não é precedida do conhecimento de algo real, ou seja, de algo que está por acontecer mesmo que não apresente nenhuma possibilidade racionalmente aparente.

O reconhecimento confiante não é precedido de um conhecimento racional. A realidade oculta de Deus não se impõe imperiosamente à razão. Trata-se antes de uma racionalidade interior, que pode legitimar uma certeza fundamental: na aplicação de uma corajosa confiança em Deus, o homem experimenta, embora exposta à tentação da dúvida, a racionalidade da sua confiança, radicada na identidade última, na plenitude última de sentido e de valor da realidade, no seu fundamento, sentido e valor originário (RAVASI, 1999, p. 64).

Fica evidente a diferença da confiança e a falta dela no exemplo que Ravasi, citando comentário de Pais da Igreja, faz com relação ao riso de Sara e de Abraão quando comenta sobre capítulo 18 de Gênesis, já comentado anteriormente.

Os Padres da Igreja, não conseguindo atribuir uma falha à fé de Abraão e ignorando que a hesitação não contamina, mas faz parte do próprio crer, operaram até uma distinção entre os dois “risos”, considerando legítimo o de Abraão e pecaminoso o de Sara. O escritor sírio Ishodad di Merv (século IX), em sua série de citações patrísticas, sintetizava bem a distinção: “Por que Sara foi censurada por rir, enquanto Abraão, que fizera o mesmo, não foi? Foi porque Sara duvidou da Palavra, enquanto Abraão riu não duvidando, mas prostrando-se, adorando, glorificando e agradecendo a Deus, com alegria, que aquilo acontecesse a um homem de cem anos. Desse modo, ele riu, isto é, alegrou-se”. Aqui além da distinção artificiosa, faz-se vislumbrar também o segundo aspecto do riso, aquele da festa pela promessa cumprida, aquele riso que prorrompe dos lábios de Deus e do filho “impossível”, Isaac – “Yahweh riu”. (RAVASI, 1999, p. 68)

Abraão creu no que contrariava a própria razão. A carta aos Hebreus, capítulo 11, versículos 17 a 19, registra a prova de Abraão, quando Deus solicita o sacrifício de seu filho. Nesses versículos, o autor chega a afirmar que Abraão ofereceu Isaque porque acreditava que Deus era capaz de ressuscitá-lo dos mortos, mesmo não presenciando nenhuma ressurreição. Por isso, o patriarca recuperou seu filho, se tornou um símbolo e um exemplo típico de fé na prática. Um protótipo da fé cristã.

Harris (2001, p. 85), ao comentar sobre o verbo hebraico “אמן” afirma que há um contraste entre o conceito de fé no Antigo Testamento do conceito moderno:

[...] no hifil (causativo), tem basicamente o sentido de “tornar certo, convicto”, “ser assegurado”. Neste sentido a palavra no hifil é a palavra bíblica para “crer” e mostra que a fé bíblica é algo seguro, uma certeza, em contraste com os conceitos modernos de fé que fala de algo possível, que se espera ser verdadeiro, ainda que não seja certo.

Buckland (1999, p. 159) também evidencia essa diferença ao afirmar que a fé

cristã é uma completa confiança em Cristo, pela qual se realiza a união com o seu Espírito, havendo a vontade de viver a vida que Ele aprovaria. Não é uma aceitação cega e desarrazoada, mas um sentimento baseado nos fatos da sua vida, da sua obra, do seu poder e da sua Palavra. A revelação é necessariamente uma antecipação da fé. A fé é descrita como “uma simples, mas profunda confiança Naquele que de tal modo falou e viveu na luz, que instintivamente os Seus verdadeiros adoradores obedecem à Sua vontade, estando mesmo às escuras”. A mais simples definição de fé é uma confiança que nasce do coração.

Essa fé, pelo menos naquele tempo, implicava nos discípulos a confiança de que haviam de realizar a obra para a qual Cristo lhes deu poder. Trata-se da fé que opera maravilhas. No Novo Testamento, a fé tem um sentido salvador, ou melhor, que significa salvação. Mas geralmente essa ideia sobressai no quarto Evangelho, embora seja admirável que o nome “fé” não se veja em parte alguma desse livro, sendo muito comum o verbo “crer”. No Evangelho de João, acha-se representada a fé, como gerada em nós pela obra de Deus (Jo 6.44), como sendo uma determinada confiança na obra e poder de Jesus Cristo, e também um instrumento que, operando em nossos corações, nos leva para a vida e para a luz (Jo 3.15-18; 4.41-53; 19.35; 20.31). Em cada um dos Evangelhos, Jesus proclama a si mesmo Salvador e requer a fé, como uma atitude mental que deve ser possuída, como instrumento que se deve usar e por meio do qual possamos alcançar a salvação que Ele oferece.

Outro assunto que envolve a fé é a sua relação com obras, presente também nas citações de Gênesis 15.6, objeto deste estudo. Alguns teólogos têm afirmado que há contradição entre Paulo e Tiago, com respeito ao lugar que a fé e as obras geralmente tomam, e especialmente em relação a Abraão (Rm 4.2 e Tg 2.21). Fazendo uma comparação cuidadosa entre os dois autores, é possível perceber que Tiago, pela palavra fé, quer significar uma estéril e especulativa crença, uma simples ortodoxia, sem sinal de vida espiritual. E pelas obras quer dizer as que são provenientes da fé. O apóstolo Paulo ensina que a fé é obra e dom de Deus na sua origem. Uma profunda convicção de que são verdadeiras as promessas de Deus em Cristo, por uma inteira confiança nEle. Portanto, a fé é uma fonte natural e certa de obras, porque se trata de uma fé viva, uma fé que atua pelo amor (Gl 5.6).

Na realidade, Paulo e Tiago não são contraditórios, mas falam da atuação da fé em momentos diferentes no processo da salvação. Paulo fala da fé que é necessária e suficiente para a justificação, que acontece no momento inicial da

conversão, ou seja, a justificação por meio da fé na obra vicária de Cristo Jesus. Por outro lado, Tiago fala da fé da pessoa que já foi justificada. De uma forma simplificada, a pessoa não é justificada pelas obras, mas pela fé. Entretanto, toda pessoa justificada recebe uma nova natureza e, consequentemente, de forma natural deverá apresentar boas obras. A fé justifica e faz com que a pessoa justificada realize boas obras.

4.8.2 Justiça (הקך)

Harris (2001, p. 1261-1262), no Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento (DITAT), disponibiliza aproximadamente cinco páginas para comentar sobre a raiz do verbo "הקך" e afirma que essa expressão tem basicamente a conotação de conformidade a um padrão ético ou moral. Descreve, ainda, que com exceção de Gênesis 15.6, 18.19, 30.33, as demais vezes que o termo é utilizado dizem respeito à função dos juízes, referindo-se a decisões baseadas na verdade e na imparcialidade, e em Levítico 19.36, aludindo a pesos e medidas, condenando a prática da fraude e engano nas balanças comerciais. A palavra descreve três aspectos de relacionamentos pessoais: ético, forense e teocrático.

O fato histórico é que Abraão está incluído no aspecto forense, de tal forma que a satisfação da exigência de confiança na promessa é tida como base para ser considerado justo por Deus: "Gênesis 15.6 ensina que Abraão recebeu Isaque como herdeiro porque sua confiança nas promessas de Deus lhe foi imputada como justiça" (HARRIS, 2001, p. 1263). Douglas (1995, p. 893) afirma que o conceito bíblico de justiça desenvolveu-se através do tempo em nove estágios cronológicos, sendo que no período patriarcal "já havia adquirido o sentido abstrato de conformidade, por parte de um dado objeto ou ação, a um padrão aceito de valores, como, por exemplo, o fato de Jacó ter agido 'honestamente' conforme as condições de seu contrato com Labão relativo às ovelhas do rebanho (Gn 30.33)". Semelhante à palavra fé, o sentido da palavra justiça ou tornar justo difere no Antigo e Novo Testamentos. Segundo Buckland (1999, p. 159), nós somos justificados, considerados justos, simplesmente pelo merecimento de Jesus Cristo. As obras não têm valor, pois são obras de filhos rebeldes. A fé não é uma causa, mas tão somente o instrumento, a estendida mão,

com a qual nos apropriamos do dom da justificação, que Jesus pelos méritos expiatórios está habilitado a oferecer. Assim, Paulo faz uma releitura do texto do Antigo Testamento em Romanos 3–8 e em Gálatas 3.

Segundo Douglas (1995, p. 896), “Cristo veio a fim de que Deus pudesse ser justo, e ao mesmo tempo o justificador daqueles que confiam em Jesus (Rm 3.26), e para que fôssemos encontrados nele, o qual para nós se tornou justiça, santificação e redenção (1 Co 1.30)”.

4.9 Aplicação da Mensagem

A argumentação apresentada nesta pesquisa demonstra que Abraão foi considerado justo porque depositou sua confiança em Deus e por considerá-lo digno de fé. Portanto, é cabível afirmar que as promessas do Senhor são inquestionáveis mesmo que todas as possibilidades demonstrem o contrário.

Em certos momentos de nossa vida vivemos períodos semelhantes ao de Abraão, em que circunstâncias adversas nos levam a questionar a vontade e proteção divina. Não enxergamos possibilidade de livramento. Nesses momentos, é necessário ter a fé que o patriarca demonstrou. Nos dias atuais, a tendência é crer no que é racional e palpável, mas Abraão confiou no impossível e Deus honrou sua conduta e atendeu o desejo do seu coração.

Enquanto elaborava esta exegese, passei por momentos difíceis em minha vida e questionei a Deus o motivo de tais aborrecimentos. A mensagem obtida do estudo desse texto me ajudou a confiar na providência divina e encontrei paz. Concomitantemente, por meio de meu testemunho, pude evangelizar uma colega de trabalho que passava por momento semelhante. Dessa forma ela também pôde ser confortada e sua fé foi fortalecida.

A pessoa que, da mesma forma que Abraão, confiar incondicionalmente na Palavra de Deus irá presenciar a concretização de coisas que aos olhos humanos são impossíveis.



5Exegese de Romanos 4: Abraão como Exemplo Didático para a Explicação Paulina da Justificação pela Fé

A presente exegese tem o objetivo de fundamentar o capítulo 3, que é o cerne deste livro. Esse modelo será de grande valia para os leitores da Bíblia que buscam se aproximar das ferramentas hermenêuticas e exegéticas, bem como para os acadêmicos que procuram se aperfeiçoar no aprofundamento da interpretação dos textos bíblicos.

5.1 Delimitação do Texto

A delimitação de uma epístola é um desafio, pois, geralmente, os assuntos são tratados de forma mais extensa (WEGNER, 1998, p. 86), exigindo assim uma tarefa maior para identificar em que parte começa e termina um determinado assunto.

5.1.1 Os elementos que indicam um novo início em Romanos 4

O capítulo 3 da Epístola aos Romanos termina com a afirmação de que a fé não tira o valor da lei, mas a confirma. O capítulo 4 inicia introduzindo uma nova figura no texto, Abraão, por meio de um questionamento: “Que diremos, pois, ter alcançado Abraão, nosso pai segundo a carne?”. Com isso, Paulo passa a tratar de questões mais práticas para seus questionadores, os judeus.

5.1.2 Os elementos que indicam o término

Romanos 4.23-25 indica uma conclusão do assunto ao afirmar que a justificação não é exclusiva para Abraão e seus descendentes carnais, mas para todos os que demonstrarem a mesma fé do patriarca, suficiente para crer que Deus tem poder para ressuscitar mortos. No caso do cristianismo, crer no Deus que ressuscitou seu Filho, Jesus: “Ora, não é para ele só que está escrito: Isto lhe foi levado em conta, mas para nós também, nós em favor de quem a fé será creditada, visto que cremos nAquele que, dentre os mortos, ressuscitou Jesus, nosso Senhor, entregue por nossas faltas e ressuscitado para nossa justificação” (TEB). No capítulo 4 é evidenciada a causa da justificação, a fé por meio do exemplo didático da fé de

Abraão, enquanto que no capítulo 5 é apresentada a consequência dessa justificação, os frutos e efeitos da justiça procedente da fé.

5.1.3 O texto delimitado

Conclui-se, portanto, mediante abordagem anterior, que a delimitação do texto para o estudo é todo o capítulo 4 da Epístola de Romanos (Rm 4.1-25), como uma unidade textual.

5.2 Análise Léxico-Gramatical

Romanos 4

-

VERSÍCULO 1

-

Τί οὖν ἐροῦμεν εὑρηκέναι Ἀβραὰμ τὸν προπάτορα ἡμῶν κατὰ σάρκα

Texto original	Análise	T
Τί	Adjetivo, pronominal, interrogativo, acusativo, neutro, singular	C
οὖν	Conjunção superordenativa	J
ἐροῦμεν	Verbo, indicativo, futuro, ativa, 1a pessoa, plural	c
εὑρηκέναι	Verbo, infinitivo, perfeito, ativo	t
Ἀβραὰμ	Substantivo, nominativo, masculino, singular	A
τὸν	Artigo definido, acusativo, masculino, singular	c
προπάτορα	Substantivo, acusativo, masculino, singular	a
ἡμῶν	Substantivo, pronome, genitivo, 1a pessoa, plural	n
κατὰ	Preposição, acusativo	s
σάρκα;	Substantivo, acusativo, feminino, singular	c

VERSÍCULO 2

εἰ γὰρ Ἀβραὰμ ἐξ ἔργων ἐδικαιώθη, ἔχει καύχημα· ἀλλ’ οὐ πρὸς Θεόν

Texto original	Análise	Tradução
εἰ	Conjunção subordinativa	se
γὰρ	Conjunção subordinativa	pois
Ἀβραὰμ	Substantivo, nominativo, masculino, singular	Abraão
ἐξ	Preposição, genitivo	de
ἔργων	Substantivo, genitivo, neutro, plural	obras
ἐδικαιώθη	Verbo, indicativo, aoristo, passiva, 3a pessoa, singular	foi justifi
ἔχει	Verbo, indicativo, presente, ativa, 3a pessoa, singular	tem
καύχημα	Substantivo, acusativo, neutro, singular	orgulho
ἀλλ’	Conjunção coordenativa	mas
οὐ	Adjetivo adverbial	não
πρὸς	Preposição, acusativo	junto a
Θεόν	Substantivo, acusativo, masculino, singular	Deus

VERSÍCULO 3

τί γὰρ ἡ γραφὴ λέγει; Ἐπίστευσεν δὲ Ἀβραὰμ τῷ Θεῷ, καὶ ἐλογίσθη αὐτῷ εἰς δικαιοσύνην.

Texto original	Análise	T
τί	Adjetivo, pronominal, interrogativo, acusativo, neutro, singular	(
γὰρ	Conjunção subordinativa	J
ἡ	Artigo definido, nominativo, feminino, singular	a
γραφὴ	Substantivo, nominativo, feminino, singular	(
λέγει	Verbo, indicativo, presente, ativa, 3a pessoa, singular	(
Ἐπίστευσεν	Verbo, indicativo, aoristo, ativa, 3a pessoa, singular	(
δὲ	Conjunção coordenativa	(
Ἀβραὰμ	Substantivo, nominativo, masculino, singular	A
τῷ	Artigo definido, dativo, masculino, singular	(
Θεῷ	Substantivo, dativo, masculino, singular	J
καὶ	Conjunção coordenativa	(
ἐλογίσθη	Verbo, indicativo, aoristo, 3a pessoa, singular	J
αὐτῷ	Substantivo, pronome, dativo, masculino, 3a pessoa, singular	a
εἰς	Preposição, acusativo	J
δικαιοσύνην	Substantivo, acusativo, feminino, singular	j

VERSÍCULO 4

τῷ δὲ ἐργαζομένῳ ὁ μισθὸς οὐ λογίζεται κατὰ χάριν ἀλλὰ κατὰ ὀφείλημα·

Texto original	Análise
τῷ	Artigo definido, dativo, masculino, singular
δὲ	Conjunção coordenativa
ἐργαζομένῳ	Verbo, particípio, presente, média ou passiva depoente, dativo, m
ὁ	Artigo definido, masculino singular
μισθὸς	Substantivo, nominativo, masculino, singular
οὐ	Adjetivo adverbial
λογίζεται	Verbo, indicativo, presente, passiva, 3a pessoa, singular
κατὰ	Preposição, acusativo
χάριν	Substantivo, acusativo, feminino, singular
ἀλλὰ	Conjunção superordenativa
κατὰ	Preposição, acusativo
ὀφείλημα·	Substantivo, acusativo, neutro, singular

VERSÍCULO 5

τῷ δὲ μὴ ἐργαζομένῳ, πιστεύοντι δὲ ἐπὶ τὸν δικαιοῦντα τὸν ἀσεβῆ, λογίζεται ἡ πίστις αὐτοῦ εἰς δικαιοσύνην

Texto original	Análise
τῷ	Artigo definido, dativo, masculino, singular
δὲ	Conjunção coordenativa
μὴ	Adjetivo adverbial
ἐργαζομένῳ	Verbo, particípio, presente, média ou passiva depoente, dativo, m
πιστεύοντι	Verbo, particípio, presente, ativa, dativo, masculino, singular
δὲ	Conjunção superordenativa
ἐπὶ	Preposição, acusativo
τὸν	Artigo definido, acusativo, masculino, singular
δικαιοῦντα	Verbo, particípio, presente, ativa, acusativo, masculino, singular
τὸν	Artigo definido, acusativo, masculino, singular
ἀσεβῆ	Adjetivo, pronominal, acusativo, masculino, singular
λογίζεται	Verbo, indicativo, presente, passiva, 3a pessoa, singular
ἡ	Artigo definido, nominativo, feminino, singular
πίστις	Substantivo, nominativo, feminino, singular
αὐτοῦ	Substantivo, pronome, genitivo, masculino, 3a pessoa, singular

εἰς	Preposição, acusativo
δικαιοσύνην	Substantivo, acusativo, feminino, singular

VERSÍCULO 6

καθάπερ καὶ Δαυὶδ λέγει τὸν μακαρισμὸν τοῦ ἀνθρώπου ᾧ ὁ Θεὸς λογίζεται δικαιοσύνην χωρὶς ἔργων

Texto original	Análise
καθάπερ	Conjunção subordinativa
καὶ	Conjunção coordenativa
Δαυεὶδ	Substantivo, nominativo, masculino, singular
λέγει	Verbo, indicativo, presente, ativa, 3a pessoa, singular
τὸν	Artigo definido, acusativo, masculino, singular
μακαρισμὸν	Substantivo, acusativo, masculino, singular
τοῦ	Artigo definido, genitivo, masculino, singular
ἀνθρώπου	Substantivo, genitivo, masculino, singular
ᾧ	Adjetivo pronominal, relativo, dativo, masculino, singular
ὁ	Artigo definido, masculino singular
Θεὸς	Substantivo, nominativo, masculino, singular
λογίζεται	Verbo, indicativo, presente, média ou passiva depoente, 3a pessoa
δικαιοσύνην	Substantivo, acusativo, feminino, singular
χωρὶς	Preposição, genitivo
ἔργων	Substantivo, genitivo, neutro, plural

VERSÍCULO 7

Μακάριοι ᾧν ἀφέθησαν αἱ ἀνομίαι καὶ ᾧν ἐπεκαλύφθησαν αἱ ἁμαρτίαι·

Texto original	Análise	Tra
Μακάριοι	Adjetivo, nominativo, masculino, plural	ben
ᾧν	Adjetivo, pronominal, relativo, genitivo, masculino, plural	dos
ἀφέθησαν	Verbo, indicativo, aoristo, passiva, 3a pessoa, plural	são
αἱ	Artigo definido, feminino, plural	as
ἀνομίαι	Substantivo, nominativo, feminino, plural	inic
καὶ	Conjunção coordenativa	e
ᾧν	Adjetivo, pronominal, relativo, genitivo, masculino, plural	dos
ἐπεκαλύφθησαν	Verbo, indicativo, aoristo, passiva, 3a pessoa, plural	for
αἱ	Artigo definido, feminino, plural	os
ἁμαρτίαι	Substantivo, nominativo, feminino, plural	pec

VERSÍCULO 8

μακάριος ἀνὴρ οὗ οὐ μὴ λογίσηται Κύριος ἁμαρτίαν.

Texto original	Análise	T
μακάριος	Adjetivo, nominativo, masculino, singular	b
ἀνὴρ	Substantivo, nominativo, masculino, singular	h
οὗ	Adjetivo, pronominal, relativo, genitivo, masculino, singular	c
οὐ	Adjetivo adverbial	c
μὴ	Adjetivo adverbial	
λογίσηται	Verbo, subjuntivo, aoristo, média depoente, 3a pessoa, singular	l
Κύριος	Substantivo, nominativo, masculino, singular	S
ἁμαρτίαν	Substantivo, acusativo, feminino, singular	p

VERSÍCULO 9

ὁ μακαρισμὸς οὖν οὗτος ἐπὶ τὴν περιτομὴν ἢ καὶ ἐπὶ τὴν ἀκροβυστίαν; λέγομεν γάρ Ἐλογίσθη τῷ Ἀβραὰμ ἡ πίστις εἰς δικαιοσύνην.

Texto original	Análise	Tradu
ὁ	Artigo definido, masculino, singular	o
μακαρισμὸς	Substantivo, nominativo, masculino, singular	bem-a
οὖν	Conjunção coordenativa	portan
οὗτος	Adjetivo, demonstrativo, nominativo, masculino, singular	esta
ἐπὶ	Preposição, acusativo	sobre
τὴν	Artigo definido, acusativo, feminino, singular	a
περιτομὴν	Substantivo, acusativo, feminino, singular	circun
ἢ	Conjunção coordenativa	ou
καὶ	Conjunção coordenativa	també
ἐπὶ	Preposição, acusativo	sobre
τὴν	Artigo definido, acusativo, feminino, singular	a
ἀκροβυστίαν	Substantivo, acusativo, feminino, singular	incirc
λέγομεν	Verbo, indicativo, presente, 1a pessoa, plural	dizem
γάρ	Conjunção subordinativa	pois
Ἐλογίσθη	Verbo, indicativo, aoristo, passiva, 3a pessoa, singular	foi lar

τῷ	Artigo definido, dativo, masculino, singular	à
Ἀβραὰμ	Substantivo, nominativo, masculino, singular	Abraã
ἡ	Artigo definido, nominativo, feminino, singular	a
πίστις	Substantivo, nominativo, feminino, singular	fé
εἰς	Preposição, acusativo	para
δικαιοσύνην	Substantivo, acusativo, feminino, singular	justiça

VERSÍCULO 10

πῶς οὖν ἐλογίσθη; ἐν περιτομῇ ὄντι ἢ ἐν ἀκροβυστίᾳ; οὐκ ἐν περιτομῇ ἀλλ’ ἐν ἀκροβυστίᾳ·

Texto original	Análise	Tra
πῶς	Adjetivo adverbial, interrogativa	com
οὖν	Conjunção coordenativa	pois
ἐλογίσθη	Verbo, indicativo, aoristo, passiva, 3a pessoa, singular	foi
ἐν	Preposição, dativo	em
περιτομῇ	Substantivo, dativo, feminino, singular	circ
ὄντι	Verto, particípio, presente, ativa, dativo, masculino, singular	esta
ἢ	Conjunção coordenativa	ou
ἐν	Preposição, dativo	em
ἀκροβυστίᾳ	Substantivo, dativo, feminino, singular	Inci
οὐκ	Adjetivo adverbial	não
ἐν	Preposição, dativo	em
περιτομῇ	Substantivo, dativo, feminino, singular	circ
ἀλλ’	Conjunção superordenativa	mas
ἐν	Preposição, dativo	em
ἀκροβυστίᾳ	Substantivo, dativo, feminino, singular	inci

VERSÍCULO 11

καὶ σημεῖον ἔλαβεν περιτομῆς σφραγῖδα τῆς δικαιοσύνης τῆς πίστεως τῆς ἐν τῇ ἀκροβυστίᾳ, εἰς τὸ εἶναι αὐτὸν πατέρα πάντων τῶν πιστευόντων δι’ ἀκροβυστίας, εἰς τὸ λογισθῆναι καὶ αὐτοῖς τὴν δικαιοσύνην,

Texto original	Análise
καὶ	Conjunção coordenativa
σημεῖον	Substantivo, acusativo, neutro, singular
ἔλαβεν	Verbo, indicativo, aoristo, ativa, 3a pessoa, singular
περιτομῆς	Substantivo, genitivo, feminino, singular
σφραγῖδα	Substantivo, acusativo, feminino, singular
τῆς	Artigo definido, genitivo, feminino, singular
δικαιοσύνης	Substantivo, genitivo, feminino, singular
τῆς	Artigo definido, genitivo, feminino, singular
πίστεως	Substantivo, genitivo, feminino, singular
τῆς	Artigo definido, genitivo, feminino, singular
ἐν	Preposição, dativo
τῇ	Artigo definido, feminino, singular
ἀκροβυστίᾳ	Substantivo, dativo, feminino, singular
εἰς	Preposição, acusativo
τὸ	Artigo definido, acusativo, neutro, singular

εἶναι	Verbo, infinitivo, presente, ativa, acusativo
αὐτὸν	Substantivo, pronome, acusativo, masculino, 3a pessoa, singular
πατέρα	Substantivo, acusativo, masculino, singular
πάντων	Adjetivo pronominal, genitivo, masculino, plural
τῶν	Artigo definido, masculino, plural
πιστευόντων	Verbo, particípio, presente, ativa, genitivo, masculino, plural
δι’	Preposição, genitivo
ἀκροβυστίας,	Substantivo, genitivo, feminino, singular
εἰς	Preposição, acusativo
τὸ	Artigo definido, acusativo, neutro, singular
λογισθῆναι	Verbo, infinitivo, aoristo, passiva, acusativo
καὶ	Adjetivo adverbial
αὐτοῖς	Substantivo, pronome, dativo, masculino, 3a pessoa, plural
τὴν	Artigo definido, acusativo, feminino, singular
δικαιοσύνην	Substantivo, acusativo, feminino, singular

VERSÍCULO 12

καὶ πατέρα περιτομῆς τοῖς οὐκ ἐκ περιτομῆς μόνον ἀλλὰ καὶ τοῖς στοιχοῦσιν τοῖς ἴχνεσιν τῆς ἐν ἀκροβυστίᾳ πίστεως τοῦ πατρὸς ἡμῶν Ἀβραάμ.

Texto original	Análise	Tradu
καὶ	Conjunção coordenativa	e
πατέρα	Substantivo, acusativo, masculino, singular	pai
περιτομῆς	Substantivo, genitivo, feminino, singular	da ci
τοῖς	Artigo definido, dativo, masculino, plural	aos
οὐκ	Adjetivo adverbial	não
ἐκ	Preposição, genitivo	de
περιτομῆς	Substantivo, genitivo, feminino, singular	da ci
μόνον	Adjetivo pronominal, acusativo, neutro, singular	some
ἀλλὰ	Conjunção superordenativa	mas
καὶ	Adjetivo adverbial	tamb
τοῖς	Artigo definido, dativo, masculino, plural	aos
στοιχοῦσιν	Verbo, particípio, presente, ativa, dativo, masculino, plural	que a
τοῖς	Artigo definido, dativo, neutro, plural	nas
ἴχνεσιν	Substantivo, dativo, neutro, plural	pisad
τῆς	Artigo definido, genitivo, feminino, singular	da

ἐν	Preposição, dativo	em
ἀκροβυστίᾳ	Substantivo, dativo, feminino, singular	incirc
πίστεως	Substantivo, genitivo, feminino, singular	fé
τοῦ	Artigo definido, genitivo, masculino singular	do
πατρὸς	Substantivo, genitivo, masculino, singular	pai
ἡμῶν	Substantivo, pronome, genitivo, 1a pessoa, plural	nossc
Ἀβραάμ	Substantivo, genitivo, masculino, singular	Abra

VERSÍCULO 13

Οὐ γὰρ διὰ νόμου ἡ ἐπαγγελία τῷ Ἀβραὰμ ἢ τῷ σπέρματι αὐτοῦ, τὸ κληρονόμον αὐτὸν εἶναι κόσμου, ἀλλὰ διὰ δικαιοσύνης πίστεως.

Texto original	Análise
Οὐ	Adjetivo adverbial
γὰρ	Conjunção subordinativa
διὰ	Preposição, genitivo
νόμου	Substantivo, genitivo, masculino, singular
ἡ	Artigo definido, nominativo, feminino, singular
ἐπαγγελία	Substantivo, nominativo, feminino, singular
τῷ	Artigo definido, dativo, masculino, singular
Ἀβραὰμ	Substantivo, dativo, masculino, singular
ἢ	Conjunção coordenativa
τῷ	Artigo definido, dativo, neutro, singular
σπέρματι	Substantivo, dativo, neutro, singular
αὐτοῦ	Substantivo, pronome, genitivo, masculino, 3a pessoa singular
τὸ	Artigo definido, nominativo, neutro, singular
κληρονόμον	Substantivo, acusativo, masculino, singular
αὐτὸν	Substantivo, pronome, acusativo, masculino, 3a pessoa singular

εἶναι	Verbo, infinitivo, presente, ativa, nominativo
κόσμου	Substantivo, genitivo, masculino, singular
ἀλλὰ	Conjunção, superordenativa
διὰ	Preposição, genitivo
δικαιοσύνης	Substantivo, genitivo, feminino, singular
πίστεως	Substantivo, genitivo, feminino, singular

VERSÍCULO 14

εἰ γὰρ οἱ ἐκ νόμου κληρονόμοι, κεκένωται ἡ πίστις καὶ κατήργηται ἡ ἐπαγγελία·

Texto original	Análise	Tradução
εἰ	Conjunção subordinativa	se
γὰρ	Conjunção subordinativa	pois
οἱ	Artigo definido, nominativo, masculino, plural	os
ἐκ	Preposição, genitivo	de
νόμου	Substantivo, genitivo, masculino, singular	lei
κληρονόμοι	Substantivo, nominativo, masculino, plural	herdeiros
κεκένωται	Verbo, indicativo, perfeito, passiva, 3a pessoa, singular	foi esvaz
ἡ	Artigo definido, nominativo, feminino, singular	a
πίστις	Substantivo, nominativo, feminino, singular	fé
καὶ	Conjunção coordenativa	e
κατήργηται	Verbo, indicativo, perfeito, passiva, 3a pessoa, singular	anulada
ἡ	Artigo definido, nominativo, feminino, singular	a
ἐπαγγελία	Substantivo, nominativo, feminino, singular	promessa

VERSÍCULO 15

ὁ γὰρ νόμος ὀργὴν κατεργάζεται· οὗ δὲ οὐκ ἔστιν νόμος, οὐδὲ παράβασις.

Texto original	Análise
ὁ	Artigo definido, masculino, singular
γὰρ	Conjunção subordinativa
νόμος	Substantivo, nominativo, masculino, singular
ὀργὴν	Substantivo, acusativo, feminino, singular
κατεργάζεται	Verto, indicativo, presente, média ou passiva depoente, 3a pessoa
οὗ	Conjunção subordinativa
δὲ	Conjunção coordenativa
οὐκ	Adjetivo adverbial
ἔστιν	Verbo indicativo, presente, ativa, 3a pessoa, singular
νόμος	Substantivo, nominativo, masculino, singular
οὐδὲ	Adjetivo adverbial
παράβασις	Substantivo, nominativo, feminino, singular

VERSÍCULO 16

Διὰ τοῦτο ἐκ πίστεως, ἵνα κατὰ χάριν, εἰς τὸ εἶναι βεβαίαν τὴν ἐπαγγελίαν παντὶ τῷ σπέρματι, οὐ τῷ ἐκ τοῦ νόμου μόνον ἀλλὰ καὶ τῷ ἐκ πίστεως Ἀβραάμ, ὅς ἐστιν πατὴρ πάντων ἡμῶν,

Texto original	Análise
Διὰ	Preposição, acusativo
τοῦτο	Adjetivo pronominal, demonstrativo, acusativo, neutro, singular
ἐκ	Preposição, genitivo
πίστεως	Substantivo, genitivo, feminino, singular
ἵνα	Conjunção subordinativa
κατὰ	Preposição, acusativo
χάριν	Substantivo, acusativo, feminino, singular
εἰς	Preposição, acusativo
τὸ	Artigo definido, acusativo, neutro, singular
εἶναι	Verbo, infinitivo, presente, ativa, acusativo
βεβαίαν	Adjetivo, acusativo, feminino, singular
τὴν	Artigo definido, acusativo, feminino, singular
ἐπαγγελίαν	Substantivo, acusativo, feminino, singular
παντὶ	Adjetivo, dativo, neutro, singular
τῷ	Artigo definido, dativo, masculino, singular

σπέρματι	Substantivo, dativo, neutro, singular
οὐ	Adjetivo adverbial
τῷ	Artigo definido, dativo, masculino, singular
ἐκ	Preposição, genitivo
τοῦ	Artigo definido, genitivo, masculino, singular
νόμου	Substantivo, genitivo, masculino, singular
μόνον	Adjetivo pronominal, acusativo, neutro, singular
ἀλλὰ	Conjunção, superordenativa
καὶ	Conjunção coordenativa
τῷ	Artigo definido, dativo, masculino, singular
ἐκ	Preposição, genitivo
πίστεως	Substantivo, genitivo, feminino, singular
Ἀβραάμ	Substantivo, nominativo, masculino, singular
ὅς	Adjetivo pronominal, relativo, nominativo, masculino, singular
ἐστιν	Verbo, indicativo, presente, ativa, 3a pessoa, singular
πατὴρ	Substantivo, nominativo, masculino, singular
πάντων	Adjetivo, genitivo, masculino, plural
ἡμῶν	Substantivo, pronome, neutro, plural

VERSÍCULO 17

καθὼς γέγραπται ὅτι Πατέρα πολλῶν ἐθνῶν τέθεικά σε, κατέναντι οὗ ἐπίστευσεν Θεοῦ τοῦ ζω|οποιοῦντος τοὺς νεκροὺς καὶ καλοῦντος τὰ μὴ ὄντα ὡς ὄντα·

Texto original	Análise	T
καθὼς	Conjunção subordinativa	c
γέγραπται	Verbo, indicativo, perfeito, passiva, 3a pessoa, singular	e
ὅτι	Conjunção coordenativa	p
Πατέρα	Substantivo, acusativo, masculino, singular	p
πολλῶν	Adjetivo, genitivo, neutro, plural	d
ἐθνῶν	Substantivo, genitivo, neutro, plural	n
τέθεικά	Verbo, indicativo, perfeito, ativa, 1a pessoa, singular	c
σε	Substantivo, pronome, acusativo, 2a pessoa, singular	a
κατέναντι	Preposição, genitivo	p
οὗ	Adjetivo pronominal, relativo, genitivo, masculino, singular	o
ἐπίστευσεν	Verbo, indicativo, aoristo, ativa, 3a pessoa, singular	c
Θεοῦ	Substantivo, genitivo, masculino, singular	I
τοῦ	Artigo definido, masculino, singular	o
ζωοποιοῦντος	Verbo, particípio, presente, ativa, genitivo, masculino, singular	q
τοὺς	Artigo definido, masculino, plural	o

νεκροὺς	Adjetivo pronominal, acusativo, masculino, plural	n
καὶ	Conjunção coordenativa	e
καλοῦντος	Verbo, particípio, presente, ativa, genitivo, masculino, singular	q
τὰ	Artigo definido, acusativo, neutro, plural	a
μὴ	Adjetivo adverbial	n
ὄντα	Verbo, particípio, presente, ativa, acusativo, neutro, plural	s
ὡς	Conjunção subordinativa	c
ὄντα	Verbo, particípio, presente, ativa, acusativo, neutro, plural	s

VERSÍCULO 18

ὃς παρ’ ἐλπίδα ἐπ’ ἐλπίδι ἐπίστευσεν εἰς τὸ γενέσθαι αὐτὸν πατέρα πολλῶν ἐθνῶν κατὰ τὸ εἰρημένον. Οὕτως ἔσται τὸ σπέρμα σου,

Texto original	Análise
ὃς	Adjetivo pronominal, relativo, nominativo, masculino, singular
παρ’	Conjunção subordinativa
ἐλπίδα	Substantivo, acusativo, feminino, singular
ἐπ’	Preposição, dativo
ἐλπίδι	Substantivo, dativo, feminino, singular
ἐπίστευσεν	Verbo, indicativo, aoristo, ativa, 3a pessoa, singular
εἰς	Preposição, acusativo
τὸ	Artigo definido, acusativo, neutro, singular
γενέσθαι	Verbo, infinitivo, aoristo, média depoente, acusativo
αὐτὸν	Substantivo, pronome, acusativo, masculino,3a pessoa, singular
πατέρα	Substantivo, acusativo, masculino, singular
πολλῶν	Adjetivo, genitivo, neutro, plural
ἐθνῶν	Substantivo, genitivo, neutro, plural
κατὰ	Preposição, acusativo
τὸ	Artigo definido, acusativo, neutro, singular

εἰρημένον	Verbo, particípio, perfeito, passiva, acusativo, neutro, singular
Οὕτως	Adjetivo adverbial
ἔσται	Verbo, indicativo, futuro, média depoente, 3a pessoa, singular
τὸ	Artigo definido, nominativo, neutro, singular
σπέρμα	Substantivo, nominativo, neutro, singular
σου	Substantivo, pronome, genitivo, 1a pessoa, singular

VERSÍCULO 19

καὶ μὴ ἀσθενήσας τῇ πίστει κατενόησεν τὸ ἑαυτοῦ σῶμα νενεκρωμένον,
ἑκατονταετής που ὑπάρχων, καὶ τὴν νέκρωσιν τῆς μήτρας Σάρρας·

Texto original	Análise
καὶ	Conjunção coordenativa
μὴ	Adjetivo adverbial
ἀσθενήσας	Verbo, particípio, aoristo, ativa, nominativo, masculino, singular
τῇ	Artigo definido, dativo, feminino, singular
πίστει	Substantivo, dativo, feminino, singular
κατενόησεν	Verbo, indicativo, aoristo, ativa, 3a pessoa, singular
τὸ	Artigo definido, acusativo, neutro, singular
ἑαυτοῦ	Substantivo, pronome, genitivo, masculino, 3a pessoa, singular
σῶμα	Substantivo, acusativo, neutro, singular
[ἤδη]	Adjetivo adverbial
νενεκρωμένον	Verbo, particípio, perfeito, passiva, acusativo, neutro, singular
ἑκατονταετής	Adjetivo, nominativo, masculino, singular
που	Adjetivo adverbial indefinido
ὑπάρχων	Verbo, particípio, presente, ativa, nominativo, masculino, singula
καὶ	Conjunção coordenativa

τὴν	Artigo definido, acusativo, feminino, singular
νέκρωσιν	Substantivo, acusativo, feminino, singular
τῆς	Artigo definido, genitivo, feminino, singular
μήτρας	Substantivo, genitivo, feminino, singular
Σάρρας	Substantivo, genitivo, feminino, singular

VERSÍCULO 20

εἰς δὲ τὴν ἐπαγγελίαν τοῦ Θεοῦ οὐ διεκρίθη τῇ ἀπιστίᾳ, ἀλλ ν ἐνεδυναμώθη τῇ πίστει, δοὺς δόξαν τῷ Θεῷ.

Texto original	Análise
εἰς	Preposição, acusativo
δὲ	Conjunção coordenativa
τὴν	Artigo definido, acusativo, feminino, singular
ἐπαγγελίαν	Substantivo, acusativo, feminino, singular
τοῦ	Artigo definido, genitivo, masculino, singular
Θεοῦ	Substantivo, genitivo, masculino, singular
οὐ	Adjetivo adverbial
διεκρίθη	Verbo, indicativo, aoristo, passiva, 3a pessoa, singular
τῇ	Artigo definido, dativo, feminino, singular
ἀπιστίᾳ	Substantivo, dativo, feminino, singular
ἀλλὰ	Conjunção superordenativa
ἐνεδυναμώθη	Verbo, indicativo, aoristo, passiva, 3a pessoa, singular
τῇ	Artigo definido, dativo, feminino, singular
πίστει	Substantivo, dativo, feminino, singular
δοὺς	Verbo, particípio, aoristo, ativa, nominativo, masculino, singular

δόξαν	Substantivo, acusativo, feminino, singular
τῷ	Artigo definido, dativo, masculino, singular
Θεῷ	Substantivo, dativo, masculino, singular

VERSÍCULO 21

καὶ πληροφορηθεὶς ὅτι ὃ ἐπήγγελται δυνατός ἐστιν καὶ ποιῆσαι.

Texto original	Análise
καὶ	Conjunção coordenativa
πληροφορηθεὶς	Verbo, particípio, aoristo, passiva, nominativo, masculino, singu
ὅτι	Conjunção coordenativa
ὃ	Adjetivo pronominal, relativo, acusativo, neutro
ἐπήγγελται	Verbo, indicativo, perfeito, média ou passiva depoente, 3a pessc
δυνατός	Adjetivo, nominativo, masculino, singular
ἐστιν	Verbo, indicativo, presente, ativa, 3a pessoa, singular
καὶ	Conjunção coordenativa
ποιῆσαι	Verbo, infinitivo, aoristo, ativa

VERSÍCULO 22

διὸ καὶ ἐλογίσθη αὐτῷ εἰς δικαιοσύνην.

Texto original	Análise	Tr
διὸ	Conjunção superordenativa	po
καὶ	Adjetivo adverbial	tar
ἐλογίσθη	Verbo indicativo, aoristo, passiva, 3a pessoa, singular	foi
αὐτῷ	Substantivo, pronome, dativo, masculino, 3a pessoa, singular	a e
εἰς	Preposição, acusativo	pa
δικαιοσύνην	Substantivo, acusativo, feminino, singular	jus

VERSÍCULO 23

Οὐκ ἐγράφη δὲ δι’ αὐτὸν μόνον ὅτι ἐλογίσθη αὐτῷ,

Texto original	Análise
Οὐκ	Adjetivo adverbial
ἐγράφη	Verbo, indicativo, aoristo, passiva, 3a pessoa, singular
δὲ	Conjunção coordenativa
δι’	Preposição, acusativo
αὐτὸν	Substantivo, pronome, acusativo, masculino, 3a pessoa, singular
μόνον	Adjetivo, acusativo, masculino, singular
ὅτι	Conjunção coordenativa
ἐλογίσθη	Verbo, indicativo, aoristo, passiva, 3a pessoa, singular
αὐτῷ	Substantivo, pronome, dativo, masculino, 3a pessoa, singular

VERSÍCULO 24

ἀλλὰ καὶ δι’ ἡμᾶς, οἷς μέλλειλογίζεσθαι, τοῖς πιστεύουσιν ἐπὶ τὸν ἐγείραντα
᾽Ιησοῦν τὸν Κύριον ἡμῶν ἐκ νεκρῶν,

Texto original	Análise
ἀλλὰ	Conjunção superordenativa
καὶ	Conjunção coordenativa
δι’	Preposição, acusativo
ἡμᾶς	Substantivo, pronome, acusativo, 1a pessoa, singular
οἷς	Adjetivo pronominal, relativo, dativo, masculino, 1a pessoa, plur
μέλλει	Verbo, indicativo, presente, ativa, 3a pessoa, singular
λογίζεσθαι	Verbo, infinitivo, presente, passiva
τοῖς	Artigo definido, dativo, masculino, plural
πιστεύουσιν	Verbo, particípio, presente, ativa, dativo, masculino, 1a pessoa, p
ἐπὶ	Preposição, acusativo
τὸν	Artigo definido, acusativo, masculino, singular
ἐγείραντα	Verbo, particípio, aoristo, ativa, acusativo, masculino, singular
᾽Ιησοῦν	Substantivo, acusativo, masculino, singular
τὸν	Artigo definido, acusativo, masculino, singular
Κύριον	Substantivo, acusativo, masculino, singular

ἡμῶν	Substantivo, pronome, genitivo, 1a pessoa, plural
ἐκ	Preposição, genitivo
νεκρῶν	Adjetivo pronominal, genitivo, masculino, plural

VERSÍCULO 25

ὃς παρεδόθη διὰ τὰ παραπτώματα ἡμῶν καὶ ἠγέρθη διὰ τὴν δικαίωσιν ἡμῶν.

Texto original	Análise	T
ὃς	Adjetivo pronominal, relativo, nominativo, masculino, singular	c
παρεδόθη	Verbo, indicativo, aoristo, passiva, 3a pessoa, singular	f
διὰ	Preposição, acusativo	p
τὰ	Artigo definido, acusativo, neutro, plural	a
παραπτώματα	Substantivo, acusativo, neutro, plural	t
ἡμῶν	Substantivo, pronome, genitivo, 1a pessoa, plural	n
καὶ	Conjunção coordenativa	c
ἠγέρθη	Verbo, indicativo, aoristo, passiva, 3a pessoa, singular	f
διὰ	Preposição, acusativo	p
τὴν	Artigo definido, acusativo, feminino, singular	a
δικαίωσιν	Substantivo, acusativo, feminino, singular	j
ἡμῶν	Substantivo, pronome, genitivo, 1a pessoa, plural	n

5.3 Análise Sintática

Segundo Pohl (1999, p. 88), a preposição com acusativo “por causa” tradução da palavra grega “διὰ.” tem duas possíveis explicações:

1. Poderia ter ambas, às vezes, um sentido causal (justificativo) — Jesus morreu “por causa” de nossos pecados e restabeleceu a nossa justiça. Em consequência, “por causa” de nossa justiça, Deus aceita o sacrifício de Jesus e o desperta da morte.

2. Poderia especificar um sentido final (indicação de finalidade) — Nesse caso mantém-se na parte inicial o sentido causal do exemplo anterior, porém a segunda ação como finalidade, ou seja, Cristo foi ressuscitado “com a intenção” da nossa justificação para estabelecer e preservar nossa justiça. “Vista assim, a ação de Deus na Páscoa não foi somente uma confirmação retrospectiva da expiação perfeita, Deus não se limitou a uma limpeza do passado, não apenas restabeleceu o ponto zero, mas aponta, a partir da Páscoa, para um ‘algo mais’” (Rm 5.9,10; 8.34).

Pohl (1999, p. 88) recomenda aproveitar o melhor de ambas às interpretações. Argumenta que “em última análise, a Sexta-Feira da Paixão e a Páscoa estão tão estreitamente entrelaçadas que qualquer contraposição conceitual deve acontecer com reservas”.

5.4 Tradução do Texto e Comparação de Versões

Nesta seção serão apresentadas as traduções que são elaboradas pelo autor deste livro: a) Ultraliteral: tradução palavra a palavra sem nenhuma alteração; b) Literal: tradução com pequenas alterações para ajustar o texto, mas sem prejuízo ao entendimento do original; c) Dinâmica ou Tradução Pessoal: observando as duas anteriores e comparando com as versões de traduções já existentes, selecionadas para elaboração desta exegese. No comentário, é justificado o motivo da escolha de determinadas palavras na tradução idiomática.

5.5 Romanos 4

-

VERSÍCULO 1

-

Τί οὖν ἐροῦμεν εὑρηκέναι Ἀβραὰμ τὸν προπάτορα ἡμῶν κατὰ σάρκα;

Tradução Ultraliteral	Que, pois, diremos ter e
Tradução Literal	Que diremos ter encontr
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Que diremos, pois, ter a
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Que, pois, diremos ter a
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Então o que é que poder
Nova Versão Internacional – NVI	Portanto, que diremos q
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Que diremos, pois, de A
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Que diremos, pois, de A
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Então o que é que poder

COMENTÁRIO: O termo “pai” foi escolhido em vez de “antepassado” por ser uma expressão bem popular e, portanto, compreensível para o público em geral e contemporânea como “pai ancestral”.

VERSÍCULO 2

εἰ γὰρ Ἀβραὰμ ἐξ ἔργων ἐδικαιώθη, ἔχει καύχημα· ἀλλ’ οὐ πρὸς Θεόν,

Tradução Ultraliteral	Se, pois Abraão de obra
Tradução Literal	Se Abraão foi justificad
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Porque, se Abraão foi ju
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Porque, se Abraão foi ju
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Se foi por causa das cois
Nova Versão Internacional – NVI	Se de fato Abraão foi ju
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Se Abraão foi justificad
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Ora, se Abraão foi justif
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Se ele foi justificado pel

COMENTÁRIO: O versículo não apresenta alteração significativa ou termo traduzido que mereça uma ênfase.

VERSÍCULO 3

τί γὰρ ἡ γραφὴ λέγει; Ἐπίστευσεν δὲ Ἀβραὰμ τῷ Θεῷ, καὶ ἐλογίσθη αὐτῷ εἰς δικαιοσύνην.

Tradução Ultraliteral	Que, pois, a escritura diz
Tradução Literal	Pois a escritura diz: “Ab
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Pois que diz a Escritura?
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Pois que diz a Escritura?
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Pois o que é que as Escr
Nova Versão Internacional – NVI	Que diz a Escritura? “Al
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Com efeito, que diz a Es
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Que diz, com efeito, a E
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Pois a escritura diz: “Ab

COMENTÁRIO: O versículo não apresenta alteração significativa ou termo traduzido que mereça uma ênfase.

VERSÍCULO 4

τῷ δὲ ἐργαζομένῳ ὁ μισθὸς οὐ λογίζεται κατὰ χάριν ἀλλὰ κατὰ ὀφείλημα·

Tradução Ultraliteral	Ao, mas que trabalha o s
Tradução Literal	O que trabalha recebe o
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Ora, aquele que faz qual
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Ora, ao que trabalha o sa
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	O salário que o trabalha
Nova Versão Internacional – NVI	Ora, o salário do homem
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Ora, para aquele que rea
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Ora, a quem faz um trab
Tradução Dinâmica ou Idiomática	O salário que o trabalha

COMENTÁRIO: A Bíblia de Jerusalém utiliza o termo gratificação, enquanto que as demais, graça, favor, presente. O que pode dar um sentido contraditório, pois gratificação pode indicar que alguém está sendo compensado por algo que não está previsto ou visto.

VERSÍCULO 5

τῷ δὲ μὴ ἐργαζομένῳ, πιστεύοντι δὲ ἐπὶ τὸν δικαιοῦντα τὸν ἀσεβῆ, λογίζεται ἡ πίστις αὐτοῦ εἰς δικαιοσύνην,

Tradução Ultraliteral	Ao, mas não trabalhand
Tradução Literal	Porém, o que não traball
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Mas, àquele que não pra
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Mas, ao que não trabalh
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Porém a pessoa que não
Nova Versão Internacional – NVI	Todavia, ao homem que
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Ao contrário, para aquel
A Bíblia de Jerusalém – BJ	A quem, ao invés, não tr
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Porém, a pessoa que não

COMENTÁRIO: O termo “[...] o Deus que trata o culpado como se ele fosse inocente” utilizado pela versão NTLH traz um conceito interessante e enfatiza bem a figura do ímpio. Porém, foi optado por incluir o termo específico da “graça” de Deus na tradução dinâmica.

VERSÍCULO 6

καθάπερ καὶ Δαυὶδ λέγει τὸν μακαρισμὸν τοῦ ἀνθρώπου ᾧ ὁ Θεὸς λογίζεται δικαιοσύνην χωρὶς ἔργων

Tradução Ultraliteral	Como também Davi diz
Tradução Literal	Davi também fala da be
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Assim também Davi dec
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	E é assim também que I
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	E isso foi o que Davi qu
Nova Versão Internacional – NVI	Davi diz a mesma coisa,
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	É assim que David celeb
A Bíblia de Jerusalém – BJ	como, aliás, também Da
Tradução Dinâmica ou Idiomática	E isso foi o que Davi qu

COMENTÁRIO: O versículo não apresenta alteração significativa.

VERSÍCULO 7

Μακάριοι ὧν ἀφέθησαν αἱ ἀνομίαι καὶ ὧν ἐπεκαλύφθησαν αἱ ἁμαρτίαι·

Tradução Ultraliteral	Bem-aventurados dos qu
Tradução Literal	Bem-aventurados aquele
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida - ARC	Bem-aventurados aquele
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Bem-aventurados aquele
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Davi disse: “Feliz aquel
Nova Versão Internacional – NVI	Como são felizes aquele
Tradução Ecumênica Brasileira - TEB	Felizes aqueles cujas ofe
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Bem-aventurados aquele
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Feliz aquele cujas falhas

COMENTÁRIO: Na tradução Literal e Idiomática, o termo “falhas” foi escolhido em vez de “iniquidades” da tradução Ultraliteral e outros termos utilizados pelas demais traduções como: transgressões, ofensas e maldades. Essa decisão tem por base o fato de o termo ser mais conhecido e por entendermos que nem sempre as falhas são por maldades e “ofensas” diretas a Deus.

VERSÍCULO 8

μακάριος ἀνὴρ οὗ οὐ μὴ λογίσηται Κύριος ἁμαρτίαν.

Tradução Ultraliteral	Bem-aventurado homem
Tradução Literal	Bem-aventurado é o hor
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Bem-aventurado o home
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Bem-aventurado o home
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Feliz aquele que o Senh
Nova Versão Internacional – NVI	Como é feliz aquele a qu
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Feliz o homem cujo pec
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Bem-aventurado o home
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Feliz é aquele que o Sen

COMENTÁRIO: A ARA está mais próxima do original, pois somente ela menciona o termo “jamais” na parte final do versículo.

VERSÍCULO 9

ὁ μακαρισμὸς οὖν οὗτος ἐπὶ τὴν περιτομὴν ἢ καὶ ἐπὶ τὴν ἀκροβυστίαν; λέγομεν γάρ Ἐλογίσθη τῷ Ἀβραὰμ ἡ πίστις εἰς δικαιοσύνην.

Tradução Ultraliteral	A bem-aventurança, por
Tradução Literal	Portanto, a bem-aventur
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Vem, pois, esta bem-ave
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Vem, pois, esta bem-ave
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Será que essa felicidade
Nova Versão Internacional –NVI	Destina-se esta bem-ave
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Porventura essa declarac
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Ora, esta bem-aventuran
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Será que essa felicidade

COMENTÁRIO: A versão NTLH já responde imediatamente à pergunta do início do versículo, sendo enfática na resposta diferente das demais traduções. Por ter achado interessante e útil, também incluí na minha tradução idiomática.

VERSÍCULO 10

πῶς οὖν ἐλογίσθη; ἐν περιτομῇ ὄντι ἢ ἐν ἀκροβυστίᾳ; οὐκ ἐν περιτομῇ ἀλλ’ ἐν ἀκροβυστίᾳ·

Tradução Ultraliteral	Como, pois foi lançada
Tradução Literal	Como, pois foi creditad
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Como lhe foi, pois, imp
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Como, pois, lhe foi atrib
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Quando foi que isso aco
Nova Versão Internacional – NVI	Sob quais circunstâncias
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Mas em que condições
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Mas como lhe foi levad
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Quando isso aconteceu?

COMENTÁRIO: O versículo não apresenta alteração significativa.

VERSÍCULO 11

καὶ σημεῖον ἔλαβεν περιτομῆς σφραγῖδα τῆς δικαιοσύνης τῆς πίστεως τῆς ἐν τῇ ἀκροβυστίᾳ, εἰς τὸ εἶναι αὐτὸν πατέρα πάντων τῶν πιστευόντων δι’ ἀκροβυστίας, εἰς τὸ λογισθῆναι καὶ αὐτοῖς τὴν δικαιοσύνην,

Tradução Ultraliteral	E sinal recebeu da circu
Tradução Literal	E recebeu a circuncisão
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	E recebeu o sinal da circ
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	E recebeu o sinal da circ
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Ele foi circuncidado ma
Nova Versão Internacional – NVI	Assim ele recebeu a circ
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Depois, o sinal da circu
A Bíblia de Jerusalém – BJ	E recebeu o sinal da circ
Tradução Dinâmica ou Idiomática	E a sua circuncisão foi u

COMENTÁRIO: A versão NTLH poderia ser mais sucinta em sua tradução e a TEB poderia usar um termo mais usual, em vez de “sinete”, como as demais que utilizaram sinal ou selo.

VERSÍCULO 12

καὶ πατέρα περιτομῆς τοῖς οὐκ ἐκ περιτομῆς μόνον ἀλλὰ καὶ τοῖς στοιχοῦσιν τοῖς ἴχνεσιν τῆς ἐν ἀκροβυστίᾳ πίστεως τοῦ πατρὸς ἡμῶν Ἀβραάμ.

Tradução Ultraliteral	E pai da circuncisão aos
Tradução Literal	E pai dos que não foram
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	E fosse pai da circuncisã
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	E pai da circuncisão, ist
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Ele é também o pai dos
Nova Versão Internacional – NVI	e é igualmente o pai dos
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	E pai dos circuncisos, d
A Bíblia de Jerusalém – BJ	e pai dos circuncisos, qu
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Ele é também o pai dos

COMENTÁRIO: A versão da ARC traduz por “e fosse pai”, nesse caso o verbo está aplicado de forma inadequada, antes do sujeito, desnecessário, uma vez que no versículo anterior já foi utilizado.

VERSÍCULO 13

Οὐ γὰρ διὰ νόμου ἡ ἐπαγγελία τῷ Ἀβραὰμ ἢ τῷ σπέρματι αὐτοῦ, τὸ κληρονόμον αὐτὸν εἶναι κόσμου, ἀλλὰ διὰ δικαιοσύνης πίστεως.

Tradução Ultraliteral	Não, pois mediante lei a
Tradução Literal	Pois não foi por meio da
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Porque a promessa de qu
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Não foi por intermédio d
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Deus prometeu a Abraão
Nova Versão Internacional – NVI	Não foi mediante a lei q
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Com efeito, não foi em v
A Bíblia de Jerusalém – BJ	De fato, não foi através
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Deus prometeu a Abraão

COMENTÁRIO: Na tradução Idiomática, optou-se por traduzir que Abraão herdaria o mundo por meio de sua posteridade, pois a promessa não era para seus dias, mas para seus descendentes.

VERSÍCULO 14

εἰ γὰρ οἱ ἐκ νόμου κληρονόμοι, κεκένωται ἡ πίστις καὶ κατήργηται ἡ ἐπαγγελία·

Tradução Ultraliteral	Se, pois os de lei herdei
Tradução Literal	Pois, se fosse somente p
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Pois, se os que são da le
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Pois, se os da lei é que s
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Pois, se aqueles que obe
Nova Versão Internacional – NVI	Pois se os que vivem pe
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Se os herdeiros o são em
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Porque, se os herdeiros
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Pois, se aqueles que obe

COMENTÁRIO: Não foi citado na tradução Literal e nem na Idiomática o termo “herdeiro” por já ter sido mencionado na tradução do versículo anterior, não sendo, portanto, necessário a sua repetição sem prejuízo ao texto.

VERSÍCULO 15

ὁ γὰρ νόμος ὀργὴν κατεργάζεται· οὗ δὲ οὐκ ἔστιν νόμος, οὐδὲ παράβασις.

Tradução Ultraliteral	A, pois lei ira produz on
Tradução Literal	Pois a lei produz ira. On
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Porque a lei opera a ira;
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Porque a lei suscita ira;
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Pois a lei traz o castigo
Nova Versão Internacional – NVI	Porque a Lei produz a ir
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Pois a lei produz a cóler
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Mas o que a Lei produz
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Pois a lei traz castigo de

COMENTÁRIO: Na tradução Idiomática foi incluída a origem da ira em “Deus”, diferente do original e também das demais traduções, com exceção da versão NTLH. A intenção é especificar para evitar a generalização.

VERSÍCULO 16

Διὰ τοῦτο ἐκ πίστεως, ἵνα κατὰ χάριν, εἰς τὸ εἶναι βεβαίαν τὴν ἐπαγγελίαν παντὶ τῷ σπέρματι, οὐ τῷ ἐκ τοῦ νόμου μόνον ἀλλὰ καὶ τῷ ἐκ πίστεως Ἀβραάμ, ὅς ἐστιν πατὴρ πάντων ἡμῶν,

Tradução Ultraliteral	Por isso de fé para que p
Tradução Literal	Por isso que provém da
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Portanto, é pela fé, para
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Essa é a razão por que p
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Portanto, a promessa de
Nova Versão Internacional – NVI	Portanto, a promessa ve
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Assim sendo, é pela fé q
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Por conseguinte, a heran
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Portanto, a promessa de

COMENTÁRIO: Foi incluído na tradução Idiomática após “descendência” e “pai de todos nós” o termo “espiritual” para dar ênfase de que não se trata de uma descendência física, embora esteja subentendido no contexto.

VERSÍCULO 17

καθὼς γέγραπται ὅτι Πατέρα πολλῶν ἐθνῶν τέθεικά σε, κατέναντι οὗ ἐπίστευσεν Θεοῦ τοῦ ζωοποιοῦντος τοὺς νεκροὺς καὶ καλοῦντος τὰ μὴ ὄντα ὡς ὄντα·

Tradução Ultraliteral	Como está escrito por pa
Tradução Literal	Como está escrito: “Por
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	(Como está escrito: Por
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Como está escrito: Por p
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Como dizem as Escritur
Nova Versão Internacional – NVI	Como está escrito: “Eu c
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Com efeito, está escrito:
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Conforme está escrito: E
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Como está escrito: “Eu f

COMENTÁRIO: O versículo não apresenta alteração significativa.

VERSÍCULO 18

ὃς παρ’ ἐλπίδα ἐπ’ ἐλπίδι ἐπίστευσεν εἰς τὸ γενέσθαι αὐτὸν πατέρα πολλῶν ἐθνῶν κατὰ τὸ εἰρημένον\ Οὕτως ἔσται τὸ σπέρμα σου·

Tradução Ultraliteral	O qual contra a esperanç
Tradução Literal	O qual, esperando contra
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	O qual, em esperança, cr
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Abraão, esperando contr
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Abraão teve fé e esperar
Nova Versão Internacional – NVI	Abraão, contra toda espe
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Esperando contra toda e
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Ele, esperando contra to
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Abraão acreditou e teve

COMENTÁRIO: O versículo não apresenta alteração significativa.

VERSÍCULO 19

καὶ μὴ ἀσθενήσας τῇ πίστει κατενόησεν τὸ ἑαυτοῦ σῶμα νενεκρωμένον,
ἑκατονταετής που ὑπάρχων, καὶ τὴν νέκρωσιν τῆς μήτρας Σάρρας·

Tradução Ultraliteral	E não enfraquecido na f
Tradução Literal	E, sem enfraquecer na fe
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	E não enfraqueceu na fé
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	E, sem enfraquecer na fe
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Abraão tinha quase cem
Nova Versão Internacional –NVI	Sem enfraquecer na fé, r
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Ele não fraquejou na fé,
A Bíblia de Jerusalém – BJ	E foi sem vacilar na fé q
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Mesmo quando ele pens

COMENTÁRIO: A versão ARC usa a expressão “nem atentou” diferente das demais variantes, o que pode indicar que Abraão creu sem se lembrar de sua idade avançada e sem perceber as suas limitações. As versões TEB e BJ usam termos como: “centenário”, “seio materno” e “seio [...] morto”; estes não constam no texto original, mas não alteram o significado do texto. Todavia, as palavras utilizadas poderiam ter sido mais usuais e compreensíveis.

VERSÍCULO 20

εἰς δὲ τὴν ἐπαγγελίαν τοῦ Θεοῦ οὐ διεκρίθη τῇ ἀπιστίᾳ, ἀλλ ν ἐνεδυναμώθη τῇ πίστει, δοὺς δόξαν τῷ Θεῷ.

Tradução Ultraliteral	Para, mas a promessa de
Tradução Literal	Não duvidou, por incred
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	E não duvidou da prome
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Não duvidou, por incred
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Abraão não perdeu a fé,
Nova Versão Internacional – NVI	Mesmo assim não duvid
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Diante da promessa divi
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Ante a promessa de Deu
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Não duvidou da promes

COMENTÁRIO: O termo “novas forças” foi utilizado para “fortalecido” na tradução Idiomática a fim de dar o sentido de um novo ânimo diante da promessa mesmo que humanamente parecesse impossível.

VERSÍCULO 21

καὶ πληροφορηθεὶς ὅτι ὃ ἐπήγγελται δυνατός ἐστιν καὶ ποιῆσαι

Tradução Ultraliteral	E convencido que o que
Tradução Literal	Estando totalmente conv
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	E estando certíssimo de
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Estando plenamente con
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Porque tinha toda a certe
Nova Versão Internacional – NVI	Estando plenamente con
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Plenamente convencido
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Convencido de que podi
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Porque tinha certeza abs

COMENTÁRIO: A versão BJ é a única que não dá ênfase ao verbo “πληροφορηθεὶς” que está no aoristo, particípio e voz passiva. As demais traduções acrescentam palavras como: plenamente, toda, totalmente. Diante das circunstâncias, optou-se pela escolha da maioria na tradução Literal e Iidiomática, entendendo que o próprio Deus proporcionou tanta certeza para Abraão que ele não tinha nenhuma dúvida sobre o cumprimento da palavra divina.

VERSÍCULO 22

διὸ καὶ ἐλογίσθη αὐτῷ εἰς δικαιοσύνην.

Tradução Ultraliteral	Por isso também foi lan
Tradução Literal	Pelo que isso lhe foi cre
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Pelo que isso lhe foi tam
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Pelo que isso lhe foi imp
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Por isso Abraão, por me
Nova Versão Internacional – NVI	Em consequência, “isso
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Eis por que isto lhe foi l
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Eis por que isto lhe foi l
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Por isso sua fé foi credit

COMENTÁRIO: O versículo não apresenta alteração significativa.

VERSÍCULO 23

Οὐκ ἐγράφη δὲ δι’ αὐτὸν μόνον ὅτι ἐλογίσθη αὐτῷ

Tradução Ultraliteral	Não foi escrito e por cau
Tradução Literal	Não foi escrito que isso
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Ora, não só por causa de
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	E não somente por causa
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	As palavras “foi aceito”
Nova Versão Internacional – NVI	As palavras “lhe foi cred
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Ora, não é para ele só qu
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Não foi escrito só para e
Tradução Dinâmica ou Idiomática	E não somente por causa

COMENTÁRIO: O versículo não apresenta alteração significativa.

VERSÍCULO 24

ἀλλὰ καὶ δι’ ἡμᾶς, οἷς μέλλει λογίζεσθαι, τοῖς πιστεύουσιν ἐπὶ τὸν ἐγείραντα
Ἰησοῦν τὸν Κύριον ἡμῶν ἐκ νεκρῶν

Tradução Ultraliteral	Mas também por causa d
Tradução Literal	Mas também por nossa d
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	Mas também por nós, a
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	Mas também por nossa d
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Falam também de nós, q
Nova Versão Internacional – NVI	Mas também para nós, a
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Mas para nós também, n
A Bíblia de Jerusalém – BJ	Mas também para nós. P
Tradução Dinâmica ou Idiomática	Mas também por nossa d

COMENTÁRIO: O versículo não apresenta alteração significativa.

VERSÍCULO 25

ὃς παρεδόθη διὰ τὰ παραπτώματα ἡμῶν καὶ ἠγέρθη διὰ τὴν δικαίωσιν ἡμῶν.

Tradução Ultraliteral	O qual foi entregue por
Tradução Literal	O qual foi entregue por
João Ferreira de Almeida, Revista e Corrigida – ARC	O qual por nossos pecad
João Ferreira de Almeida, Revista e Atualizada – ARA	O qual foi entregue por
Nova Tradução da Linguagem de Hoje – NTLH	Jesus foi entregue para r
Nova Versão Internacional – NVI	Ele foi entregue à morte
Tradução Ecumênica Brasileira – TEB	Entregue por nossas falt
A Bíblia de Jerusalém – BJ	O qual foi entregue pela
Tradução Dinâmica ou Idiomática	O qual foi entregue por

COMENTÁRIO: Foi incluído na tradução Idiomática o termo “diante de Deus” para dar ênfase à “prestação de contas” de Jesus diante do Senhor e para que fosse creditado na conta dos que creem.

5.6 Análise Histórica e Geográfica

Segundo Wegner (1998, p. 318), “os intérpretes devem procurar conhecer o melhor possível o autor, a natureza e o propósito da carta, bem como as características dos destinatários”. Além disso, ter um conhecimento panorâmico do livro em análise contribuirá para a interpretação do texto específico. Por isso, nesta seção será realizada a análise histórica, geográfica e também as questões introdutórias da Epístola aos Romanos.

5.6.1 A autoria, data e propósito

A autoria paulina da Epístola aos Romanos não é colocada em dúvida, com exceção dos dois últimos capítulos que a crítica literária questiona a transmissão manuscrita a seu respeito. Paulo escreve a epístola durante os três meses que esteve em Corinto, hospedado na casa de Gaio (Rm 16.23; 1 Co 1.14,15), e em sua terceira viagem missionária (At 20.2). Portanto, a Epístola aos Romanos foi escrita aproximadamente no final do ano de 56 e início de 57 d.C. Entretanto, desta vez, o apóstolo não escreveu com suas próprias mãos, mas ditou a carta para o copista Tércio, provavelmente conhecido dos irmãos da igreja de Roma, pois ele aproveita para enviar-lhes saudações (Rm 16.22). Aproximadamente, já haviam se passado vinte anos da conversão de Paulo. Tempo suficiente para o amadurecimento de sua fé por meio da experiência ministerial, bem como para um embasamento teológico solidificado, principalmente, para combater os judaizantes que tanto o incomodaram durante seu ministério.

Aparentemente, Paulo não tinha um único propósito ao escrever a epístola. Pelo menos quatro podem ser identificados:

1. Apologético – argumentação sobre a justificação pela fé não parece ser

simplesmente informativo, mas uma oposição aos judeus cristãos que ensinavam a necessidade das práticas do judaísmo para a justificação.

2. Missionário – evidente sentimento paulino de que o trabalho missionário na Ásia e na Grécia já estava completo (Rm 15.19,20) e tencionava levar o evangelho até a Europa.

3. Doutrinário – exposição de forma didática e compreensiva das verdades centrais do evangelho, provável deficiência devido à ausência de um líder apostólico.

4. Didático – principalmente na seção de prática geral, sobre a moral e a conduta cristã (Rm 12–15), que tem por alvo ensinar, informar e iluminar, e não meramente resolver determinados problemas.

Dentre esses objetivos, o apologético se destaca, pois a busca de resolução das tensões entre os cristãos judaizantes e os cristãos de origem gentílica é priorizada pelo apóstolo.

5.6.2 Os destinatários da epístola

A epístola de Paulo tinha um endereço certo: a comunidade cristã em Roma. Ele inicia com uma apresentação semelhante às demais cartas que escreveu, entretanto, como o apóstolo não conhecia a comunidade cristã em Roma, ele acentua suas credenciais de servo, apóstolo e escolhido de Deus (Rm 1.1-7), se igualando aos profetas do Antigo Testamento (Am 3.7; Jr 1.5; 25.4). Em sua saudação, argumenta que o evangelho que conhecera já havia sido predito pelos profetas. Na sequência, aborda a ação da trindade, enfatizando a encarnação de Cristo, demonstrando sua humanidade, bem como sua divindade sob a ação do Espírito Santo.

A igreja em Roma já estava estabelecida em 49 d.C. e nesse período iniciou os conflitos com os judeus. Provavelmente, no início da igreja, o crescimento se

deu como fruto da obra missionária entre os judeus realizada dentro das próprias sinagogas. A igreja era constituída tanto por judeus como gentios, e estes foram se tornando a maioria em detrimento daqueles. Portanto, uma igreja predominantemente gentílica (Rm 1.5ss, 13ss; 11.13ss). Essa diferença foi mais acentuada depois do decreto do imperador Cláudio que baniu os judeus de Roma, aproximadamente em 49 d.C., incluindo Áquila e Priscila (At 18.1-3). Dessa forma, os cristãos de origem gentílica não se reuniam mais nas sinagogas. O centro das reuniões passou a ser a casa de cada membro da comunidade, conforme pode ser observado nas saudações finais em Romanos 16.1-20. A composição da igreja pode ser identificada na lista de Romanos 16.1-15, maioria de gentios e destaque para a presença feminina (11 mulheres e 18 homens). O retorno dos cristãos judeus, ocorrido em 54 a.C., provocou uma tensão com os cristãos gentílicos; estes já eram mais maduros no evangelho, enquanto aqueles ainda traziam consigo a influência do legalismo judaico.

A comunidade cristã em Roma era ampla e ativa, além de manter uma boa reputação no mundo cristão mediterrâneo (Rm 1.8; 15.14). O apóstolo Paulo conheceu essa comunidade aproximadamente cinco anos depois da escrita da Epístola aos Romanos, mais tarde do que planejado e em condições (transporte de prisioneiros) que não imaginava na época da escrita. Antes de chegar à cidade, foi recebido por uma delegação da igreja romana que o aguardava a uma boa distância de Roma. Esse gesto deve ter emocionado, e muito, a Paulo.

O livro de Atos, no capítulo 28, registra a chegada do apóstolo Paulo em Roma por via terrestre. Seu sonho estava sendo realizado, mesmo que atrasado. Pohl (1999, p. 17) comenta sobre esse fato: “[...] Era um momento grandioso. [...] Tinham decorrido cinco anos desde que escrevera à igreja romana: ‘estou chegando’, e vinha de maneira diferente do que havia imaginado: com um transporte de prisioneiros”. Antes de chegar à cidade, foi recebido pelos irmãos: “Ainda a uma boa distância fora de Roma encontraram um grupo de homens que se apresentou como delegação da igreja romana. Vieram ao seu encontro nada mais nada menos que 65 km, para lhe dar um cortejo honorífico”.

Portanto, fica evidente que havia uma comunidade cristã em Roma, e que não foi o apóstolo Paulo o seu fundador. O que também pode ser percebido no primeiro capítulo da epístola, onde ele menciona que rogava a Deus por uma oportunidade de conhecê-los. A comunidade cristã em Roma provavelmente foi fruto da facilidade de locomoção proporcionada pelo comércio mundial e a diáspora judaica,[8] como os romanos que estiveram no Dia de Pentecostes, fato

registrado no capítulo 2 do livro de Atos: “[...] É provável que esses prosélitos e alguns judeus habitantes de Roma, tendo se tornado cristãos, voltaram para Roma e proclamaram as boas novas do evangelho no ambiente que lhes era mais propício, isto é, nas sinagogas” (SOUZA, 2004, p.74,75).

5.6.3 A cidade de Roma

Para Roma, afluíam pessoas de toda espécie e de todas as partes do Império Romano por meio de um moderno sistema de estradas. Pesquisas arqueológicas demonstram que a cidade era habitada desde a Era do Bronze, cerca de 1500 a.C. Nesse período, foi submetida a invasões de vários povos como os gregos, etruscos e outros. Portanto, em Roma, devido a essa miscigenação, havia as mais diversas religiões e filosofias da época. A cidade era caracterizada por seus grandes empreendimentos e suas desigualdades sociais. Para aqueles que não eram cidadãos romanos, o senso de comunidade era conquistado por meio de associações como: clubes (profissionais, comerciantes, idosos, jovens entre outros), grêmios, corporações, confrarias, ginásios para treinar o corpo e a mente, associações religiosas e serviço religioso público.

A cultura helenística predominou desde o surgimento do grande líder, Alexandre Magno, no final do século IV (333-323 a.C.). Em todo o lado oriente do império, assim como nas grandes regiões do Ocidente a língua oficial era o grego. Segundo Lohse (2004, p. 198, 199), a língua entrou no país por intermédio de colônias gregas da região sul, mas veio a se solidificar na região central somente após a conquista da Grécia pelos romanos e a transferência de muitos escravos que falavam a língua grega para Roma. Os romanos incorporaram não somente a língua, mas também tomaram como sua a própria forma de vida helênica, como a cultura, as ciências, a arquitetura e a literatura. Um destaque era o entretenimento do povo romano, nada além de uma ferramenta de controle do povo. Para tal, corriam as competições esportivas, organizadas pelas cidades gregas desde os tempos antigos, muitas atrações nos teatros, principalmente, no anfiteatro do Coliseu, que fora construído pelo imperador Augustus (79-81). Ocorriam, nesse local, lutas de gladiadores, brigas entre animais ferozes e seres humanos, verdadeiros espetáculos sangrentos que arrancavam gritos e levavam seu público ao delírio.

A área religiosa era famosa pelo seu politeísmo e superstições. Dentre as formas de representação religiosa podem ser citadas: a) o culto ao imperador; b) os movimentos filosóficos; c) religiões de Mistério; d) variados movimentos religiosos e cultos orientais, como Cíbele, Átis, Osíris e a influência do Pensamento Apocalíptico. Os deuses do panteão grego foram adotados pelos romanos, no entanto seus nomes originais foram trocados. Entre os principais deuses romanos estão: Júpiter, Juno, Apolo, Marte, Diana, Vênus, Ceres e Baco.

Quando o apóstolo Paulo chegou a Roma, cerca de 60 d.C., encontrou uma população diversificada e cosmopolita. Os monumentos públicos lembravam aos visitantes o poder, as tradições e a amplitude do Império Romano. No tempo do apóstolo, em Roma havia cerca de um milhão de habitantes. A mensagem cristã paulina da epístola, praticamente se constitui no que podemos chamar de evangelho contra imperial, um contraposto aos costumes romanos citados anteriormente. Todavia, iremos verificar, ao estudarmos Romanos 13.1-7, que o apóstolo orientava a comunidade a viver em santidade e a manter um bom relacionamento com o Estado, ou seja, as autoridades do Império Romano.

5.6.4 A comunidade judaica em Roma

Dentro da comunidade judaica, a sua maioria era contrária ao império, como os fariseus e zelotes, porém, havia também simpatizantes como os herodianos e saduceus. Alguns deles conquistaram certa autonomia, pois em 61 a.C. alguns judeus trazidos para Roma por Pompeu, depois de ter conquistado a Judeia, foram resgatados por compatriotas ricos que já moravam em Roma. Júlio Cesar, por meio de decreto, deu liberdade para os judeus enviarem contribuições para o Templo de Jerusalém.

Judeus de todas as classes sociais viviam em Roma ou a visitavam. Arqueólogos descobriram nas ruínas romanas várias inscrições com nomes das mais variadas origens e também nomes judaicos, inclusive as inscrições nas catacumbas judaicas indicam que a metade dos judeus tinha nomes latinos, provavelmente obtidos por emancipação da escravidão.

A comunidade judaica era bem representada na capital do império, a ponto de no

primeiro século constituir o maior centro judaico do mundo antigo, tendo pelo menos 13 sinagogas na cidade. Mesmo não sendo escravos, pertenciam de modo geral às classes mais pobres, no entanto possuíam certas regalias como a liberdade de culto, a guarda do sábado, a dispensa do serviço militar e a jurisdição sobre seus próprios membros. Os judeus contavam com a simpatia da população. Isso refletia na prática judaica de fazer prosélitos, a ponto de terem como convertidos ao judaísmo pessoas como Fúlvia, esposa de senador; Pompeia, esposa de Nero; e Flávio Clemente, primo de Domiciano, entre outros. Entre os prosélitos no Dia de Pentecostes, provavelmente estavam vários romanos. Contudo, nem sempre gozavam desse privilégio, pois em determinadas ocasiões a tranquilidade foi interrompida devido à não aceitação por parte dos judeus de práticas que eram contrárias aos princípios e crenças, como as citadas anteriormente.

5.6.5 Uma visão panorâmica da Epístola aos Romanos

[9]

O primeiro livro da Bíblia comentado por Calvino, considerado o exegeta por excelência da Reforma, foi a Epístola de Paulo aos Romanos, em 1539. Ele a considerava como parte central e principal da Escritura. Calvino justifica a sua escolha por entender que uma genuína compreensão dessa epístola abrirá a porta para o acesso aos mais profundos tesouros da Escritura (CALVINO, 2001, p. 9-23). Martinho Lutero, considerado o principal personagem da Reforma, no prefácio do comentário da Epístola aos Romanos, afirma que esse é o principal e o mais puro de todos os evangelhos do Novo Testamento. Digno de que todo cristão decore palavra por palavra, bem como se ocupe diariamente com ela, pois quanto mais for praticada mais saborosa se tornará.

A Epístola aos Romanos é singular por ter sido em toda a história das ideias cristãs e do protestantismo um importante veículo de reavaliação teológica. Basta lembrar a importância que teve no processo de transformação da vida de Lutero e a quantidade de comentários de importantes teólogos como: Barth, Calvino, J. A. Bengel, Charles Hodge, C. H. Dodd, Ernest Käsemann, M. Lloyd-Jones, o próprio Lutero, entre outros.

O apóstolo Paulo inicia a defesa de seu apostolado dando ênfase ao valor do evangelho, semelhante ao que faz em outras epístolas, como a enviada aos Gálatas, e inclui o assunto fundamental de toda a Epístola aos Romanos: a justificação pela fé. Para trabalhar esse tema, o apóstolo envolve mais especificamente os cincos primeiros capítulos.

No segundo capítulo, Paulo apresenta a condenação de toda a humanidade, desde os tempos da criação, por sua ingratidão com o Supremo Criador em relação a sua excelente obra, e registra os atos pecaminosos que todos estão sujeitos a cometer. Judeus e alguns gentios, baseados na tradição judaica, se vestiam de uma santidade externa para esconder a impiedade interior e achavam que estavam isentos da condenação. Porém, o apóstolo os convida a colocar suas obras diante do tribunal de Deus. Em seguida, ele coloca os judeus e os gentios separados diante do tribunal divino, ou seja, os gentios que desconheciam as Escrituras não eram escusáveis, porquanto tinham a consciência como parâmetro; e os judeus, sendo conhecedores, deviam ser julgados pela própria Escritura. Ele afirma que o pacto divino dava privilégios para os judeus, porém pela misericórdia de Deus, e não por mérito deles. Entretanto, Paulo prova, a partir da autoridade das Escrituras, que tanto judeus como gentios são pecadores, apresenta a justificação como exclusiva pela fé e assegura que, perante Deus, judeus e gentios estão em pé de igualdade.

Para exemplificar a afirmação anterior, no capítulo 4, objeto principal desta pesquisa, o apóstolo utiliza um exemplo claro e notável de Abraão como um padrão e figura geral de justificação pela fé, abrangendo judeus e gentios. Nesse capítulo, o autor analisa a situação dos chamados “Filhos de Abraão” sob o ponto de vista de descendência física, raça e espiritual que são componentes da herança espiritual prometida por Deus. Ele conclui que o caminho para a obtenção da herança é somente mediante a fé, que é um milagre divino (BARTH, 2003, p. 177).

Para contrastar seus opositores, que eram defensores da justificação pelas obras, Paulo recorre também ao testemunho de Davi, que afirma que a bem-aventurança do homem depende da misericórdia divina, e não das obras humanas. Ele afirma, ainda, que Abraão alcançou justificação quando ainda incircunciso e que se a promessa da salvação dependesse da lei a consciência humana nunca teria paz.

São enfatizados os frutos e efeitos da justiça procedente da fé, reforçando o que

fora dito anteriormente, no capítulo 5. O apóstolo realça o amor de Deus pelo fato de dar seu único Filho em resgate dos pecadores, e apresenta uma comparação entre pecado e justiça gratuita, Cristo e Adão, morte e vida, lei e graça. Discute no sexto capítulo a santificação em Cristo, afirmando que, uma vez recebida a justiça de Cristo, a pessoa justificada deve seguir um processo de santificação. Utiliza o exemplo do batismo para demonstrar a necessidade de novidade de vida daqueles que se transferiram do reino do pecado para o Reino da justiça.

É descrito no capítulo 7 que a lei tem como utilidade a condenação e que é insuficiente para a salvação, porém afirma que, em Cristo, somos libertos dela. Entretanto, o apóstolo insiste que a lei está livre de qualquer acusação, porquanto a culpa da sua insuficiência não está nela mesma, mas na desobediência do ser humano. Por fim, comenta sobre a batalha existente entre o espírito e a carne experimentada por todos, inclusive os filhos de Deus. O capítulo 8 contém consolações para a consciência dos salvos, no entanto o mesmo efeito não se aplica às pessoas que não foram regeneradas pelo poder do Espírito Santo. Aqueles que estão guardados pela segurança da fé estão livres de dúvidas e temores, e seus sofrimentos são reputados como nada quando comparados com a vida futura garantida com Deus.

Segundo Calvino, o fato de os judeus terem rejeitado a Cristo perturbava algumas pessoas, pois interpretavam que o Pacto havia sido removido da semente de Abraão ou que Cristo não era o Redentor Prometido, visto que não fizera provisão para o povo de Israel. Por esse motivo, o nono capítulo é iniciado evidenciando o amor de Deus pelo povo do Pacto. Este, entretanto, afirma que nem todos os descendentes físicos de Abraão são incluídos no Pacto, e, por outro lado, os estrangeiros podem ser incluídos por meio da fé em Cristo. No final do capítulo, o apóstolo mostra que tanto a vocação dos gentios quanto a rejeição dos judeus foram testemunhadas pelos profetas.

Em Romanos 10—11, Paulo demonstra que a causa da destruição dos judeus é a infundada confiança em suas obras. Ele afirma que a justiça da lei é possível somente por intermédio da fé; no entanto, essa justiça não é exclusiva de Israel, mas, sim, para todas as nações. Afinal, o Pacto Divino não era extensivo somente aos descendentes carnais de Abraão, mas a todos os que creem como ele, independente de nacionalidade. O fato de a aceitação do evangelho ter ocorrido em sua maioria por gentios já estava previsto nos grandes profetas de Israel. Nas profecias atribuídas a Moisés já estava predita a conversão de

gentios; naquelas atribuídas ao profeta Isaías, o endurecimento do coração dos judeus. Todavia, os judeus não poderiam ser rejeitados, nem teriam tratamentos diferenciados, mas, sim, a mesma oportunidade de se renderem ao evangelho.

O capítulo 12 contém normas gerais para a vida cristã, uma regulamentação para as ações morais e conselhos para a correta adoração a Deus, sem legalismo ou ritualismos. Traz orientações em relação às diversas funções e dons ministeriais disponíveis no corpo espiritual, exorta para que o orgulho não prevaleça e o amor abunde entre os cristãos ou não, ensina a fazer o que é certo e se apegar ao bem e à paz, e não se deixar vencer pelo mal.

O capítulo 13, em sua maior parte, trata da autoridade dos magistrados. Paulo tinha conhecimento das dificuldades que a igreja já havia passado devido aos problemas de relacionamento com o Império Romano, como o caso dos judeus que tinham sido expulsos de Roma em 49 a.C. pelo imperador Cláudio. Por isso, sugere a submissão às autoridades constituídas, como bom senso, para que tivessem liberdade para exercer as atividades religiosas, uma vez que o cristianismo, pela proximidade com o judaísmo, na época da escrita da epístola gozava de certa liberdade religiosa.

Paulo, no capítulo 14, caracteriza dois grupos dentro da igreja: a) os membros que continuavam insistindo na observância dos ritos e costumes mosaicos por entenderem serem necessários para santificação; b) os membros que tinham consciência de que não eram mais necessários. Essas diferenças causavam conflitos no âmbito interno da igreja. Dessa forma, Paulo orienta que a melhor forma para a liberdade cristã é manter-se dentro dos limites do amor e da edificação mútua e evitar a condenação da consciência. Nenhuma pessoa deveria se considerar superior às demais; todavia, aqueles que tinham consciência de serem mais “fortes” por entenderem a mensagem do evangelho deveriam ajudar os mais “fracos”, que ainda não tinham entendimento suficiente. Para Calvino (2001, p. 30, 31), esse capítulo é a conclusão de todo tema da epístola: “os fortes devem usar sua força na confirmação dos fracos”. Segundo Calvino, a controvérsia entre os judeus e gentios seria resolvida ser fosse removida a causa de orgulho dos judeus de justiça própria: “mostra que a salvação de ambos repousa tão somente na misericórdia divina. É nela que devem pôr sua confiança, e devem pôr de lado todo e qualquer pensamento em sua própria exaltação”.

Nos últimos capítulos, Paulo, mais uma vez, defende o seu apostolado e oferece

esperança de uma visita pessoal aos destinatários, justificando o motivo de até então ter sido impedido, sendo a sua principal tarefa levar aos crentes necessitados de Jerusalém os donativos coletados pelas igrejas da Macedônia e Acaia. O apóstolo conclui a epístola com saudações, orientações quanto aos que provocam escândalos, elogios aos fiéis e oração pela comunidade cristã em Roma.

5.7 Análise do Gênero Literário

Para uma melhor compreensão do que o autor tinha em mente é necessário fazer a interpretação de cada gênero dentro de seus aspectos e regras de apresentação, portanto, cada tipo de literatura na Bíblia deve ser entendido à luz de seu próprio estilo literário (BROADMAN 1986, p. 55). Vários são os tipos literários apresentados na Bíblia, sendo alguns deles: proféticos, históricos, apocalipse, sapiencial, epístolas, entre outros (SILVA, 2000, p. 188). Para identificá-los, a primeira etapa é a leitura correta do texto.

O texto em estudo apresenta dois gêneros literários: epístola e narrativa. O primeiro, sendo o principal, se justifica pelo fato de toda a perícope ser parte integrante da epístola que o apóstolo Paulo escreveu à igreja de Roma, em que utiliza o exemplo de Abraão para explicar a doutrina da justificação pela fé. O segundo gênero literário usado nesse texto é uma narrativa. Trata-se do versículo 3 de Romanos 4, que cita Gênesis 15.6; versículo 17, que cita Gênesis 17.10; versículo 18, que cita Gênesis 15.5, que narram fatos ocorridos na vida de Abraão que são utilizados por Paulo para argumentar sua tese de que sua fé lhe foi creditado como justiça.

5.8 Análise Teológica

[10]

Diferente de Fílon, que se referia a Abraão como protótipo da fé da tradição judaica, Käsemann (2003, p. 131-133) assegura que o capítulo 4 de Romanos é a parte central da epístola, pois fornece argumentações que fundamentam a doutrina da justificação pela fé apresentada no capítulo anterior (Rm 3.21-31). Ele comenta que a fé de Abraão é um protótipo da fé cristã.

Para confirmar argumentos sobre a justificação pela fé, Paulo utiliza o exemplo do patriarca, apresentando vários pontos de convergências com a doutrina da justificação pela fé.

Barth (2003, p. 181,182) defende a necessidade de se fazer um vínculo da historicidade de Jesus, ou seja, que o seu “fio carmesim” através de toda a história se apresenta não como “uma religião”, mas como fato histórico que estabelece uma unidade entre o passado longínquo e o presente; caso contrário, esse fio se romperá em nossas mãos quando contrastarmos Abraão com Jesus.

Segundo Käsemann, a fé cristã não tem como objetivo firmar dogmas religiosos e nem se firmar por meio de experiências religiosas que se repetem. Seu intuito é provocar mudanças no seguidor de Cristo a ponto de este refletir as características que Jesus demonstrou através de seu exemplo de fé e obediência na palavra do Pai (2003, p. 136). Jesus afirmou que era antes de Abraão; portanto, uma testemunha da justificação de Abraão, que se deu pela fé.

5.9 Análise do Significado de Palavras Importantes

Como no texto de pesquisa há algumas citações do Antigo Testamento, para uma melhor compreensão, é necessário analisarmos a evolução do significado e o sentido no pensamento hebraico de algumas palavras consideradas importantes. As palavras serão apresentadas em relativa ordem de importância para o texto.

5.9.1 Fé (πίστις)

Conforme já visto na exegese de Gênesis 15.6, Ravasi (1999, p. 64-68) afirma que o verbo hebraico "אמן", que deu origem ao atual amém e traduzido geralmente por crer, define a confiança plena em alguém ou uma realidade. Essa confiança não é precedida do conhecimento de algo real, ou melhor, de algo que está por acontecer mesmo que não apresente nenhuma possibilidade racionalmente aparente, embora o ser humano esteja exposto à tentação da dúvida. Abraão creu no que contrariava a própria razão, pois ele acreditava que Deus era capaz de ressuscitar os mortos, mesmo não presenciando nenhuma ressurreição (Hb 11.17-19).

Coenen, Lothar e Brown (2000, p. 815-820) comentam que não há uma unanimidade quanto ao seu conceito, porquanto demonstra que houve uma evolução a partir de João Batista, sob influência da tradição veterotestamentária, cuja fé era dirigida para a realidade. Eles afirmam que o ápice da evolução ocorreu na época de Paulo, que usava "πίστις" para indicar a aceitação da proclamação do evangelho e da fé salvadora em Jesus Cristo.

5.9.2 Justiça (δικαιοσύνη)

Segundo Dunn (2003, p. 394-395), justiça é um termo que é determinado mais pelo fundo hebraico do que pela sua forma grega. Na visão grega, temos a "ideia ou um ideal em relação ao qual pode ser medido o indivíduo ou a ação individual". Ao contrário, "no pensamento hebraico 'justiça' como o cumprimento de obrigações impostas ao indivíduo pela relação da qual faz parte". Dunn enfatiza que na Epístola de Romanos o termo fica mais claro, uma vez que denota o cumprimento da parte de Deus das obrigações que se impôs a si mesmo, demonstrando uma iniciativa divina anterior à do homem. Uma ação de Deus em favor do homem. A palavra grega δικαιοσύνη, particularmente em Roma, tinha um conceito puramente legal. Deus não só é justo, mas também aquEle que justifica quem crê em Jesus.

O fato histórico de Abraão está contido no aspecto forense. O bom comportamento e a satisfação da exigência de confiança em Deus são tidos como base para ser considerado justo por Deus: "a boa conduta de um indivíduo estabelece a base para suplicar ao Senhor que conceda livramento do julgamento calamitoso. Semelhantemente, Gênesis 15.6 ensina que Abraão recebeu Isaque como herdeiro porque sua confiança nas promessas de Deus lhe foi imputada como justiça" (DUNN, 2003, p. 1263).

Douglas (1995, p. 893) afirma que o conceito bíblico de justiça se desenvolveu através dos tempos em nove estágios geralmente cronológicos, sendo que no período patriarcal "já havia adquirido o sentido abstrato de conformidade, por parte de um dado objeto ou ação, a um padrão aceito de valores, como, por exemplo, o fato de Jacó ter agido 'honestamente' conforme as condições de seu contrato com Labão relativo às ovelhas do rebanho (Gn 30.33)".

No período pré-exílico, pouco se fala com relação à justiça pessoal do indivíduo, mas o foco era a justiça coletiva da nação. Entretanto, no exílio, o foco muda e já não há hesitação em falar da justificação do indivíduo "fiel" diante de Deus. No judaísmo, a justiça é aplicada ao homem "reto" que confia e guarda a lei de Deus, ou seja, a conduta que faz o homem justo diante de Deus. Os membros da comunidade de Qunrã tinham a consciência da culpa pessoal, e transitoriedade da vida e seus membros suplicavam pela justificação divina Deus (COENEN; LOTHAR; BROWN, 2000, p. 1117-1124).

Jesus se preocupava mais em se dirigir aos pecadores do que aos justos (Mt 9.13;

Mc 2.17). Lucas 15.7 registra que há mais alegria por um pecador que se arrepende do que por noventa e nove justos. No entanto, Paulo é quem faz o emprego mais frequente do termo, visto que estabelece uma conexão com o Antigo Testamento, porém atribuindo a justiça de pecadores, judeus como gentios, por parte de Deus. Isso não frustra os propósitos do Senhor, mas, pelo contrário, Ele continua onipotente, tanto como Senhor como Salvador, a despeito da desobediência do homem. O ser humano, de todas as nações e origens, somente pode ser justificado pela fé em Cristo (Rm 3.26-28; 5.1; Gl 2.16), por meio da confiança na graça de Deus. Não é o ser humano que possui a justiça, mas ela que o possui, portanto, o ser humano é servo dela.

O apóstolo, por intermédio da argumentação do capítulo 4 de Romanos, demonstra que o processo de salvação está de acordo com o do Antigo Testamento, usando o exemplo de Abraão e Davi para comprovar que a justificação já era pela fé.

5.9.3 Lei (νόμος)

Na Antiguidade, não se distinguia entre significados jurídicos, ético e religioso de νόμος, por acreditarem que todos os bens vinham dos deuses. Na LXX, a palavra νόμος aparece aproximadamente 430 vezes, ocorrendo mais nos livros do Pentateuco, Esdras, Neemias, Salmos e no profeta Jeremias. No Judaísmo, dos últimos dois séculos antes de Cristo até os dias de Jesus a lei era coisa absoluta em si mesma e independente, e o seu cumprimento que determinava se uma pessoa era membro do povo de Deus. Assim, a Torá veio ocupar o lugar de "cânon dentro do cânon". Nos tempos de Jesus, o estudo e a guarda da Torá eram considerados procedimentos que conduziam ao caminho da justiça e da vida. Cristo, em sua contestação aos "praticantes da lei", deixa claro que não se dirigia contra a lei, mas contra a atitude de justiça própria por meio da lei (COENE; LOTHAR; BROWN, 2000, p. 1152-1158).

Paulo, contrastando com seu próprio passado farisaico, e com os judeus e judeus cristãos, desenvolve uma teologia que derruba o absolutismo da lei e aponta para Cristo que, por sua morte de cruz, sustentou a condenação que a lei faz de todo homem, cumprindo toda a obediência que a lei requer. Agora que Cristo cumpriu

a lei, somente aqueles que têm fé nEle alcançam a salvação.

Na Epístola aos Romanos, o termo lei, do grego νόμος, ocorre mais de 70 vezes, todavia nem todas as vezes que esse termo aparece tem o mesmo significado. O significado predominante é a lei de Deus, mas em determinadas citações tem um significado específico. Por exemplo, em Romanos 3.21, o termo se refere ao Pentateuco (cinco primeiros livros da Bíblia), também conhecido como Torá. O mesmo termo em Romanos 3.19 cita uma abrangência maior, ou seja, todo o Antigo Testamento, o que pode ser percebido pelas citações no contexto. Em Romanos 3.27, cita a lei da fé como contraste da lei do pecado (Rm 7.23-25), essa lei da fé se refere à fé salvífica que justifica o ser humano e coloca uma nova natureza no indivíduo (Rm 7.12), a vida no Espírito que conduz a pessoa na busca da vontade de Deus. Por fim, a lei de Cristo, que segundo Bruce (2004, p. 50), é o amor que induz o cristão à prática do bem ao seu semelhante (Rm 13.8-10).

5.9.4 Ira (ὀρgh„„)

A tradução pode ser empregada tanto aos seres humanos como à divindade, porém é utilizada para apresentar uma das características mais marcantes das divindades gregas. No Antigo Testamento, alude muito frequentemente à ira de Deus e à ira humana, mas o papel da ira divina é mais significativo. Como no Antigo Testamento, no Novo Testamento o grupo de palavras relacionadas com ὀργh, serve para ilustrar o caráter de Deus (COENEN; LOTHAR; BROWN, 2000, p. 1132-1138).

A ira de Deus, em primeiro lugar, aponta contra a injustiça, a transgressão, e, em segundo lugar, para o homem que se diz piedoso e que confia na obra realizada. Romanos 4 é um bom exemplo para demonstrar a aplicação do termo à ira de Deus: “[...] Ninguém, porém, pode satisfazer a Lei. É por isso que a Lei traz a ira (Rm 4.15). É, pois, a transgressão da Lei por parte do homem — e isso se torna claro quando a Lei é radicalmente entendida — que é a base da ira de Deus” (COENEN, LOTHAR e BROWN, 2000, p. 1138, 1139). Somente aquele que crê em Jesus não precisa temer a ira de Deus, porque Cristo nos livra da ira.

5.9.5 Selo (σφραγίς)

O selo tinha uso generalizado logo no início da história, especialmente na Mesopotâmia, por volta do século III a.C. em diante. A verdadeira importância do selo é jurídica, inicialmente utilizado para marcar as posses, como sinal protetor e de garantia. Também eram significantes na vida religiosa, para atestar um animal de sacrifício como ritualmente puro. Na LXX, é empregado para indicar propriedade de Deus, como exemplo de Ezequiel 9.4ss, em que o Senhor faz que um dos seus servos marque um sinal na testa dos filhos para protegê-los do julgamento. Utilizado também frequentemente pelo judaísmo rabínico (COENEN; LOTHAR; BROWN, 2000, p. 2292).

Coenen, Lothar e Brown (2000, p. 2294) afirmam que “a circuncisão pode ser chamada de o selo da santa aliança ou o selo de Abraão (Êx 19.5), visto ter sido ele o primeiro a receber esse sinal (Gn 17.11)”. A palavra selo parece 32 vezes no Novo Testamento, sendo 22 em Apocalipse, duas vezes no Evangelho de João e uma no Evangelho de Mateus, as demais ocorrências nos escritos paulinos.

5.9.6 Transgressão (παράβασις)

Esse termo serve, juntamente com seus cognatos, para lançar “luz sobre um aspecto adicional: em especial, dizem respeito à ‘transgressão’ da lei”. Refere-se de modo geral a um lapso moral ou uma ofensa pela qual a pessoa é responsável. Emprega-se raramente de modo absoluto, mas geralmente de modo espacial ou figurado do desvio, violação e da transgressão. Não é comum ser utilizada na LXX (COENEN; LOTHAR; BROWN, 2000, p. 1598-1609). Em o Novo testamento, o emprego segue conceitos do Antigo Testamento:

Ao passo que há conceito de adikia e anomia em termos mais gerais, e se

referem à “injustiça” no sentido de ações anti-sociais e ilícitas; e, do outro lado, asebeia, “irreverência” (piedade), e hamartia têm relacionamento direto com o próprio Deus, parabasis tem conexão com as ordenanças graciosas de Deus, tais como sua aliança (Hb 9.15) e sua lei (Rm 2.23ss; 4.15; Tg 2.9-11) e seus mandamentos e tradição (Mt 15.2-3). (COENEN; LOTHAR; BROWN, 2000, p. 1598-1609).

Quase todas as ocorrências estão nos escritos de Paulo, e em especial quando envolve argumentos contra a teologia judaica da lei, pois se entende como um pecado de transgressão da lei. Demonstra, ainda, que os judeus como transgressores da lei ficam diante de Deus como pecadores, assim como os gentios. “Deus ainda é o juiz que exige boas obras, mesmo da parte dos cristãos (Rm 1.18–3.20; 2 Co 5.10; julgamento)” (COENE; LOTHAR; BROWN, 2000, p. 1610).

5.9.7 Iniquidades (ἀνομία)

Pertence ao contexto mais lato da totalidade do fenômeno do pecado: ilegalidade, iniquidade, impiedade, tropeçar, derrota, falha, falta, desviar-se, entre outros (COENE; LOTHAR; BROWN, 2000, p. 1599).

5.9.8 Pecado (ἁμαρτία)

É a palavra mais generalizada para pecado. juntamente com seus cognatos, designa transgressões contra a moralidade, as leis, os homens ou os deuses. Significava, originalmente, “errar”, “errar o alvo”, “perder”, “não participar de alguma coisa”, “enganar-se”. Na LXX, é utilizada juntamente com seus cognatos para assinalar tudo quanto se opõe a Deus. “O conceito cristão do pecado acha em Paulo e João sua expressão mais plena e seu desenvolvimento teológico mais

profundo.” As principais declarações de Paulo sobre o pecado estão em Romanos, quando nos três primeiros capítulos fala de gentios e judeus, hamartia e seus cognatos quase não são usados, o apóstolo usa os termos “asebeia” que significa impiedade e, “adikia”, que significa injustiça (COENE; LOTHAR; BROWN, 2000, p. 1602-1606).

5.9.9 Verificação do Texto de Romanos 4

No primeiro versículo (Τί οὖν ἐροῦμεν εὑρηκέναι Ἀβραὰμ τὸν προπάτορα ἡμῶν κατὰ σάρκα), a palavra προπάτορα não é usual, porém é apoiada por a*, A,B,C* (MURRAY, 2003, p. 156).

Segundo Murray, no versículo 19 (καὶ μὴ ἀσθενήσας τῇ πίστει κατενόησεν τὸ ἑαυτοῦ σῶμα νενεκρωμένον, ἑκατονταετής που ὑπάρχων, καὶ τὴν νέκρωσιν τῆς μήτρας Σάρρας) há uma dúvida com relação ao texto grego correto. A afirmativa κατενόησεν aparece em a, A, B, C, 424**, 1739, em várias versões e em alguns Pais da Igreja, ao passo que a forma negativa “οὐ κατενόησεν” aparece em D, G, na grande maioria dos manuscritos cursivos, em algumas versões e em diversos Pais da Igreja (MURRAY, 2003, p. 175).

Os demais versículos em estudo não apresentam variante significativa nos manuscritos.

---

[8] Judeus que foram dispersos de Jerusalém e residiam nas mais diversas regiões do mundo.

[9] Para um detalhamento sobre a Epístola aos Romanos, consulte o livro de minha autoria com o título Justiça e Graça: um estudo da doutrina da salvação na Carta aos Romanos, publicado pela Casa Publicadora das Assembleias de Deus – CPAD, relacionado nas referências deste livro.

[10] Para uma análise mais detalhada de Romanos 4, reveja o capítulo 3 deste livro.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paulo viveu em um período áureo de emergência do Império Romano e das principais transformações do Mundo Antigo. Sua vida coincidiu com a vigência de toda a chamada dinastia Júlio-Cláudia, o principado de grandes imperadores romanos como Augusto, Tibério, Gaio Calígula e Cláudio. Por fim, na época do imperador Nero, em Roma, ele é condenado à morte. Todavia, deixou por escrito parte de sua biografia, sua experiência com Jesus e as Boas Novas da salvação pela fé, a justiça revelada de Deus em Cristo.

Os escritos de Paulo têm um significado expressivo para o cristianismo emergente e para a fundamentação doutrinária para a Igreja. A sua origem globalizada fica evidente nos seus escritos e demonstra a versatilidade que ela adquiriu ao longo de sua experiência, deixando a teologia e crença exclusivista do judaísmo para uma teologia inclusivista e universalista. Um evangelho do amor que absolve pessoas das mais diversas origens, classes, gêneros, entre outras características do indivíduo. No entanto, continua presente o aspecto moral e de santificação. Uma mensagem universalista que mantém o zelo pela busca da vontade e direção divina.

O apóstolo Paulo, um judeu proeminente e com um futuro promissor entre os líderes judaicos que se converte ao cristianismo e recebe o chamado para ser o apóstolo dos gentios. Um homem que abre mão de tudo que havia construído até então para se dedicar a viagens missionárias, que se tornam perigosas, levando-o a sofrer pela defesa da nova fé. Em uma dessas viagens, a sua terceira viagem missionária, resolve escrever para uma comunidade cristã que não havia fundado, mas comprometido com o reino de Deus ele escreve um tratado sobre a doutrina da justificação pela fé para a igreja estabelecida em Roma. A motivação para a elaboração do tratado sobre a justificação pela fé fica evidente quanto se percebe a intriga entre os judeus convertidos ao judaísmo, que mantinham a mentalidade religiosa judaica de impor as práticas do judaísmo para todos, inclusive para os cristãos gentios.

A igreja de Antioquia serviu como base para o empreendimento missionário do apóstolo nas suas três viagens missionárias, mas a igreja em Roma era estratégica para alcançar a extremidade ocidental do Império Romano (Rm

15.23,24). Antes, porém, Paulo precisava auxiliar a comunidade, formada na sua maioria por gentios e uma minoria de judeus, em conflitos com relação aos requisitos necessários para a justificação diante de Deus. Na Epístola aos Romanos, o apóstolo faz um espetacular tratado para demonstrar que a justificação se dá por meio da fé, e não pelas obras.

Paulo expõe seu amor profundo pela nação judaica e pelos judeus, todavia demonstra que a justiça de Deus não faz acepção de pessoas. Fica evidente o desejo ardente pela unidade da igreja para a promoção do evangelho de Cristo. Mesmo não sendo o fundador da igreja em Roma, como um pai na fé, faz várias orientações para a vida prática na comunidade de fé. A epístola aos Romanos revela que a justiça de Deus se revela na salvação por meio da fé em Cristo, disponível a todo ser humano que nele crê, independente de gênero, nação, cor, classe social, faixa etária, entre outras formas de distinção.

O destaque é dado ao capítulo 4, em que o apóstolo para com a teorização da doutrina da justificação pela fé para exemplificar na prática que essa doutrina não era nova, mas já estava presente no AT. Ele utiliza a figura de Abraão, a principal utilizada pelos judeus para defender a justificação pelas obras, para demonstrar que, na realidade, até ele foi justificado pela fé. Uma justificação que foi dada como um presente, sem necessidade de Lei e nem rituais. Acima de tudo, o “golpe final” foi a demonstração de que a salvação não era exclusiva para os descendentes naturais de Abraão, mas para todos que creem como ele, judeus ou gentios.

Portanto, o apóstolo dos gentios escolhe uma figura perfeita para explicar aos judeus essa revelação da justiça de Deus em Jesus. Abraão, o amigo de Deus e pai da fé de todos aqueles que creem, como ele, em um Deus do impossível que pode ressuscitar dos mortos. Por isso, Abraão é o protótipo da fé cristã.



REFERÊNCIAS

ALAND, Kurt et alli. The Greek New Testament. Stuttgart, Third Edition (Corrected). Alemanha: Biblia-Druck GmbH Stuttgart, 1983.

ARCHER, Jr. Gleason L. Merece confiança o Antigo Testamento? São Paulo: Vida Nova, 1991.

ARENS, Eduardo. Ásia Menor nos tempos de Paulo, Lucas e João: aspectos sociais e econômicos para a compreensão do NT. São Paulo: Paulus, 1997.

AUERBACH, Erich. Figura. São Paulo: Ática, 1997.

BALL, Charles Fergunson. A vida e os tempos do apóstolo Paulo. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.

BARBAGLIO, Giuseppe. As cartas de Paulo (II). Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Loyola, 1991.

BARBAGLIO, Giuseppe. São Paulo: o homem do Evangelho. Trad. Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1993.

BARRETT, C. K. A comentary on the second epistle to the corinthians. Nova

York: Harper, 1973.

BARTH, Karl. Carta aos Romanos: tradução e comentários Lindolfo K. Anders. São Paulo: Novo Século, 2003.

BASLEZ, M. F. Saint Paul, artisan d’un monde chrétien. Paris: Fayard, 2008.

BAXTER, J. Sidlow. Examinai as escrituras: Gênesis a Josué. São Paulo: Vida Nova, 1992.

BERKHOF, Louis. Principios de interpretação bíblica. 2. ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

BIBLIA. Português. Bíblia Sagrada: nova versão internacional. Tradução: comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2000.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Violência e religião. São Paulo: Ed. PUC, 2001.

BORNKAMM, Günther. Paulo, vida e obra. Santo André: Editora Academia Cristã, 2009.

BÖTTRICH, Christfried. “Abraão no cristianismo.” In: Abraão no judaismo, no cristianismo e no islamismo. Tradução Milton Mota. São Paulo: Edições Loyola,

2013.

BÖTTRICH, Christfried; EGO, Beate; FRIEDMANN, Eissler. Abraão no judaismo, no cristianismo e no islamismo. Tradução Milton Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

BROADMAN, Supplies. Comentário bíblico de Broadman. Rio de Janeiro: JUERP, 1986.

BROWN, Raymond E. Introdução ao Novo Testamento. São Paulo: Paulinas, 2004.

BRUCE, F.F. Romanos: introdução e comentário. São Paulo: Editora Vida Nova, 2004.

BUCKLAND, A. R.; WILLIAMS, Arthur Lukyn. Dicionário bíblico universal. São Paulo: Editora Vida, 1999.

CABRAL, Elienai. Mordomia cristã: aprenda como servir melhor a Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.

CABRAL, Elienai. Romanos: o evangelho da justiça de Deus. 7. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.

CALVINO, João. Romanos. 2. ed. São Paulo: Edições Parakletos, 2001.

CHAMPLIN, R.N. O Antigo Testamento interpretado versículo por versículo. Volume 1. 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2001.

CHAMPLIN, R. N. O Novo Testamento interpretado: versículo por versículo. v. 3. 10. ed. São Paulo: Candeia, 1995.

COENEN, Lothar e BROWN, Colin. Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2000.

COMBLIN, José. Atos dos apóstolos. Petrópolis/São Bernardo do Campo/São Leopoldo: Vozes/Metodista/Sinodal, 1987. v. 2.

DAVIDSON, Richard M. Tipology in scripture: a study of hermeneutical typos structures. Michigan: Andrews University Press, 1981.

DEISSMANN. A. Light from the Ancient East: the new testament illustrated by recently discovered texts of the graeco-roman world. Londres: Hodder & Stoughton, 1910.

DEISSMANN. A. Paul: a study in social and religious history. Londres: Hodder and Stoughton, 1926.

DELARUE, Georges. Os atos dos apóstolos: infância da igreja. São Paulo: Paulinas, 1970.

DOUGLAS, J. D. O novo dicionário da Bíblia. São Paulo: Vida Nova, 1995.

DREHER, Carlos A. “O órfão no Antigo Testamento.” In: Informativo. CEBI-Sul, n.17, São Leopoldo, 1986, p. 26-37.

DUNN, James D. G. A teologia do apóstolo Paulo. São Paulo: Paulus, 2003.

DUNN, James D. G. Unidade e diversidade no Novo Testamento: um estudo das características dos primórdios do cristianismo. Trad. José Roberto C. Cardoso. Santo André: Academia Cristã, 2009.

EGO, Beate. “Abraão no Judaísmo.” In: Abraão no judaismo, no cristianismo e no islamismo . Tradução Milton Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

ELLIGER, Karl; WILHELM Rudolph. Bíblia Hebraica Stuttgartensia. 5. ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997.

ELLIOT, N. Libertando Paulo: a justiça de Deus e a política do apóstolo. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

FABRIS, Rinaldo. Os atos dos apóstolos. São Paulo: Loyola, 1991.

FABRIS, Rinaldo. Paulo: apóstolo dos gentios. Tradução Euclides Martins

Balancin. São Paulo: Paulinas, 2001.

FRANCISCO, Edson de Faria. Manual da Bíblia Hebraica: introdução ao Texto Massorético. São Paulo: Edições Vida Nova, 2003.

FRIBERG, Barbara; FRIBERG, Timothy. O Novo Testamento Grego Analítico. São Paulo: Vida Nova, 1987.

GILBERTO, Antônio. O fruto do Espírito: a plenitude de Cristo na vida do crente. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

GOMES, Cirilo Folch. Antologia dos Santos padres: páginas seletas dos antigos escritos eclesiásticos. 4. ed. São Paulo: Editora Paulinas, 1979.

GOPPELT, Leonard. Teologia do Novo Testamento. 3. ed. São Paulo: Teológica, 2003.

GREEN, Michael. Evangelização na Igreja Primitiva. São Paulo: Vida Nova, 1970.

GUSSO, Antônio Renato. Como entender a Bíblia? Curitiba: Editora A. D. Santos, 1998.

GUSSO, Antônio Renato. Gramática instrumental do hebraico. São Paulo: Vida Nova, 2005.

HALLEY, Henry H. Manual bíblico: um comentário abreviado da Bíblia. Vida Nova, 1995.

HARRIS, R. Laird, e outros. Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento. São Paulo: Vida Nova, 2001.

HENGEL, Martin. The pre-cristhian Paul.Filadélfia: Trinity Press International, 1991.

HENRY, Matthew. Comentário bíblico de Matthew Henry. Tradução Degmar Ribas Júnior. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

HEYER, C. J. den. Paulo: um homem de dois mundos. Tradução Luiz Alexandre Solano Rossi. São Paulo: Paulus, 2009.

HOFF, Paul. O Pentateuco. 8. ed. São Paulo: Editora Vida, 1997.

HURLBUT, Jesse Lyman. História da igreja cristã. São Paulo: Editora Vida, 1996.

JEREMIAS, Joaquim. A mensagem central do Novo Testamento. São Paulo: Editora Academia Cristã, 2005

KASEMANN, Ernest. Perspectivas paulinas. 2. ed. São Paulo: Teológica, 2003.

KIRST, Nelson el alli. Dicionário Hebraico-Português & Aramaico-Português. São Leopoldo/Petrópolis-RJ: Sinodal/Vozes, 2001.

KOESTER, Helmut. Introdução ao Novo Testamento: história, cultura e religião do período helenístico. Vol. .1. Tradução Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2005.

KÜMMEL, Werner Georg. Sintese teológica do Novo Testamento. São Paulo: Teológica, 2003.

LEÃO, DELFIM F. “Paulo de Tarso e a justiça dos homens. helenismo e impiedade religiosa nos actos dos apóstolos.” In: Paulo de Tarso: grego e romano, judeu e cristão. organizado por RAMOS, José Augusto; et al. Portugal: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2012.

LÉGASSE, S. Paul apôtre: essai de biographie critique. Paris: Cerf., 2000.

LOHSE, E. Contexto e ambiente do Novo Testamento. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

LUTERO, Martin. Comentarios de Martin Lutero: Romanos. Volumen I. Traducción de Erich Sexauer. Barcelona: Editorial Clie, 1998.

MACARTHUR JR., John; et al. Justificação pela fé somente: a marca da vitalidade espiritual da igreja. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2005.

MESTERS, Carlos. Abraão e Sara. Petrópolis: Vozes, 1989.

MOODY, D. L. Comentário bíblico de Moody. São Paulo: Impressa Bíblica Regular, 1986.

MOODY. Comentário bíblico Moody: Romanos a Apocalipse. Vol. 5. São Paulo: Editora Batista Regular, 2001.

MURPHY-O'CONNOR, Jerome. Jesus e Paulo: vidas paralelas. Tradução Paulinas Lisboa. São Paulo: Paulinas, 2008.

MURPHY-O'CONNOR, Jerome. Paul in Arabia. The Catholic Biblical Quarterly, Washington, v. 55, n. 4, p. 732-737, Oct. 1993.

MURPHY-O'CONNOR, Jerome. Paulo: biografia crítica. Tradução Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Loyola, 2000.

MURRAY, John. Romanos: comentário bíblico fiel. São Paulo: Editora Fiel, 2003.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. Experiência religiosa e crítica social no cristianismo primitivo. São Paulo: Paulinas, 2003.

OLIVEIRA, A. de. Um ano a caminhar com São Paulo. Palheira: Gráfica de Coimbra, 2008.

PELIKAN, Jaroslav. A imagem de Jesus ao longo dos séculos. São Paulo: Cosac e Naify, 2000.

PENA, Abel N. “De Tarso na Cilícia à Roma Imperial: a educação de Saulo.” In: Paulo de Tarso: grego e romano, judeu e cristão. organizado por RAMOS, José Augusto; et al. Portugal: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2012.

PESCE, Mauro. As duas fases da pregação de Paulo. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PFEIFFER, Charles F. Et al. Dicionário bíblico Wycliffe. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

POHL, Adolf. Carta aos romanos. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 1999.

PULCINELLI, G. Para conhecer o apóstolo Paulo. Lisboa: Paulus, 2008.

RAMOS, José Augusto M. “Paulo de Tarso: a conversão como acto hermenêutic.” In: Paulo de Tarso: grego e romano, judeu e cristão. organizado por RAMOS, José Augusto; et al. Portugal: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2012.

RAMOS, José Augusto M.; et al. Paulo de Tarso: grego e romano, judeu e cristão. Portugal: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2012.

RAVASI, Gianfranco. A narrativa do céu: as histórias, as ideias e os personagens do Antigo Testamento. São Paulo: Paulinas, 1999.

REGA, Lourenço Stelio e BERGMANN, Johannes. Noções do grego bíblico: gramática fundamental. São Paulo: Editora Vida Nova, 2004.

RICHARDS, Lawrence O. Comentário histórico-cultural do Novo Testamento. Tradução de Degmar Ribas Júnior. Rio de Janeiro: CPAD, 2014.

RICHARDS, Lawrence O. Guia do leitor da Bíblia: uma análise de Gênesis a Apocalipse capítulo por capítulo. Rio de Janeiro: CPAD, 2012.

RIDDERBOS, Herman. A teologia do apóstolo Paulo: a obra definitiva sobre o pensamento do apóstolo dos gentios. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

RODRIGUES, Nuno Simões. “Eis Spanian. Paulo de Tarso na Hispânia.” In: Paulo de Tarso: grego e romano, judeu e cristão. RAMOS, José Augusto; et al. (Org.). Portugal: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2012.

RONIS, Osvaldo. Geografia bíblica. 3. ed. Rio de Janeiro: SEGRAFE, 1978.

ROUGÉ, J. Le voyage de saint Paul en occident. Cahiers d'Histoire 12, 1967, p. 237-247.

RUSCONI, Carlo. Dicionário do Grego do Novo Testamento. São Paulo: Paulus, 2003.

SAMPLEY, J. Paul (Org.). Paulo no mundo greco-romano: um compêndio. Tradução José Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulus, 2008.

SANDERS, E. P. Paulo, a lei e o povo judeu. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

SCHNELLE, Udo. A evolução do pensamento paulino. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

SCHOLZ, Vilson; BRATCHER, Roberto G. Novo Testamento Interlinear Grego-Português. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.

SCHRAGE, Wolfgang. Ética do Novo Testamento. São Leopoldo: Sinodal/IEPG, 1994.

SCHWANTES, Milton. "Não estendas a mão contra o menino": Observações sobre Gênesis 21 e 22. In: Ribla, 10, 1991.

SCHWANTES, Milton. A família de Sara e Abraão. Texto e contexto de Gênesis 12-25. Petrópolis: Vozes, 1986.

SILVA, Cássio Murilo Dias da. Metodologia de exegese bíblica. São Paulo: Paulinas, 2000.

SKA, Jean L. Introduação à leitura do Pentateuco: chaves de interpretação dos cinco primeiros livros da Bíblia. São Paulo: Loyola, 2003.

SOUZA, Itamir Neves. Carta aos Romanos: um evangelho singular. Londrina: Editora Descoberta, 2004.

STOTT, John R. W. A mensagem de Atos: até os confins da terra. São Paulo: ABU, 1994.

STOTT, John. Romanos. São Paulo: ABU, 2000.

STUHLMACHER, Peter. Lei e graça em Paulo: uma reafirmação da doutrina da justificação. São Paulo: Vida Nova, 2002.

THIEDE, C.P.; SIMON, Peter. From Galilee to Rome. Exeter: Paternoster, 1986.

TRASK, Thomas E.; GOODALL, Waide I. “Um retorno à Vida Santificada.” In: De volta para a Palavra: um chamado à autoridade da Bíblia. Rio de Janeiro: CPAD, 2001, p. 187-205.

WALKER, P. Nas pegadas de São Paulo: um guia ilustrado das viagens de São Paulo. São Paulo: Paulus, 2008.

WEGNER, Uwe. Exegese do Novo Testamento: manual de metodologia. São Paulo: Paulus, 1998.

WÉNIN, André. De Adão a Abraão ou as errâncias do humano: leituras de Gênesis 1,1-12,4. São Paulo: Loyola, 2011.

ZUCK, Roy B. Teologia do Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2008.

ZWICKER, Steven N. “Politics and Panegyric: the figural mode from Marvell to Pope.” In: MINER, Earl. Literary uses of typology from the Late Middle Ages to the present. New Jersey: Princeton University Press, 1977.



Pastor auxiliar na IEADC – Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Curitiba. Membro da Convenção das Igrejas Assembleias de Deus no Estado do Paraná – CIADEP.

Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, mestre em Teologia pela PUCPR, mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Especialista em Planejamento, Operação e Comercialização na Indústria de Energia Elétrica pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Especialista em Contabilidade Gerencial pela Universidade do Centro Oeste – UNICENTRO. Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista do Paraná – FTBP, com ênfase em exegese do grego e hebraico bíblico. Licenciado em Contabilidade e Estatística pela Universidade Paranaense – UNIPAR.

Autor dos livros: Justiça e Graça: um estudo da doutrina as salvação na Carta aos Romanos e Educação Cristã Libertadora (Fonte Editorial, 2013); três livros didáticos utilizados no curso de Bacharel em Teologia pela Faculdade de Administração Ciências e Letras – FACEL (Livros Poéticos, Apocalipse e Filosofia da Religião); dois capítulos de livro – “Educação Teológica Libertadora: um diálogo com Paulo Freire”, In: um olhar interdisciplinar entre educação e teologia (Editora Reflexão, 2016); “Denúncia dos chefes, magistrados e autoridades religiosas”, In: Miquéias, memórias libertadoras de um líder camponês (Editora Paulinas, 2016); além de diversos artigos de teologia e tecnologia em revistas especializadas; Foi coordenador geral de discipulado e reunião devocional nos lares do campo da IEADSJP (2015-Jun/2016) e coordenador geral de EBD do Campo Ministerial da IEADC de 2005 a 2010. Superintendente de EBD da IEADC-Sede (2007 a 2012), professor nos cursos de Administração, Contábeis, Tecnologia e Teologia da FACEL e no curso de bacharel em Teologia da Faculdade Cristã de Curitiba. Atuou em diversos cargos gerenciais da Copel e foi membro do Conselho de Administração da Copel em três gestões.